



RELATÓRIO ANUAL

2017 - 2018



ÍNDICE

ÍNDICE	I
LISTA DE TABELAS	III
LISTA DE FIGURAS	IV
LISTA DE ACRÓNIMOS	V
SUMÁRIO EXECUTIVO	1
1. INTRODUÇÃO	7
2. PREVISÕES E DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS DA REGIÃO.....	7
2.1 DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS NA REGIÃO DA SADC NO PERÍODO 2017/-18.....	7
2.2 EVOLUÇÃO ECONÓMICA EM 2017-18	9
2.3 PERSPECTIVA REGIONAL PARA 2018 -2019.....	17
3. IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	18
3.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E INTEGRAÇÃO DO MERCADO	18
3.2 INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO À INTEGRAÇÃO REGIONAL	25
3.3 COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DE PAZ E SEGURANÇA	33
3.4 PROGRAMAS ESPECIAIS DE DIMENSÃO REGIONAL.....	40
4. IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL.....	65
4.1 FINANÇAS	65
4.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	65
4.3 COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	66
4.4 AQUISIÇÕES.....	66
5. COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO CONTINENTAL	66
5.1 UNIÃO AFRICANA (UA)	66
5.2 PROCESSO TRIPARTIDO DA SADC – COMESA – EAC	67
6. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	67
6.1 COOPERAÇÃO SADC – UE	69
6.2 DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE A SADC E A UE	72
6.3 COOPERAÇÃO SADC/ALEMANHA.....	73
6.4 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO MUNDIAL.....	74
6.5 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A CHINA.....	74
6.6 COOPERAÇÃO JAPONESA.....	75
6.7 COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	75
6.8 PLATAFORMA DE DIÁLOGO ENTRE A SADC E OS ICP	76
7. BOA GOVERNACAO	77
7.1 GESTÃO DE RISCOS	77
7.2 AUDITORIA.....	77

8. DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO	77
9. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS DE ALGUMAS ECONOMIAS.....	10
TABELA 2: TENDÊNCIA DA PRODUÇÃO DE CEREAIS ENTRE 2011/12 E 2016/17 (000 TM).....	42
TABELA 3: COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DE RAÍZES E TUBÉRCULOS ENTRE A CAMPANHA AGRÍCOLA DE 2015/16 E A CAMPANHA AGRÍCOLA DE 2016/17 ('000 TM).....	42
TABELA 4: DESEMPENHO E VALOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA NA REGIÃO DA SADC	48
TABELA 5: PONTO DE SITUAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO ENVELOPE SUB-REGIONAL DA SADC.....	69
TABELA 6: OBJECTIVOS E DOTAÇÕES PARA O ENVELOPE DAS INFRA-ESTRUTURAS	69
TABELA 7: PROGRESSO NA FORMULAÇÃO DOS PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS IMATERIAIS DO 11 FED	70
TABELA 8: PROGRESSO NA FORMULAÇÃO DOS PROJECTOS TRANS-REGIONAIS DO 11 FED.....	71
TABELA 9: DOTAÇÃO DO FINANCIAMENTO E PONTO DE SITUAÇÃO DA FORMULAÇÃO DO MECANISMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA SADC (TCF).....	72
TABELA 10: PONTO DE SITUAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS EM 2017 DURANTE AS CONSULTAS BILATERAIS ENTRE A SADC E A ALEMANHA	73

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ÍNDICES DOS PREÇOS DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS DO BANCO MUNDIAL (2010=100)	11
FIGURA 2: PIB REAL E TAXA DE INFLAÇÃO NA SADC (%)	12
FIGURA 3: POUPANÇA NACIONAL E INVESTIMENTO TOTAL (% DO PIB).....	13
FIGURA 4: DÉFICE FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA NA SADC COMO % DO PIB.....	14
FIGURA 6: SADC – CLASSIFICAÇÃO EM TERMOS DE FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS	16
FIGURA 7: CLASSIFICAÇÃO - ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GLOBAL	16
FIGURA 10: PREVALÊNCIA DO VIH ENTRE POPULAÇÕES-CHAVE SELECIONADAS	57
FIGURA 11: COBERTURA DA PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL NA REGIÃO	58
FIGURA 12: A COBERTURA DA TARV NA REGIÃO DA SADC EM 2016.....	59
FIGURA 13: PERCENTAGEM DAS DOTAÇÕES DOS ORÇAMENTOS NACIONAIS PARA O SECTOR DA SAÚDE EM 2016	61
FIGURA 14: PERCENTAGEM DE MEMBROS DA COMUNIDADE, LDTD E SWs A VIVER COM O VIH	62

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACF	Fórum Africano da Concorrência
ADF	Fundo Africano de Desenvolvimento
AfCFTA	Zona de Comércio Livre Continental Africano
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
APSA	Arquitectura de Paz e Segurança Africana
TARV	Tratamento Anti-retroviral
AU PIDA	Programa da UA para o desenvolvimento de infra-estruturas em África
AU-IBAR	Gabinete Inter-africano de Recursos Zoológicos da União Africana
AU-NPCA	Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD da UA
CESA	Estratégia Continental de Educação para África
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CRIDF	Fundo de Desenvolvimento de Infra-estruturas Resistentes ao Clima
CSC	Centro de Serviços Climáticos
CSTL	Assistência e Apoio ao Ensino e Aprendizagem
DBSA	Banco de Desenvolvimento da África Austral
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional (do Reino Unido)
DFRC-PPP	Centro de Recursos para o Financiamento do Desenvolvimento - Rede da Parceria Público-Privada
DTAA	Acordos para Evitar a Dupla Tributação
DTT	Televisão Digital Terrestre
EAC	Comunidade da África Oriental
EA-SA-IO	África Oriental-África Austral-Oceano Índico
ECF-SADC	Fórum das Comissões Eleitorais dos Países da SADC
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
EEP	Parceria no Domínio da Eficiência da Energia na África Oriental e Austral
APE	Acordo de Parceria Económica
UE	União Europeia
FANR	Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais
FAO	Organização das Nações para a Alimentação e Agricultura
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
FOCAC	Fórum de Cooperação entre a China e África
GCI	Índice de Competitividade Global
PIB	Produto Interno Bruto
GIZ	Cooperação Técnica Alemã para o Desenvolvimento
HSRS	Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes da SADC
I&S	Infra-estruturas e Serviços
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
ICAO	Organização Internacional da Aviação Civil
ICDP	Programa de Capacitação Institucional
ICP	Parceiro de Cooperação Internacional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
IDA	Associação Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IIPSA	Projecto de Investimento em Infra-estruturas na África Austral

FMI	Fundo Monetário Internacional
COI	Comissão do Oceano Índico
PQI	Política-Quadro de Investimento da SADC
IPPF	Fundo de Preparação de Projectos de Infra-estruturas
IPR	Direitos de Propriedade Intelectual;
ITPGRFA	Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura
IUU	Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulada
KfW	Banco de Fomento da Alemanha
LEAP	Aplicação da Lei e Combate à Caça Furtiva
MERF	Quadro de Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios
MPI	Índice de Pobreza Multidimensional
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAU	Unidade de Aceleração de Projectos da Rede de Electricidade da África Austral
PEPFAR	Plano do Presidente dos Estados Unidos da América de Resposta de Emergência ao VIH/SIDA
PTV	Prevenção da Transmissão Vertical do VIH
PPDF	Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC
PPIAF	Mecanismo Consultivo do Banco Mundial para Infra-estruturas Público-Privadas
RAIP	Plano de Investimento Regional na Agricultura
RAPI	Programa de Acção Regional para o Investimento
FDR	Fundo de Desenvolvimento Regional
CER	Comunidade Económica Regional
REIS	Apoio à Integração Económica Regional
RETOSA	Organização Regional do Turismo da África Austral
RIDMP	Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas
RISDP	Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional
RLAH	Fazer Roaming como se Fosse Chamada no País de Origem
RPC	Cooperação Política Regional
RPO	Observatório Regional da Pobreza da SADC
RPTC	Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz
SACREEE	Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAPP	Rede de Electricidade da África Austral
SARCOF	Fórum Regional de Previsão Meteorológica da África Austral
SARPCCO	Organização de Cooperação Regional dos Comandantes Gerais da Polícia da África Austral
SDG	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SEAC	Conselho Consultivo Eleitoral da SADC
SEOM	Missão de Observação Eleitoral da SADC
SHAR	Roaming UNSCR da SADC
SIPO	Plano Estratégico Indicativo do Órgão
SIRESS	Sistema Electrónico Regional Integrado de Liquidação da SADC
CNS	Comissão Nacional da SADC
SPGRC	Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC
SSA	África Subsaariana

TCF	Fundo de Cooperação Técnica
TFCA	Área de Conservação Transfronteiriça
ZCLC	Zona de Comércio Livre Continental
TICAD	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África
TIFI	Direcção de Comércio, Indústria, Finanças e Investimento
TRF	Fundo de Apoio a Actividades Relacionadas com o Comércio
TSC	Comissão Técnica de Apoio
TVET	Ensino e Formação Técnico-profissional
UNECA	Comissão Económica da ONU para África
UNSCR	Resolução do Conselho de Segurança da ONU
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WEO	Perspectiva Económica Mundial
WISET	Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia
WPS	Estratégia Regional para a Mulher, Paz e Segurança

SUMÁRIO EXECUTIVO

- (1). O crescimento económico e a redução da pobreza estão no cerne das áreas prioritárias do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional Revisto (RISDP): integração industrial e dos mercados, infra-estruturas, paz e segurança e programas regionais e exigem um esforço concertado por parte do Secretariado e dos Estados Membros para trabalharem colectivamente para a implementação de objectivos comuns, criação de um maior impacto e consecução da integração regional.
- (2). O ano de 2017 marcou o terceiro ano do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional da SADC Revisto para o período 2015-2020 e do respectivo Quadro de Implementação (RISDP Revisto) após a sua adopção pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC em Abril de 2015. Desde a sua adopção, o Secretariado continua comprometido com a implementação do RISDP Revisto , que sustenta a Visão da SADC de garantir um crescimento e desenvolvimento económico sustentável, com vista a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da SADC e assegurar a paz e a segurança na região.
- (3). O presente Relatório da Secretária Executiva da SADC apresenta as principais realizações em relação as metas para 2017/18 rumo a agenda de integração regional na região da SADC em termos de desenvolvimentos políticos e económicos; implementação de programas; esforços de mobilização de recursos; esforços no sentido da boa governação e do Estado de Direito; desafios e medidas de mitigação.

A. Desenvolvimentos Políticos na Região da SADC no período 2017/18

- (4). A situação política e de segurança na região, de um modo geral, permaneceu calma e pacífica, estando os esforços colectivos da SADC centrados na resolução dos desafios políticos e de segurança no Reino do Lesoto, na República Democrática do Congo e na República de Madagáscar.
- (5). Os esforços do Facilitador da SADC, do Comité de Fiscalização e o envio da Missão Preventiva da SADC ao Lesoto (SAPMIL) foram cruciais para a estabilização da situação política e de segurança no Reino. Os esforços virados para a República Democrática do Congo (RDC) neutralizaram de forma notável as forças negativas que operam principalmente na região Leste do país. Entretanto, a actuação do Enviado Especial, S.E. Joaquim Chissano, em colaboração com os enviados das Nações Unidas e União Africana, foi determinante como contributo para a resolução da crise política em Madagáscar em torno das disposições contestadas da proposta de lei eleitoral.

B. Desenvolvimentos Económicos na Região da SADC no período 2017/18

- (6). Nos últimos seis (6) anos, a região tem registado uma contracção no crescimento económico, que apresentou os níveis mais baixos de 1,4% em 2016. A taxa de crescimento do PIB real aumentou marginalmente em 1,9% em 2017. A maioria dos Estados Membros tem o PIB *per capita* abaixo de US\$1 000. O clima económico débil tem afectado o sector financeiro, como indicado pelo aumento de casos de crédito mal-parado.

- (7). Embora a inflação tenha estado em baixa de um modo geral, registou índices elevados em alguns Estados Membros com dois dígitos. As taxas de câmbio fracas e o rescaldo dos impactos de factores climáticos como a seca de 2015-16 continuaram a influenciar a evolução dos preços em alguns dos Estados Membros.
- (8). No sector fiscal, as receitas públicas permaneceram baixas e, em alguns casos, continuaram a diminuir em face do aumento da despesa pública. Em certos Estados Membros os custos da folha de salários têm agravado o nível de despesas e representam uma percentagem significativa das despesas públicas. Alguns Estados Membros introduziram (ou estão a contemplar introduzir) salários mínimos como um mecanismo de redistribuição dos rendimentos. Estes factores contribuíram parcialmente para a deterioração da posição fiscal na maioria dos Estados Membros.

C. Implementação de Programas de Cooperação e Integração Regional

C1. Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado

- (9). A Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC assim como o Plano de Acção Orçamentado foram amplamente divulgados e lançados em oito (8) Estados Membros, tendo contado com a participação de todas as partes interessadas, incluindo o sector privado e a sociedade civil. O lançamento incluiu também o apoio a sete (7) Estados Membros para estimarem os custos nacionais indicativos de coordenação do sector público para a implementação da Estratégia.
- (10). O Secretariado, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), preparou o esboço de Visão Regional para os Recursos Minerais (RMV) e o Plano de Acção, cujo objectivo é maximizar o impacto de desenvolvimento da extracção dos recursos minerais, no contexto mais geral da Visão Africana para os Recursos Minerais (AMV) e da Estratégia de Industrialização da SADC.
- (11). O Secretariado angariou recursos da GIZ e da Comissão Europeia para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais em subsectores seleccionados do agro-processamento e da área farmacêutica. A implementação irá possivelmente iniciar no próximo exercício financeiro.
- (12). O Projecto Africa Green Co envolvendo a Zâmbia, Botswana, Moçambique e Namíbia e as Directrizes e Normas da Agência das Energias Renováveis nas Maurícias foram acrescentadas ao Mecanismo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC (SADC-PPDF) Isso eleva o número total de projectos financiados ao abrigo deste mecanismo para nove (9).
- (13). A SADC continua a apoiar a modernização e harmonização dos sistemas de pagamento e de compensação como meio de financiar os sectores prioritários e de estimular o desenvolvimento económico da região. O Sistema Electrónico Integrado Regional de Liquidação da SADC (SIRESS) registou avanços impressionantes desde 2013, altura em que entrou em funcionamento. Nos finais de Abril de 2018, o número total acumulado de transacções liquidadas totalizava 1 063 306, representando R 4,46 triliões, o equivalente a

USD 377,14 biliões. Todos os Estados Membros participam no SIRESS, com a excepção de Madagáscar.

- (14). Para ser um sistema de pagamento inclusivo, o SIRESS pode agora também proceder a liquidação de pagamentos de valores baixos nos quatro países com Autoridades Monetárias Comuns, nomeadamente o Lesoto, Namíbia, Reino de Eswatini e África do Sul. O trabalho de registo da marca comercial SIRESS está em curso em todos os Estados Membros, como uma medida de mitigação contra terceiros que se queiram apoderar da marca comercial SIRESS.

C.3 Infraestruturas de Apoio à Integração Regional

- (15). A Estratégia e Plano de Acção das Energias Renováveis e Eficiência Energética (REEESAP) foi aprovada pelo Comité de Ministros responsáveis pela Energia em Julho de 2017, como uma estratégia para guiar o desenvolvimento de programas regionais da energia renovável e eficiência energética até 2030
- (16). Os Operadores de Rede de Telefonia Móvel (MNO) de nove (9) Estados Membros da SADC estão a implementar o Projecto de Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC (SHAR), com base no princípio de Fazer Roaming como se Fosse Chamada no País de Origem (RLAH). Isso está em conformidade com a decisão dos Ministros responsáveis pelas TIC de Novembro de 2014, de adopção do regime de Fazer Roaming como se Estivesse no País de Origem, regulando as tarifas de roaming a grosso e a retalho, usando a escala de redução progressiva para os próximos seis (6) anos.
- (17). Desde o lançamento do Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e do Trânsito (TTTFP) pelos Ministros ao nível Tripartido em Outubro de 2017, em Dar es Salaam, Tanzânia, as realizações até a data incluem a formulação e a validação do Acordo de Gestão da Carga em Veículos Automóveis; o Acordo Multilateral de Transporte Rodoviário Transfronteiriço; a sensibilização ao nível nacional e regional em 17 dos 21 Estados Membros/Parceiros do acordo Tripartido com vista a identificação das necessidades de assistência técnica, e a facilitação do Fórum dos Reguladores de Transporte Rodoviário Transfronteiriço.
- (18). O Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água do Cunene partilhado por Angola e pela Namíbia registou avanços conforme planeado, com a construção da Estação de Tratamento da Água na Aldeia de Calueque e na reparação e conclusão com sucesso da principal conduta de elevação e do canal, que entraram em funcionamento nos finais de Março de 2018. Isso representou a conclusão do lote 1 do Projecto. O Lote 2 envolve a construção e reabilitação da rede de armazenamento e de distribuição de água em Santa Clara que iniciou em Junho de 2018, conforme previsto e foi contratado um consultor que está em funções. As obras ficarão concluídas em Junho de 2019.
- (19). O Instituto de Gestão de Águas Subterrâneas (GMI) da SADC foi integralmente constituído e emprega quatro (4) técnicos e um Director Executivo, operando a partir do Instituto de Estudos das Águas Subterrâneas da Universidade de Free State. O Plano e Estratégia de Sustentabilidade Financeira GMI da SADC foram desenvolvidos, revistos e endossados pelos comités técnicos relevantes, incluindo o Sub-Comité para as Águas Subterrâneas, e

o Comité Técnico dos Recursos Hídricos, e aprovados pelo Comité dos Ministros responsáveis pelo sector das Águas na sua reunião de Junho de 2018.

C.3 Paz e Segurança

- (20). Um Comité Técnico Eleitoral constituído por membros do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) e do Fórum das Comissões Eleitorais dos Países da SADC (FCE-SADC) foi instituído pela Cimeira da SADC de 2017, para realizar uma Missão de avaliação pré-eleitoral a República Democrática do Congo (RDC). A Cimeira incumbiu o Comité para avaliar a capacidade de administração eleitoral e as necessidades técnicas da Comissão Nacional Eleitoral Independente (CENI) em antecipação das eleições gerais do país.
- (21). A Missão Preventiva da SADC para o Lesoto (SAPMIL) foi enviada ao Lesoto em Novembro de 2017 para atender a situação política e de segurança frágil e imprevisível associada ao assassinato do antigo Comandante das Forças de Defesa do Lesoto (LDF), Tenente-General Khoantlhe Motšomotšo. O mandato da Missão foi prolongado pela Cimeira da Dupla Troika até Novembro de 2018, para vincar a determinação da região de garantir a estabilidade.
- (22). A Unidade de Apoio à Mediação (UAM) acelerou as suas intervenções de capacitação com vista a aprofundar a capacidade da região de prevenir e gerir conflitos, através de programas de capacitação que incluíam a negociação, rastreio e análise de conflitos, habilidades e abordagens de mediação, e a inclusão da perspectiva de género no contexto da prevenção e resposta aos conflitos.
- (23). O Secretariado continuou a implementar programas para melhorar a gestão da segurança transfronteiriça, migração e refugiados. Esta agenda de segurança informática é conduzida com a elaboração de Políticas e Estratégias para solucionar os problemas de Corrupção, Refugiados, Migração, Caça Furtiva, Prisões e Gestão das Fronteiras. Para o cumprimento cabal desta responsabilidade, o Sector mantém consultas e de forma deliberada interage com especialistas dos sub sectores para colher elementos para a Política. Com o contributo dos seus comités estatutários, em 2017/2018, o Secretariado alcançou várias conquistas, incluindo o desenvolvimento de i) um projecto de Posição Comum no âmbito da Implementação do Protocolo da União Africana sobre a Livre Circulação de Pessoas; ii) o projecto de Protocolo sobre a Transferência de Prisioneiros Estrangeiros entre Estados; iii) projecto de Quadro de Política Regional sobre a Gestão dos Candidatos a Asilo e Refugiados; e iv) projecto de Estratégia e Plano de Acção da SADC de Combate a Corrupção para o período 2018-2022.

C.4 Melhoria da capacidade humana para o desenvolvimento socioeconómico

- (24). A Região criou o Fundo de Desenvolvimento Agrícola (ADF) como mecanismo de financiamento para apoiar a aceleração da implementação do Plano Regional de Investimento no Sector Agrícola (RAIP) para 2017-2022 que, por seu turno, implementa a Política Agrícola Regional (RAP) As Directrizes Operacionais do Fundo de Desenvolvimento Agrícola (ADF) foram aprovada pelos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar em Maio de 2017 e, subsequentemente, homologada pelo Conselho em Agosto de 2017. Está a decorrer o trabalho que visa a operacionalização do Fundo.

- (25). O Sistema de Alerta Prévio Regional e o Programa de Análise da Vulnerabilidade continuaram a recolher, analisar e disseminar dados e informações sobre a situação da segurança alimentar na região. Tais informações visam facilitar a preparação e as acções antecipadas para prevenir ou reduzir o impacto da insegurança alimentar relacionada com calamidades.
- (26). O Secretariado da SADC, em colaboração com os Estados Membros, desenvolveu o Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes (HSRS) para promover a integração regional e aumentar o acesso e a disponibilidade para a melhoria das variedades de culturas para os agricultores. O sistema realça o papel fundamental que a qualidade das sementes joga na materialização da segurança alimentar. O Quadro é executado através de um memorando de entendimento que já foi assinado por onze (11) Estados-Membros e entrou em vigor depois da sua assinatura por dois-terços dos Estados-Membros. Até ao presente, o HSRS libertou e registou 25 variedades de culturas que podem ser comercializadas em toda a região sem a necessidade de passar pelo processo moroso de libertação de variedades ao nível nacional.
- (27). Um Quadro Regional de Monitorização e Avaliação para as Áreas de Conservação Transfronteiriça (TFCA) foi criado para avaliar o progresso na implementação do Programa TFCA da SADC, para permitir efectuar uma mensuração objectiva da sua contribuição para a concretização dos objectivos preconizados nos protocolos relevantes, assim como das prioridades de desenvolvimento estipuladas no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional revisto.
- (28). Durante o período de 2017/18, o Sector do Trabalho e Emprego aprofundou a sua implementação do Código da SADC para a Segurança Social de 2007 e do Quadro da SADC de Portabilidade Transfronteiriça das Prestações de Segurança Social Acumuladas de 2016. O Secretariado da SADC encomendou dois (2) estudos de avaliação que estão em curso sobre o estado do acesso a protecção social, e sobre o potencial da portabilidade das prestações pelos trabalhadores migrantes no sector da agricultura e no sector das minas em Estados Membros da SADC envolvidos na fase piloto.
- (29). O Plano de Implementação da Estratégia da SADC para a Nutrição no contexto do Desenvolvimento Social e Humano foi desenvolvido e aprovado pela Reunião Conjunta dos Ministros da SADC da Saúde e dos Ministros responsáveis pelo combate ao VIH e SIDA, em Novembro de 2017.

C.5 Questões Transversais

- (30). A Estratégia Regional da SADC para a Prevenção, Tratamento e Prestação de Cuidados relacionados com o combate ao VIH e SIDA e para a defesa dos Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva no seio das Populações Chave foi formulada e aprovada para promover a adopção e institucionalização de um pacote padrão e completo que faz face aos desafios únicos de provisão dos serviços equitativos e eficazes relacionados com o VIH e com os direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRH) das populações chave na SADC.
- (31). Foi prestado apoio aos Estados Membros em matéria relacionada com a legislação primária e subordinada sobre o tráfico de pessoas. Adicionalmente, foram levadas a cabo

campanhas de sensibilização sobre o tráfico de pessoas, bem como iniciativas de capacitação relacionadas com o tráfico de pessoas.

- (32). O Projecto de Carta sobre a Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia foi aprovado pelo Conselho em Agosto de 2017, em Pretória, África do Sul. O objectivo da Carta é aumentar a participação das mulheres e dos jovens nos ramos da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). A falta de competências em STEM é uma das principais barreiras identificadas na Estratégia da Industrialização.
- (33). Foram usados indicadores seleccionados que compreendem dados estatísticos macroeconómicos e sociais para a produção de um boletim anual da região da SADC sobre o desempenho económico, liberalização do comércio e características demográficas. O boletim realça os esforços do programa da SADC em termos de maiores trocas comerciais, esperança de vida e produção industrial ao nível da SADC.

D. Os principais desafios no período 2017/18

- (34). As lacunas em termos de capacidade de monitorização e avaliação nas Direcções/Unidades para permitir acções correctivas oportunas no decurso da implementação dos programas.
- (35). Processos de aprovação e de desembolso complexos e morosos.
- (36). Os sistemas de recrutamento existentes, incluindo o Sistema de Pontos da Quota, o que não facilita a eficiência e a celeridade no recrutamento. Isso afecta o preenchimento em tempo oportuno das vagas, o que acaba retardando a implementação dos programas.

E. Medidas de mitigação no período 2017/18

- (37). Foram organizadas sessões de formação anuais sobre a Gestão Baseada em Resultados e sobre a Gestão do Ciclo dos Projectos. Previa-se que os mesmos iriam contribuir para o fortalecimento da capacidade de planificação, monitorização e avaliação das Direcções/Unidades.
- (38). Prosseguiu-se com a formação dos funcionários do Secretariado da SADC relativamente ao uso dos sistemas de gestão automatizada, com vista a aumentar a conformidade e a eficiência.

2. INTRODUÇÃO

- (1). O presente Relatório apresenta uma análise detalhada do progresso feito pelo Secretariado da SADC, em colaboração com os Estados Membros e outras partes interessadas, na implementação dos programas regionais de cooperação e integração da SADC durante o exercício financeiro de 2017/18. O relatório centra-se na implementação do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) Revisto, do Plano Indicativo Estratégico do Órgão (SIPO), da Estratégia Regional para a Industrialização e do respectivo Roteiro e de outras estratégias e protocolos que foram aprovados e ratificados pelos Estados Membros. O relatório descreve o seguinte:
- i. Evolução da situação política e económica na Região da SADC em 2016-2017 e previsões para 2017-2018;
 - ii. Implementação de programas de cooperação e integração regional;
 - iii. Implementação das actividades de apoio institucional;
 - iv. Cooperação e integração continental;
 - v. Cooperação para o desenvolvimento e mobilização de recursos;
 - vi. Boa governação;
 - vii. Implementação do Quadro de Gestão Financeira;
 - viii. Resumo dos desafios de implementação e recomendações

3. Previsões e Desenvolvimentos Políticos e Económicos da Região

3.1 Desenvolvimentos Políticos na Região da SADC no período 2017/-18

3.1.1 Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos

- (2). A situação política e de segurança na região, manteve-se pacífica e estável no período de 2017/18, apesar de alguns desafios que persistiram no Lesoto, República Democrática do Congo (RDC) e Madagáscar.
- (3). Os esforços conjugados do Facilitador da SADC, do Comité de Fiscalização e o envio da Missão Preventiva da SADC ao Lesoto (SAPMIL) foram cruciais para a estabilização da situação política e de segurança; e contribuíram para a implementação de reformas nos sectores constitucional, judicial, parlamentar, da função pública e de segurança no Reino do Lesoto. A decisão do envio da SAPMIL foi tomada pela Dupla Troika em Luanda em Novembro de 2017, por um período de 13 meses.
- (4). Os esforços virados para a República Democrática do Congo (RDC) neutralizaram de forma notável as forças negativas que operam principalmente no Leste do país. A SADC prestou o seu apoio contínuo durante a implementação do Acordo Político de 31 de Dezembro de 2016 em preparação para as Eleições Presidenciais e Parlamentares marcadas para Dezembro de 2018. Os esforços regionais foram complementados no terreno pelo Gabinete de Ligação da SADC baseado em Kinshasa desde Abril de 2018.

- (5). O Enviado Especial, S.E. Joaquim Chissano, em colaboração com os enviados das Nações Unidas e União Africana, foi determinante como contributo para a resolução da crise política em Madagáscar em torno das disposições contestadas da proposta de lei eleitoral. Esforços complementares do Supremo Tribunal Constitucional de Madagáscar levaram ainda a nomeação de um Primeiro-Ministro de consenso e um Governo de Transição em Junho de 2018, que vai agilizar as eleições de Novembro de 2018.
- (6). Em 2018/19, as estratégias e os esforços continuarão a estar virados para o reforço da paz e da segurança, consolidação da democracia e do Estado de Direito, reforço dos mecanismos e ferramentas da boa governação, e a defesa dos princípios democráticos na região.

3.1.2 Fortalecimento da Defesa e Segurança Colectiva Regional

- (7). Em consonância com o objectivo da Força Africana em Estado de Alerta (ASF) de promover a Paz, Segurança e a Estabilidade em África, a Força em Estado de Alerta da SADC (SADC SF) estará na escala da ASF de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2019. Assim, para efeitos de preparação da força, um exercício de posto de comando (CPX) da SADCSF será realizada no Malawi, em Outubro de 2018. A aprovação para a realização do CPX é posterior à concretização da Capacidade Operacional Plena (FOC) da Força Africana em Estado de Alerta (ASF) da qual a SADCSF faz parte. O exercício permitirá que a SADCSF se prepare para assumir a sua responsabilidade de prover a União Africana com a capacidade de responder a conflitos através do desdobramento de forças de manutenção da paz multi-dimensionais, e a realizar intervenções nos termos das alíneas (h) e (j) do Artigo 4 do Acto Constitutivo da UA.
- (8). Outras áreas relacionadas com o papel reforçado e prontidão operacional da SADCSF incluem uma revisão do Acordo do Estatuto Genérico das Forças (SOFA) da SADCSF e a construção de Depósito de Logística Regional da SADC (RLD) com a conclusão da primeira fase consistindo na remoção dos arbustos e colocação da cerca no terreno de 19 hectares, que irá acomodar as infra-estruturas e meios do RLD. A formulação e aprovação da Estratégia de Mobilização de Recursos pelo Comité Ministerial do Órgão (CMO) em Junho de 2018 constituiu um marco importante. A Estratégia contempla o financiamento dos Estados Membros (capital inicial) e dos Parceiro de Cooperação Internacional (ICPs) durante o período de construção de 5 anos até 2023.
- (9). O Secretariado preparou uma Nota Conceptual em consonância com o Protocolo de 2002 relativo a criação do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, que prevê a criação do Fundo da Paz, para a disponibilização imediata e previsível de financiamento para as iniciativas de Paz e Segurança da SADC, nos termos do Acto Constitutivo da União Africana; a Arquitectura de Paz e Segurança Africana; o Tratado da SADC; o Protocolo da SADC de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança; o Pacto de Defesa Mútua de 2003 da SADC; e o Memorando de Entendimento que cria a SADC SF. Este importante mecanismo vai ser considerado pelo Conselho na sua sessão de Agosto de 2018.
- (10). Prosseguiram os esforços regionais em apoio a paz, segurança e estabilidade na República Democrática do Congo (DRC), em colaboração com as Nações Unidas, especificamente para o fortalecimento da capacidade operacional da Força da Brigada

de Intervenção (FIB) desdobrada no âmbito da Missão da ONU na RDC (MONUSCO). A reunião subsequente de engajamento entre os Chefes de Estado-Maior da SADC e o Secretariado da ONU (Subsecretários Gerais dos Departamentos das Operações de Manutenção da Paz e de Apoio de Campo) em Fevereiro de 2018 resultou no envio do Grupo de Trabalho Conjunto da ONU-SADC (JTF) para avaliar a capacidade operacional da FIB no combate contra as Forças Negativas no Leste da RDC, em Maio de 2018. Entre outros, ficou acordado que uma “Proposta de Estrutura da FIB Reforçada” seria submetida como modelo de trabalho, sujeito a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas do envelope para a FIB, conforme preconizado na proposta de orçamento da MONUSCO para 2018-19. Esta é uma matéria que está em curso e que deverá ficar concluída em Setembro de 2018, para assegurar o desdobramento da FIB antes das eleições de Dezembro de 2018.

3.1.3 Consolidação das Instituições Democráticas na Região

- (11). A consolidação dos princípios e padrões democráticos na Região manteve-se em 2017. A Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) com o apoio do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) levou a cabo missões de observação nas eleições antecipadas no Reino do Lesoto em Junho de 2017; e nas Eleições Gerais na República de Angola em Agosto de 2017. Isso resultou em eleições pacíficas, credíveis e transparentes em ambos os países.
- (12). A SEOM vai apoiar quatro Estados Membros, nomeadamente a RDC, a República de Madagáscar e do Zimbabwe, assim como o Reino de Eswatini durante as respectivas eleições em 2018. As lições aprendidas e as áreas de melhoria foram documentadas durante as eleições no Lesoto e em Angola, e serão usadas para fortalecer os processos democráticos durante as eleições que vão ter lugar em 2018. A SEOM vai igualmente prestar apoio e supervisão durante as eleições de seis Estados Membros, em 2019, designadamente as Repúblicas do Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia e África do Sul.
- (13). Para reforçar ainda mais o contexto estratégico para a consolidação da democracia na região, dois documentos de políticas que regem as eleições democráticas, nomeadamente a Estratégia da SEAC para a Prevenção de Conflitos Eleitorais e o Manual de Referência da SADC para a Observação de Eleições foram endossados pelo Comité Ministerial do Órgão. Adicionalmente, o Manual de Formação e o Currículo da SADC para a Observação Eleitoral foram finalizados.

3.2 EVOLUÇÃO ECONÓMICA EM 2017-18

3.2.1 Contexto Económico Mundial

3.2.1.1 Actividade Económica

- (14). De acordo com o relatório sobre a Perspectiva da Economia Mundial (WEO) do FMI publicado em Abril de 2018, a produção global em 2017 aumentou 3,8%, comparativamente ao crescimento de 3,2% registado em 2016. Isso ocorreu em resultado da retoma do investimento e do comércio global, com apoio das condições financeiras favoráveis. Dois-terços dos países, representando cerca de três-quartos da

produção global, registaram um crescimento mais acelerado em 2017 do que no ano anterior, a maior proporção de países a registar uma subida do crescimento de um ano para outro desde 2010. Os países avançados da Europa e da Ásia tiveram níveis de crescimento que superaram as expectativas.

Tabela 1: Principais Indicadores Macroeconómicos de Algumas Economias

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
World	5.3	2.7	-0.4	5.2	3.9	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.8	3.9	3.9
Advanced Economies	2.7	0.1	-3.4	3.0	1.7	1.5	1.4	1.8	1.9	1.7	2.3	2.5	2.2
Euro Area	3.0	0.4	-4.4	2.0	1.5	-0.6	-0.5	0.9	1.6	1.8	2.3	2.4	2
USA	1.8	-0.3	-2.8	2.5	1.8	2.8	2.2	2.4	2.4	1.5	2.3	2.9	2.7
EM & DE	8.7	5.8	3.1	7.5	6.2	4.9	5.0	4.6	4.0	4.4	4.8	4.9	5.1
China	14.2	9.6	9.2	10.4	9.3	7.7	7.8	7.4	6.9	6.7	6.9	6.6	6.4
India	9.8	3.9	8.5	10.5	6.3	3.2	6.9	7.2	7.3	7.1	6.7	7.4	7.8
Brazil	6.1	5.2	-0.3	7.5	2.7	0.9	2.7	0.1	-3.8	-3.5	1	2.3	2.5
SSA	7.1	5.7	2.6	5.6	5.5	4.9	5.2	5.0	3.4	1.4	2.8	3.4	3.7

Obervação: EM & DE significa Mercado Emergente e Economia em Desenvolvimento. SSA significa África a Sul do Saara.

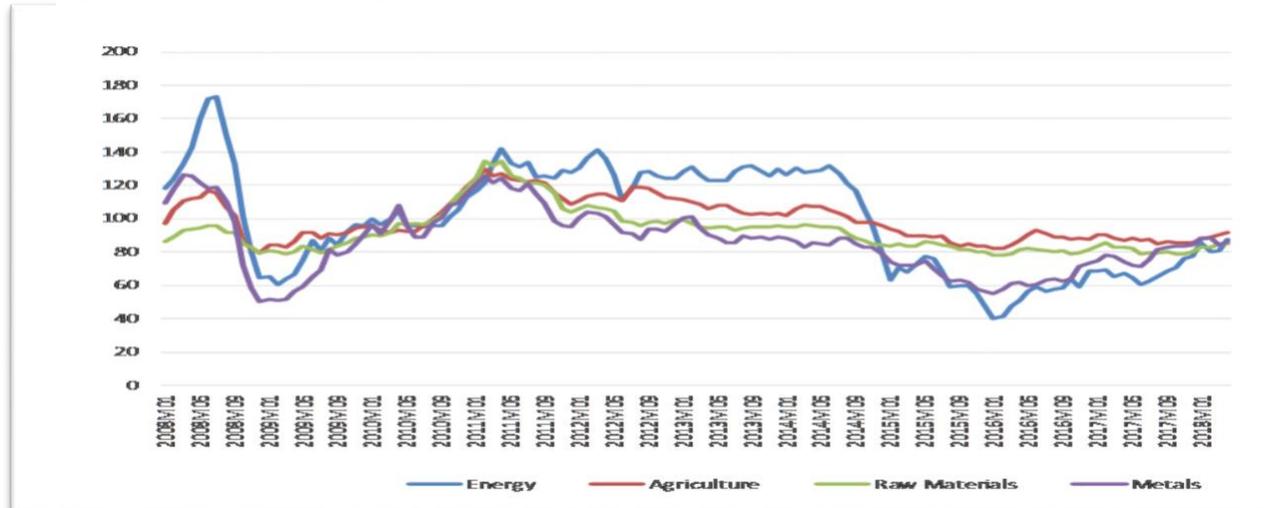
Fonte: *World Economic Outlook*, FMI, Abril de 2018

- (15). Os países emergentes e em desenvolvimento da Ásia, que contribuem com mais de metade do crescimento mundial, tiveram um crescimento de 6,5% em 2017, em resultado do aumento da produção da indústria transformadora. A produção da China registou uma subida de 6,9% em 2017, um aumento de 0,7 ponto percentual em relação a 6,7% de crescimento em 2016. O crescimento da produção na Índia abrandou ligeiramente de 7,1% em 2016 para 6,7% em 2017.
- (16). O crescimento na África Sub-saariana registou uma subida de 1,4% em 2016 para 2,8% em 2017. Todavia, o desempenho económico está longe de ser uniforme na África Sub-saariana. Os países exportadores de petróleo deparam-se ainda com o legado do maior declínio dos preços reais do petróleo desde 1970; os níveis da dívida estão a agravar-se em alguns países; e outros países enfrentam conflitos internos.

3.2.1.2 Evolução dos Preços de Bens Primários

- (17). Os preços de produtos primários continuaram a ganhar terreno em 2017. O aumento alargado dos preços de base teve como base de sustentação factores da procura assim como da oferta. A aceleração do crescimento global aumentou a procura dos produtos primários, enquanto relativamente a certos produtos primários registaram-se constrangimentos do lado da oferta. Petróleo e metais preciosos, preocupações em relação aos preços influenciados pelo crescente risco geopolítico (vide Figura 1). Continuação da contenção da produção de petróleo pela OPEP e pelos países não pertencentes a OPEP; medidas por parte da China de redução dos metais poluentes e da produção de energia; e as intenções de reduzir o cultivo de cereais nos Estados Unidos, contribuíram em parte para as actuais tendências dos preços dos produtos primários. Várias políticas recentemente aprovadas ou em perspectiva contribuíram para as flutuações acentuadas nos preços dos metais (e.g. Tarifas nas importações de alumínio e aço aplicadas pelos EUA; e sanções dos EUA contra os produtores de produtos primários da Rússia, etc).

Figura 1: Índices dos Preços dos Produtos Primários do Banco Mundial (2010=100)



Fonte: World Bank Commodity Price Data (Pink Sheet), April 2018.

- (18). De acordo com o índice dos preços dos produtos primários do Banco Mundial, o aumento dos preços dos produtos primários é essencialmente determinado pelas categorias da energia e dos metais. Os preços da energia aumentaram 23,6%, em 2017, comparativamente ao declínio de 15,2%, registado em 2016. Os preços dos metais subiram 24,2% em 2017 comparativamente a uma queda de 5,9% registada em 2016. Todavia, mesmo com a subida dos preços, os preços dos produtos primários continuam abaixo dos níveis registados durante a crise financeira de 2008-9 e do pico ocorrido em 2011.

3.2.2 Desempenho Económico Regional

- (19). Os dados disponíveis providenciados pelos Estados Membros em Abril de 2018 e da Perspectiva da Economia Mundial (WEO) do FMI indicam que durante os últimos seis

anos, o crescimento económico desacelerou e permanece baixo nos países da região. Isso afectou outros sectores, incluindo o sector financeiro, como elucidado pelo aumento dos casos de crédito mal-parado.

- (20). Embora a inflação tenha estado em baixa de um modo geral, apresenta índices elevados em alguns Estados Membros com dois dígitos. As taxas de câmbio fracas e o rescaldo dos impactos de factores climáticos como a seca de 2015-16 continuaram a influenciar a evolução dos preços em alguns dos Estados Membros.
- (21). No sector fiscal, as receitas públicas permaneceram baixas e, em alguns casos, continuaram a diminuir em face do aumento da despesa pública. Em certos Estados Membros os custos da folha de salários têm agravado o nível de despesas e representam uma percentagem significativa das despesas públicas. Alguns Estados Membros introduziram (ou estão a contemplar introduzir) salários mínimos como um mecanismo de redistribuição dos rendimentos. Estes factores contribuíram parcialmente para a deterioração da posição fiscal dos Estados Membros.

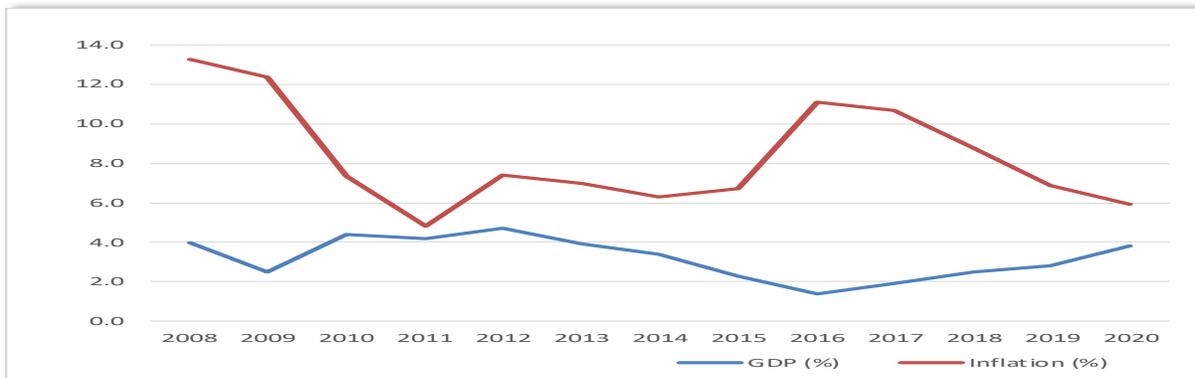
3.2.2.1 PIB Real

- (22). O crescimento do PIB real permaneceu frouxo com um nível de aumento de 1,9% em 2017 comparativamente ao crescimento de 1,4% em 2016. Somente a Tanzânia registou taxas de crescimento do PIB real acima da meta regional de 7%. A subida marginal do PIB real teve como base as condições meteorológicas de um modo geral favoráveis na maioria dos países da região, incluindo a melhoria dos preços dos produtos primários e melhorias na recuperação da economia global. Todavia, o fraco investimento e a falta de confiança da comunidade empresarial contribuíram para o fraco desempenho.
- (23). Consequentemente, o PIB per capita (nominal em USD) diminuiu 11,2% em 2017, comparativamente ao declínio de 1,5% registado em 2016. Todos os Estados Membros, com a excepção da RDC, registaram um crescimento positivo do PIB per capita em 2017, uma melhoria em relação a apenas cinco Estados Membros (Botswana, RDC, Maurícias, Seychelles e Tanzânia), com crescimento positivo em 2016.

3.2.2.2 Inflação

- (24). A inflação abrandou em 2017, embora factores que contribuem para a subida dos preços na sequência principalmente da desvalorização da moeda e do impacto dos factores relacionados com o clima em 2015-16 tenham continuado a influenciar os preços. Dados provisórios indicam que a Região registou uma inflação média de 10,7% em 2017, comparativamente à taxa média de 11,1% registada em 2016 (vide Figura 2). Em 2016, todos os Estados Membros, com a excepção de Angola, Malawi Moçambique, Reino de Eswatini e Zâmbia, tiveram uma taxa de inflação dentro das metas definidas de 3% a 7%. Em 2017, todos os Estados Membros, com a excepção de Angola, RDC, Madagáscar, Malawi e Moçambique, tiveram uma taxa de inflação dentro das metas definidas de 3% a 7%.

Figura 2: PIB Real e Taxa de Inflação na SADC (%)

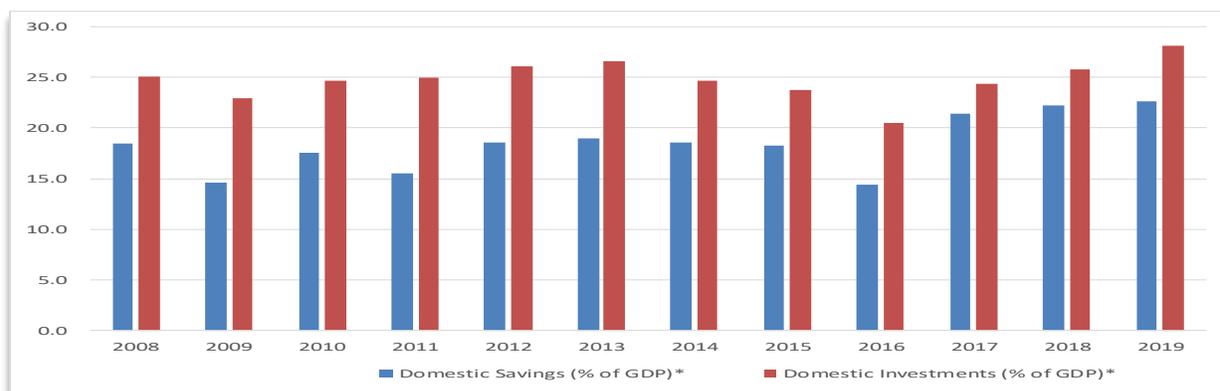


Fonte: Estados Membros, Abril de 2018, e WEO do FMI, Abril de 2018.

3.2.2.3 Poupança e Investimento Nacional

- (25). A tendência decrescente dos investimentos médios totais e da poupança nacional bruta que se verificava desde 2014 foi invertida 2017. A Região registou um volume total de investimentos na ordem de 24,4% do PIB em 2017, o que representa uma melhoria em relação a média de 21,4% do PIB registado em 2016. Um total de quatro Estados Membros: Lesoto, Moçambique, Seychelles e Zâmbia, conseguiram atingir a meta regional de 30% do PIB em matéria de investimento (vide Figura 3). Isso em comparação com três Estados Membros: Moçambique, Seychelles e Zâmbia que atingiram a meta regional em 2016.

Figura 3: Poupança Nacional e Investimento Total (% do PIB)



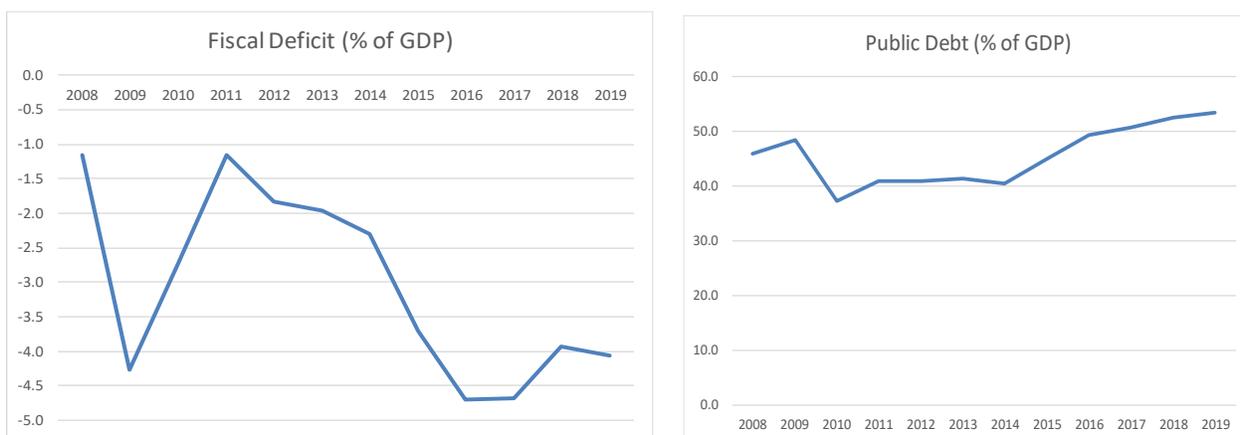
Fonte: Fonte: Estados Membros, Abril de 2018, e WEO do FMI, Abril de 2018.

- (26). No que concerne à poupança, a Região registou uma média de poupança nacional bruta de 20,6% do PIB em 2017. Esse rácio era superior a poupança nacional bruta de 14,4% do PIB registado em 2016. Apenas o Botswana e a Zâmbia alcançaram a meta regional de poupança de 30% do PIB em 2017.

3.2.2.4 Sector Fiscal

- (27). O abrandamento do desempenho económico continuou a afectar a colecta de receitas do Governo, o que por seu turno afectou a posição do equilíbrio fiscal em face do aumento das necessidades de despesas (vide Figura 4). Estima-se que a região tenha registado um défice fiscal de 4,7% do PIB em 2017, o mesmo nível registado em 2016. Apenas três Estados Membros (RDC, Seychelles e a Tanzânia) alcançaram a meta de défice fiscal de 3% do PIB em 2017, comparativamente a cinco Estados Membros (Angola, RDC, Madagáscar e Seychelles) que a atingiram a meta em 2016.

Figura 4: Déficit Fiscal e Dívida Pública na SADC como % do PIB



Fonte: Estados Membros, Abril de 2018, e WEO do FMI, Abril de 2018.

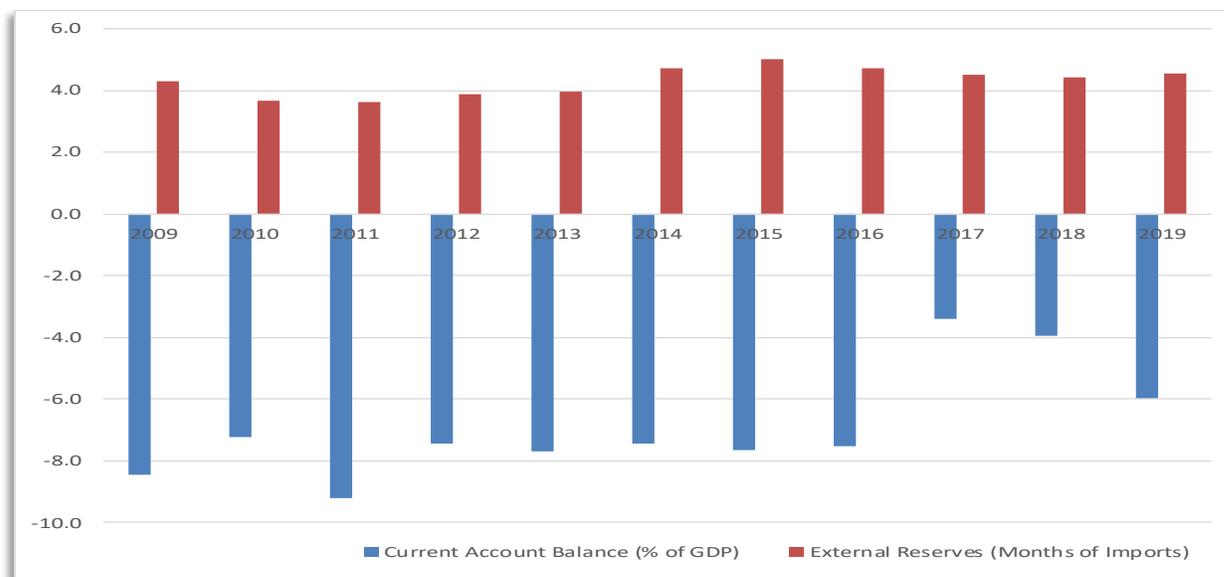
- (28). A dívida pública continua a elevar-se em praticamente todos os Estados Membros. Estima-se que a região tenha registado uma dívida pública de 50,7% do PIB em 2017 comparativamente a 49,5% do PIB em 2016. Todos os Estados Membros excepto Angola, Maurícias, Moçambique, Seychelles e Zimbabwe cumpriram com a meta regional de dívida pública de 60% do PIB, enquanto todos os Estados Membros, excepto Maurícias, Moçambique, Seychelles, Zâmbia e Zimbabwe cumpriram com a meta fiscal em 2016.

3.2.2.5 Sector Externo

- (29). Apesar das melhorias nos preços dos produtos primários no mercado internacional, os termos comerciais para a região deterioraram-se em 0,9% em 2017, comparativamente com a melhoria de 1,2% em 2016. O volume das exportações aumentou de forma marginal, na ordem de 0,8%, em 2017, comparativamente ao aumento de 2,9%, registado em 2016. Pelo terceiro ano consecutivo desde 2015, os volumes das importações registaram um declínio de 1,8% em 2017.

- (30). O défice da conta corrente na região, em média, foi de 3,4% do PIB em 2017, uma melhoria em relação à média de 7,5% do PIB em 2016. Todos os Estados Membros, com a exceção do Botswana, Malawi, Moçambique, Seychelles e Reino de Eswatini, registaram um défice da conta corrente situado dentro da meta regional de 9% do PIB em 2017. Em 2016, todos os Estados Membros, com a exceção do Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia e Seychelles, registaram um défice da conta corrente situado dentro da meta regional (vide Figura 5).

Figura 5: Saldo da Conta Corrente e Reservas Externas da SADC



Fonte: Estados-Membros, Abril de 2018 e WEO do FMI de Abril de 2018

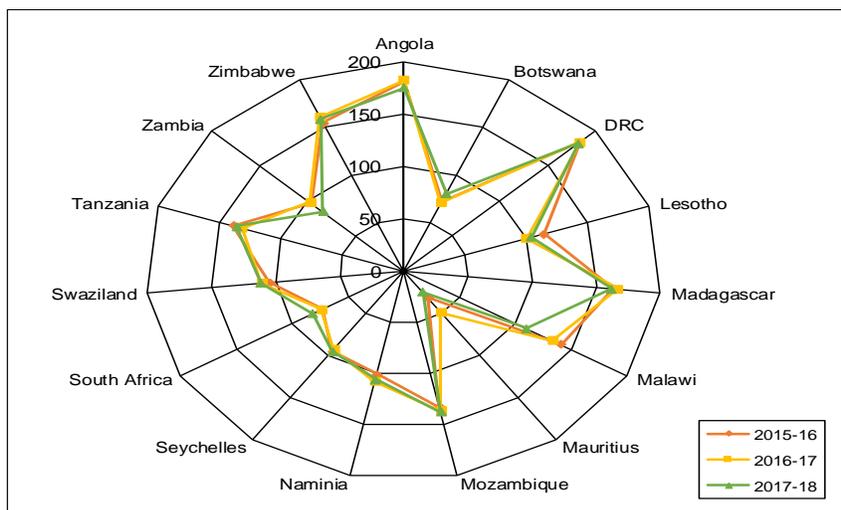
- (31). Em termos de reservas de divisas, em média o período de cobertura das importações da SADC permaneceu abaixo da meta regional de 6 meses de importações, ao se situar em 4,5 meses de importações em 2017. Esse valor situa-se ligeiramente abaixo da média de 4,7 meses de importações registada em 2016. O Botswana continuou a ser o único Estado Membro da região com abundantes reservas internacionais, seguido das Maurícias e Angola. Os restantes Estados Membros não satisfizeram o critério de 6 meses de cobertura das importações, com alguns registando níveis inferiores a valor de referência do FMI de 3 de cobertura das importações.

3.2.2.6 Ambiente de Negócios

- (32). Dados do Banco Mundial sobre o Ambiente de Negócios em 2016/17 indicam que a região da SADC está a registar progressos na melhoria do ambiente de negócios e que é competitiva em termos gerais, embora o desempenho durante o exercício em análise tenha sido misto. Cerca de metade dos Estados Membros baixaram a sua pontuação enquanto outros denotaram melhorias consideráveis na sua classificação em relação ao ambiente de negócios.

- (33). O desempenho quanto ao ambiente de negócios indica que Angola, a RDC, Madagascar, Malawi, Maurícias, Namíbia, Zâmbia e Zimbabue melhoraram a sua classificação, com Angola, Zâmbia, Malawi e Maurícias a subir vinte e quatro, vinte e três, treze e sete posições, respectivamente. Cinco Estados Membros (Botswana, Maurícias, Seychelles, Africa do Sul e Zâmbia) da SADC classificam-se dentre os 100 melhor classificados (vide Figura 6).

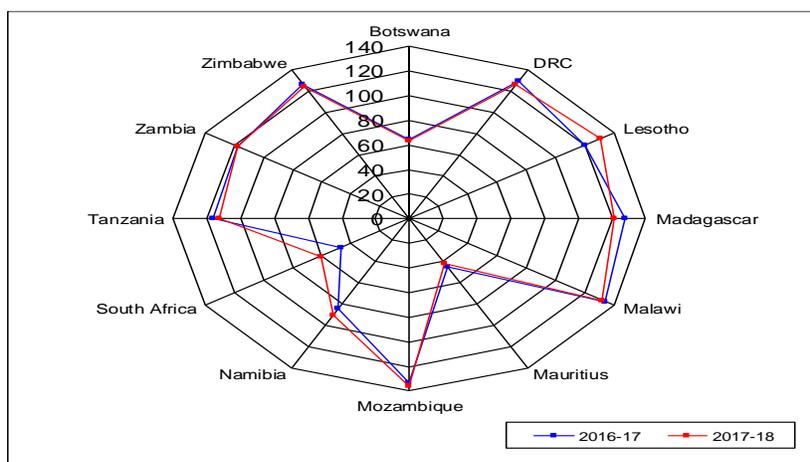
Figura 5: SADC – Classificação em termos de facilidade de fazer negócios



Fonte: World Bank Ease of Doing Business, 2017-18.

- (34). O quadro quanto a melhoria do ambiente de negócios permanece o mesmo se se considerar o Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial (GCI). O ICG mede a competitividade de uma economia considerando todos os factores, desde os factores básicos que lhe permitem ser competitiva até aos factores que lhe tornam eficiente e inovadora (vide Figura 7).

Figura 6: Classificação - Índice de Competitividade Global



Fonte: WEF Global Competitiveness Index, 2017-18.

- (35). Sete Estados Membros melhoraram a sua classificação do ICG, nomeadamente: Botswana, RDC, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Tanzânia e Zimbábwe. Um Estado Membro (Madagáscar), apresentou melhorias excepcionais ao subir sete posições de 128 em 2016 para 121 em 2017. Todavia, o Lesoto, Moçambique, Namíbia e África do Sul baixaram as suas posições em 2017. As Maurícias, a África do Sul e o Botswana permaneceram os Estados Membros mais competitivos e melhor classificados da Região. Todavia, três Estados Membros (Botswana, Madagáscar e Tanzânia) melhoraram consistentemente o seu desempenho ao longo dos últimos quatro anos consecutivos.

3.3 Perspectiva Regional Para 2018 -2019

- (36). A aceleração moderada da economia global e o ambiente externo favorável em termos de subida dos preços dos produtos primários deverão apoiar as perspectivas económicas da região a médio prazo. Todavia, os responsáveis políticos têm de ser decisivos na efectivação de mudanças das políticas para tirar partido da melhoria dos preços dos produtos primários e da recuperação económica global. Os responsáveis políticos deveriam também ser decisivos na gestão dos riscos como a subida do nível de endividamento e as eleições que se avizinham em alguns Estados Membros, que normalmente são associadas a redução do apetite por reformas difíceis. Enquanto as melhorias nos preços do petróleo vão beneficiar os países exportadores de petróleo, isso vai resultar no agravamento da factura das importações dos países importadores de petróleo, enfraquecendo assim o ambiente externo.
- (37). Ao nível regional, a precipitação errática e fraca na época 2017-18 poderá reduzir a produção agrícola no Verão de 2018 na região, com consequências negativas para a segurança alimentar e quanto aos preços dos alimentos. A baixa produção prevista pode também afectar a oferta de matérias-primas de proveniência agrícola para a indústria do agro-processamento.
- (38). Em face do acima exposto, projecta-se que o crescimento da produção mundial seja de 3,9% em 2018. Projecta-se que o crescimento nas economias avançadas melhore ligeiramente em 2018 situando-se em 2,5% e que abrande para 2,2% em 2019. Os EUA vão continuar a liderar este crescimento, atingindo 2,9% em 2018 e 2,7% em 2019. Prevê-se que na zona Euro o crescimento aumente 2,4% em 2018 e que abrande para 2% em 2019.
- (39). Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento vão continuar a impulsionar o crescimento económico, com o crescimento em termos gerais a passar de 4,8% em 2017 para 4,9% em 2018, e 5,1% em 2019. A previsão aponta para um crescimento no Brasil de 1% em 2017 passando para 2,3% em 2018 e 2,5% em 2019. Projecta-se que o crescimento na África subsaariana acelere 0,6% ponto percentual, passando de 2,8% em 2017 para 3,4% em 2018, e voltando a subir para 3,7% em 2019.
- (40). O crescimento económico na região da SADC deverá ascender, em média, a 2,5% em 2018, uma subida em relação a 1,9% registado em 2017. Nenhum dos Estados Membros deverá alcançar a meta regional de 7% de crescimento do PIB real em 2018. O PIB per capita da região deverá crescer modestamente, evoluindo de USD 4004 em 2017 para USD 4171 em 2018.

- (41). Prevê-se que a poupança em média atinja 22,2% do PIB em 2018, o que representa um aumento em relação a 21,4% do PIB em 2017. Apenas o Botswana, Moçambique e Zâmbia deverão registar poupanças brutas nacionais acima da meta regional de 30% do PIB. No referente ao investimento total, espera-se que a região registre uma ligeira melhoria, de 24,4% do PIB registados em 2017, para 25,8% do PIB em 2018, esperando-se que cinco Estados Membros (Botswana, Lesoto, Moçambique, Seychelles, Tanzânia e Zâmbia) registem investimentos totais acima dos 30% do PIB em 2018.
- (42). Projecta-se que inflação da região baixe para 8,8% em 2018 depois de ter atingido 10,7% em 2017. Em 2018, todos os Estados Membros, com a excepção de Angola, RDC, Malawi e Zâmbia, deverão atingir a meta de inflação regional, situada no intervalo de 3 a 7%.
- (43). O défice fiscal da região deverá melhorar ligeiramente de 4,7% do PIB em 2017 para 3,9% do PIB em 2018. Sete Estados Membros (Angola, Botswana, RDC, Madagáscar, Malawi, Seychelles e Zimbabwe) deverão atingir a meta regional de défice fiscal inferior a 3% do PIB. A dívida pública média regional deverá deteriorar-se mais, passando dos 50,7 por cento do PIB registados em 2017, para 52,6 por cento do PIB, em 2018. Todos os Estados Membros, com a excepção de Angola, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe, deverão atingir níveis de dívida pública abaixo de 60% do PIB.
- (44). No sector externo, os termos comerciais da região deverão melhorar 1,7% em 2018. Os volumes de importação de bens e serviços para a região deverão aumentar na ordem de 7% em 2018, o que representa uma melhoria comparativamente ao declínio de 1,8% em 2017. Em termos de volumes de exportações, a região deverá registar um aumento de 5,7% em 2018, comparativamente ao aumento de 0,8%, em 2017. A balança da conta corrente deverá situar-se em 3,9% do PIB em 2018, comparativamente ao défice de 3,4% do PIB em 2017. Todos os Estados Membros, com a excepção do Lesoto, Moçambique e Seychelles deverão registar uma défice da conta corrente inferior a 9% do PIB. Estima-se que a região registre reservas externas correspondentes a 4,4 meses de importações em 2018, o mesmo nível registado em 2017. Três Estados Membros (Angola, Botswana e Maurícias) deverão registar níveis de reserva externas acima da meta regional de 6 meses de cobertura das importações.

4. Implementação de Programas de Cooperação e Integração Regional

4.1 Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado

4.1.1 Desenvolvimento Industrial

4.1.1.1 Massificação da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC (SISR)

- (1). O desenvolvimento industrial continua a desempenhar um papel de destaque na agenda de integração da SADC e a ocupar lugar central na diversificação do crescimento económico regional. Em 2017/18, a massificação da Estratégia e Roteiro da Industrialização (SISR) permaneceu a área de implementação central em conformidade

com a Decisão do Conselho de 2015 que apelou os Estados Membros a popularizarem a Estratégia. Nesse sentido, foram observadas as seguintes realizações:

- ix. O Secretariado recebeu pedidos de 13 Estados Membros para a determinação dos custos nacionais indicativos da coordenação do sector público para o Plano de Acção Orçamentado e dentre eles 8 Estados Membros (Angola, Botswana, Madagáscar, África do Sul, Eswatini, Lesoto, Namíbia e Zimbabwe) receberam assistência para a orçamentação dos seus Planos de Acção. A RDC e o Malawi realizaram eles próprios o exercício de orçamentação e partilharam as suas estimativas.
- x. Materiais de sensibilização e corporativos foram distribuídos durante a reunião do Conselho e da Cimeira em Agosto de 2017, na África do Sul. A abordagem alargou a cobertura e a sensibilização a 25 jornalistas de Angola, Botswana República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Eswatini, Zâmbia e Zimbabwe.
- xi. A celebração da segunda Semana da Industrialização da SADC decorreu em Julho de 2017 para criar um entendimento comum sobre as modalidades de implementação do Plano de Acção Orçamentado da Estratégia de Industrialização. O principal resultado da semana foi a Declaração de Sunninghill do sector privado em termos de principais acções e reformas para apoiar a industrialização.

4.1.1.2 O Desenvolvimento da Visão Regional para os Recursos Minerais.

- (2). A elaboração do esboço de Visão Regional para os Recursos Minerais (RMV) da SADC e do seu Plano de Acção, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) marcou um outro importante passo em 2017/18. A RMV da SADC tem por objectivo i) maximizar o impacto de desenvolvimento da extracção dos recursos minerais no contexto geral da Visão Africana para os Recursos Minerais (AMV); e ii) providenciar o quadro genérico para guiar uma maior beneficiação dos minerais, como preconizado na Estratégia de Industrialização. Uma reunião regional das partes interessadas vai ser realizada em Setembro de 2018, para considerar o contributo dos Estados Membros para o Projecto de Relatório e Plano de Acção.

4.1.1.3 Mobilização de recursos para a implementação das principais prioridades do SISR

- (3). Foram empreendidos esforços contínuos para a mobilização de recursos e para colmatar o défice financeiro tendo em vista a implementação das principais prioridades de SISR. Em 2017/8, o Secretariado obteve recursos da Cooperação para o Desenvolvimento da Alemanha (GIZ) e da Comissão Europeia para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor e da agregação de valor ao nível regional para produtos agrícolas e não agrícolas nos subsectores do agro-processamento e farmacêutico. A implementação iniciará no próximo ano.

4.1.1.4 Criação da Direcção de Desenvolvimento Industrial e Comércio

- (4). A Direcção de Desenvolvimento Industrial e Comércio (IDT) foi recentemente criada na estrutura do Secretariado da SADC em 2017/18 com o mandato de assegurar que a Região da SADC seja auto-suficiente em bens e serviços que possam ser transaccionados na região e no mundo. O mandato compreende toda a cadeia de actividades desde a concepção do produto em resultado da Pesquisa Científica e Desenvolvimento até a produção de cadeias de valor industrial e a determinação da especificação de bens e serviços nas normas e regulamentação técnica, o que eventualmente viabiliza as trocas comerciais. Durante o período em análise, a IDT concentrou-se no seguinte:
- i. Implementação da Estratégia de Industrialização, com vista a diversificar a estrutura industrial das economias da SADC e promover as estratégias de beneficiação, agregação de valor e cadeias de valor; e
 - ii. Integração efectiva dos mercados de bens e serviços e alargamento das oportunidades de exportação, através de novos mecanismos comerciais ao nível regional, tripartido e continental, e da melhoria do ambiente para as trocas comerciais, através de esforços contínuos tendentes a eliminar as restrições ou as barreiras ao comércio.

4.1.2 Integração dos Mercados

4.1.2.1 Acordo de Comércio Livre da SADC

- (5). O Secretariado continuou a acompanhar a implementação da ZCL da SADC por parte dos Estados Membros. Um marco importante para a consolidação da Zona de Comércio Livre da SADC em 2017/18 foi a implementação do desarmamento aduaneiro. Todas as partes do Protocolo da SADC sobre as Trocas Comerciais, com a excepção de dois Estados Membros que enfrentam desafios de implementação, concluíram ou estão em processo de conclusão do desarmamento aduaneiro. Todavia, a tendência persistente de os Estados Membros não aderirem aos requisitos do Protocolo quanto ao desarmamento aduaneiro deve ser resolvida pelos órgãos relevantes ou tratada ao nível do Conselho, pois comporta o risco de afectar a fundação da integração do mercado na SADC.
- (6). Foi registado progresso na revisão do Quadro de Cooperação Regional para as Legislação em matéria de Concorrência, o que constitui um importante passo rumo a implementação da ZCL da SADC. Em particular, foram realizadas as seguintes importantes reuniões:
- i. O Fórum Africano de Concorrência (ACF), que presta apoio no desenvolvimento e implementação de políticas de concorrência no continente africano, reuniu em Dezembro de 2017 e tomou decisões respeitantes à legislação de políticas de concorrência. Diversas agências reguladoras da concorrência de África beneficiaram do workshop de capacitação porquanto assimilaram novas técnicas de investigação e análise e compartilharam experiências sobre a aplicação efectiva da lei de concorrência.

- ii. A reunião anual do Comité Técnico da Concorrência da SADC decorreu em Maio de 2017 tendo discutido e partilhado as melhores práticas da SADC relativamente a implementação da política da concorrência. O Comité criou o seu quarto grupo de trabalho para liderar o trabalho em assuntos que dizem respeito ao consumidor; e
- iii. A segunda Reunião do Grupo de Trabalho do Cartel da SADC foi realizada em Agosto de 2017 na Zâmbia para discutir e partilhar as práticas de conformidade e os desafios comuns.

4.1.2.2 Liberalização do comércio de serviços

- (7). O Protocolo da SADC sobre o Comércio de Serviços, que foi assinado em Agosto de 2012, continuou a representar o quadro para os Estados Membros negociarem a liberalização gradual do comércio de serviços em sectores identificados. A primeira ronda dessas negociações, que começaram em 2012 e abarcaram seis sectores prioritários, culminou com as seguintes realizações marcantes:
 - i. Um acordo sobre quatro (4) sectores, nomeadamente o dos serviços Financeiros, do Turismo, Transporte e Comunicações, que resultou na finalização das negociações de catorze (14) ofertas (na forma de lista de compromissos), assim como seis (6) Anexos reguladores cobrindo os Serviços Financeiros; Serviços das Telecomunicações; Serviços do Turismo; Operações Empresariais Substanciais; Circulação de Pessoas Naturais (Modo 4), e mecanismos interinos relativos aos Compromissos sobre Subsídios; e
 - ii. As negociações sobre os Anexos reguladores que cobrem os Serviços Postais e dos Correios e dos Serviços de Transportes e Logística estão ainda a decorrer. As negociações sobre as ofertas em dois outros sectores, nomeadamente serviços de Construção e de Energia vão prosseguir na próxima ronda do calendário de liberalização do comércio de serviços, que deverá incluir novos sectores em apoio a estratégia de industrialização.

4.1.2.3 Propostas de projectos submetidos pelos Estados-Membros no quadro do Fundo de Apoio às Actividades Relacionadas com o Comércio (TRF) aprovadas e implementadas

- (8). Todos os projectos propostos no âmbito do TRF pelos Estados Membros beneficiários foram aprovados em Maio de 2017, e todos os Estados Membros beneficiários haviam assinado os Acordos de Financiamento até 27 de Julho de 2017. Este constituiu um grande feito, porque os projectos aprovados reflectem essencialmente as prioridades de integração da SADC, com a maioria das intervenções de TRF viradas para o desenvolvimento industrial e para o incremento da integração do mercado.
- (9). Um adiantamento do pagamento de 30% foi feito aos 12 Estados Membros para a implementação do Projecto no Botswana (Euro 780 000), Lesoto (Euro 780 000), Malawi (Euro 420 000), Madagáscar (Euro 420 000), Maurícias (Euro 420 000), Moçambique (Euro 780 000) Namíbia (Euro 780 000), Seychelles (Euro 420 000), Eswatini (Euro 780 000) Tanzânia (Euro 420 000), Zâmbia (Euro 420 000) e Zimbabwe (Euro 420 000). A

capacitação para a gestão das aquisições e financeira foi providenciada a todos os Estados Membros e foi prestado apoio a todos os países beneficiários para a elaboração dos planos de trabalho e das aquisições.

4.1.2.4 Zona de Comércio Livre Tripartida

- (10). Os Estados Membros/Parceiros ao nível tripartido continuaram com o trabalho para a finalizar as negociações para a conclusão das questões pendentes da 1ª Fase, principalmente sobre as ofertas tarifárias, regras de origem específicas, e recursos em matéria de comércio. Até ao presente, vinte e dois (22) Estados Membros/Parceiros ao nível tripartido assinaram o Acordo, com apenas três (3) ratificações recebidas até hoje, do Egipto, Quênia e Uganda. O progresso relativamente a ZCL ao nível tripartido foi afectado pela falta de financiamento e por causa dos avanços rápidos nas negociações da Zona de Comércio Livre Continental Africana, que não se tem deparado com o mesmo tipo de desafios de financiamento. Numa tentativa de obter mais ratificações do Acordo, o Grupo de Trabalho Tripartido (TTF), com financiamento recebido da UE tem organizado seminários nacionais de sensibilização em determinados Estados Membros/Parceiros da iniciativa tripartida. Um total de catorze (14) ratificações são necessárias para o Acordo entrar em vigor.

4.1.2.5 Zona de Comércio Livre Continental

- (11). Na sua 10ª Sessão Extraordinária realizada em Kigali, no Ruanda, em 21 de Março de 2018, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA aprovou o Acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e os respectivos protocolos, nomeadamente o Protocolo sobre o Comércio de Bens, o Protocolo sobre o Comércio de Serviços e o Protocolo sobre o Regimento para a Resolução de Litígios. A acordo da ZCLCA foi assinado por 44 países africanos, nove (9) dos quais são Estados-Membros da SADC e vinte e sete (27) países assinaram o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas. Na sequência da sua assinatura, será necessário que seja ratificado por 22 países para o Acordo entrar em vigor.
- (12). Quênia, Gana e Ruanda tornaram-se os primeiros países a remeter os respectivos instrumentos de ratificação em Maio de 2018, esperando-se que mais países o façam à medida que os processos legais internos vão decorrendo nos respectivos Estados Membros durante o ano. Continua em curso o trabalho visando viabilizar a conclusão das matérias pendentes (Agenda Integrada) na 1ª Fase durante a próxima Sessão da Conferência da União Africana e, Janeiro de 2019.

4.1.2.6 Facilitação do Comércio e Instrumentos Aduaneiros

- (13). No âmbito da implementação do Programa de Facilitação do Comércio na SADC (TFP) aprovado pelo Grupo de Trabalho Ministerial para a Integração Económica Regional em Julho de 2016, com o intuito de apoiar a implementação da estratégia e roteiro da industrialização. Em 2017/18, foram realizadas importantes actividades nas áreas aduaneira e de facilitação do comércio, incluindo:

- i. Criação de um Regime de Comércio Simplificado (STR) na região com vista a reduzir as barreiras ao comércio que afectam os pequenos comerciantes, particularmente os custos de transacção associados ao comércio formal;
- ii. Introdução do Certificado de Origem Electrónico para determinar se um produto tem origem na região para que seja elegível ao acesso com isenção de direitos no mercado da SADC. Um conjunto de regras para o Certificado de Origem Electrónico para beneficiar os Estados Membros quanto as preferências comerciais SADC foram acordadas pelos Estados Membros. A transição da actual certificação manual emitida principalmente pelas Administrações Aduaneiras na maioria dos Estados Membros para a plataforma electrónica no país de origem ou de exportação considera-se como sendo um instrumentos eficiente e eficaz de facilitação de comércio, o que poderá reduzir os custos e o tempo, e ao mesmo tempo promover a transparência e o preenchimento electrónico;
- iii. As necessidades relativas a proposta de projecto de facilitação do comércio para o posto de fronteira da Kasumbalesa, que faz parte dos esforços de melhoria da gestão fronteiriça do Corredor Norte-Sul, foram aprovadas pelo Governo da Alemanha, e foram apresentadas as partes interessadas da RDC, lideradas pelo Ministério do Comércio e as partes interessadas da Zâmbia, lideradas pelo Ministério do Comércio

4.1.2.7 Integração dos Mercados Financeiros

- (14). A SADC continua a apoiar a modernização e harmonização dos sistemas de pagamento e de compensação como meio de financiar os sectores prioritários e de estimular o desenvolvimento económico da região. O Sistema Electrónico Integrado Regional de Liquidação da SADC (SIRESS) registou avanços adicionais e a sua consolidação desde 2013, altura em que entrou em funcionamento. Até finais de Abril de 2018, o SIRESS havia materializado as seguintes realizações:
- i. O número total acumulado de transacções liquidadas situava-se em 1 063 306, representando 4,46 triliões de Randes, equivalente a USD 377,14 biliões. Todos os Estados Membros participam no SIRESS, com a excepção de Madagáscar.
 - ii. Foi feita a transição do sistema de liquidação com uma única moeda (liquidação com o Rand sul-africano) para um sistema de liquidação de múltiplas moedas, com o dólar dos Estados Unidos como a moeda de liquidação adicional. A liquidação com o dólar dos Estados Unidos no sistema deverá iniciar em Outubro de 2018, enquanto o sistema de moedas múltiplas deverá ser plenamente implementado em Dezembro de 2019.
- (15). Por outro lado, para se tornar um sistema de pagamento inclusivo, o SIRESS pode agora também proceder a liquidação de pagamentos de valores baixos nos quatro países com Autoridades Monetárias Comuns, nomeadamente o Lesoto, Namíbia, Reino de Eswatini e África do Sul. Para conter eventuais desafios ou a usurpação da marca SIRESS por terceiros, está em curso o processo o registo da marca comercial SIRESS em todos os Estados Membros. Todavia, visto que existiam algumas marcas já registadas e que

foneticamente e visualmente se assemelhavam a marca comercial SIRESS, ficou acordado que o sistema de pagamento da SADC seria registado como “Sistema da SADC de Liquidação Bruta em Tempo Real” (SADC-RTGS).

4.1.2.8 Financiamento do Desenvolvimento

- (16). O Mecanismo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC (SADC - PPDF) continua a apoiar os Estados Membros para fortalecerem a conectividade regional das infra-estruturas, através da provisão de subvenções para a preparação e desenvolvimento de projectos regionais de infra-estruturas transfronteiriças. Em 2017/18, foram aprovados dois projectos adicionais, designadamente o projecto Africa Green Co (Zâmbia, Botswana, Moçambique e Namíbia) e as Directrizes e Normas da Agência das Energias Renováveis (Maurícias). O número cumulativo de projectos ao abrigo deste Mecanismo totaliza nove em Junho de 2018.
- (17). O Secretariado conseguiu mobilizar recursos adicionais no âmbito da Cooperação entre a SADC e a Alemanha/KfW para financiar actividades adicionais de preparação de projectos. O Governo da Alemanha comprometeu-se a providenciar recursos adicionais através da KfW para financiar actividades de PPDF, dependendo da avaliação do Mecanismo, processo que decorre neste momento.
- (18). Estão em curso acções que visam a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, O Secretariado manteve contactos com BAD com vista à provisão de assistência técnico para a operacionalização das janelas de Desenvolvimento de Infra-estruturas e do Desenvolvimento Industrial; Desenvolvimento de um plano de transição do actual PPDF para o Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC e a formulação das directrizes e políticas de governação e operacionais da Fundo.

4.1.2.9 Questões relacionadas com Investimento e Matéria Fiscal

- (19). A SADC solicitou assistência a OCDE para a preparação do Quadro da Política de Investimento da SADC (tendo como base o Quadro da Política de Investimento da OCDE) em resposta aos desafios da atracção do investimento directo estrangeiro para a região assim como o investimento nacional e regional.
- (20). O Quadro da Política de Investimento da SADC (IPF) foi finalizado em 2017/18. O IPF visa providenciar um quadro para a formulação e operacionalização de políticas de investimento adequadas para promover o crescimento económico de base alargada na região. O processo de formulação, que levou mais de dois anos a finalizar, foi conduzido pelos Estados Membros e foi concebido como um programa orientado para a acção que proporcionava um roteiro para a política. O objectivo era mobilizar o esforço colectivo dos Estados Membros para promover reformas que possam contribuir para atrair investimentos. Os Planos de Acção Nacionais para o Investimento (NAPI) estão a ser elaborados para providenciar orientação política para a implementação do IPF da SADC. Três Estados Membros elaboraram os seus NAPIs, com a assistência do Centro (Hub) do Comércio e Investimento da USAID, nomeadamente o Botswana, Malawi e Zâmbia.

- (21). O modelo para os Tratados Bilaterais de Investimentos (BITs), que foram inicialmente desenvolvidos em 2012 foram revistos durante o ano em apreço para reflectir a natureza dinâmica dos acordos internacionais num ambiente sujeito a variações. O modelo apresenta recomendações para os Governos que estes poderão considerar nas negociações que manter relativamente a tratados de investimento. Serve também de recurso de aprendizagem para os funcionários e pode servir de base para a formação dos funcionários governamentais da SADC, particularmente os que estão envolvidos na negociação dos tratados de investimento.
- (22). O Modelo de Acordo da SADC para Evitar a Dupla Tributação (DTAA) foi revisto para levar em consideração as questões de Erosão da Base e Transferência dos Lucros. O modelo revisto foi aprovado pelos Ministros das Finanças e Investimento aquando da sua reunião realizada em Julho de 2018. Os Ministros instruíram o Subcomité Fiscal para avaliar a situação da harmonização dos regimes fiscais na região e a reportar o progresso na PROGRESSO reunião.

4.1.2.10 Programa de Convergência Macroeconómica

- (23). O processo de revisão de pares no contexto da Convergência Macroeconómica foi lançado em Maio de 2013 em Maputo, Moçambique. Desde então, todos os Estados Membros, excepto Madagáscar e Seychelles, foram sujeitos a revisão de pares. Em 2017/18, cinco Estados Membros, nomeadamente o Botswana, Maurícias, Moçambique, África do Sul e Zâmbia foram submetidos à avaliação pelos pares e as constatações foram consideradas pelo Painel de Avaliação pelos Pares em Julho de 2018. O Painel aprovou as propostas de políticas recomendadas para estes Estados Membros, conforme apresentadas pelas respectivas Equipas de Avaliação, e encorajou os Estados Membros submetidos a revisão a implementarem as recomendações produzidas e a reportarem o progresso numa base anual.
- (24). Com respeito ao desempenho dos Estados Membros em função das meta de convergência macroeconómica, este foi misto em 2017/18. Em 2017, todos os Estados Membros, com a excepção de Angola, RDC, Madagáscar, Malawi e Moçambique, tiveram uma taxa de inflação dentro das metas definidas de 3% a 7%. Em 2016, todos os Estados Membros, com a excepção de Angola, Malawi Moçambique, Reino de Eswatini e Zâmbia, tiveram uma taxa de inflação dentro das metas definidas de 3% a 7%. Apenas três Estados Membros (RDC, Seychelles e a Tanzânia) alcançaram a meta de défice fiscal de 3% do PIB em 2017, comparativamente a cinco Estados Membros (Angola, Botswana, RDC, Madagáscar e Seychelles) que a atingiram a meta em 2016. Todos os Estados Membros, excepto Angola, Maurícias, Moçambique, Seychelles e Zimbabwe, situaram-se dentro da meta regional da dívida pública de 60% do PIB.

4.2 Infra-estruturas de Apoio à Integração Regional

4.2.1 Implementação do Plano Director de Desenvolvimento das Infra-estruturas Regionais

- (25). O Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC (RIDMP) é a base de referência para todos os projectos de infra-estrutura para o período de 2012

a 2027. Este implementa a Prioridade B - Infra-estruturas de Apoio à Integração regional do RISDP Revisto. O RIDMP tem como enfoque a realização da Visão 2027 sobre Infra-estruturas e contribui para a Estratégia e Roteiro da Industrialização bem como para outros quadros estratégicos regionais. Para esse fim, existe vários mecanismos de preparação de projectos para assegurar que a Região tenha em carteira projectos passíveis de financiamento bancário. Estes incluem:

- i. O Mecanismo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC (PPDF) albergado no Banco de Desenvolvimento da África Austral em Midrand, África do Sul (25 milhões de USD);
- ii. A Unidade de Assessoria a Projectos (PAU) do Pool de Energia da África Austral (SAPP) baseada no Centro de Coordenação do Grupo de Electricidade da África Austral, em Harare, no Zimbabwe, com o financiamento do Banco Mundial (30 milhões de USD);
- iii. O Projecto de Investimento em Infra-estruturas da África do Sul (IIPSA) baseado no Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) em Midrand, África do Sul, que também considera os projectos regionais da SADC - UE (100 milhões de Euros);
- iv. O Mecanismo de Preparação de Projectos de Infra-estruturas da NEPAD (IPPF) baseado no Banco Africano de Desenvolvimento em Abidjan, Cote'Ivoire, para os Projectos de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA);
- v. O Fundo de Água da SADC baseado no DBSA em Midrand, África do Sul, apoiado pelo Governo da Alemanha, através do KfW (10 milhões de Euros);
- vi. 11.º FED – UE (600 milhões de Euros para os 5 DRMOs - Preparação e Operações Mistas);
- vii. Mecanismo de Desenvolvimento de Infra-estruturas Resilientes ao Clima com base em Centurion, África do Sul, e apoiado pelo DFID (GBP 80 milhões); e

4.2.2 Comunicações e TICs

4.2.2.1 Implementação do Projecto de Roaming da SADC

- (26). Os Operadores de Rede de Telefonia Móvel (MNO) de nove (9) Estados Membros da SADC estão a implementar o Projecto de Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC (SHAR), com base no princípio de Fazer Roaming como se Fosse Chamada no País de Origem (RLAH). Isso está em conformidade com a decisão dos Ministros responsáveis pelas TIC de Novembro de 2014, de adopção do regime de Fazer Roaming como se Estivesse no País de Origem, regulando as tarifas de roaming a grosso e a retalho, usando a escala de redução progressiva para os próximos seis (6) anos. O projecto está a ser implementado em 3 Fases: 1ª Fase: Transparência relativamente as Tarifas de Roaming e Aumento área útil de cobertura; 2ª Fase: Regulamento do Limite de Preço

de retalho e por atacado, Abordagem de Três Rotas; e 3ª Fase: Regulação dos Preços de Roaming com Base nos Custos.

- (27). Os 9 Estados Membros implementaram a primeira e segunda Fases o que trouxe a transparência nos serviços de roaming através da recepção de uma SMS na entrada da pessoa que faz o roaming numa rede estrangeira e a redução das tarifas. A segunda Fase foi implementada numa base de reciprocidade através do regulamento do limite de preço para o roaming por atacado e a retalho, em conformidade com os Roteiros de Roaming da SADC. A terceira e última Fase requer o desenvolvimento de um Modelo de Custo de Roaming da SADC para determinar o custo real de Roaming na SADC a ser implementado até Setembro de 2018.

4.2.2.2 Declaração da SADC sobre a Quarta Revolução Industrial

- (28). Em Setembro de 2017 na África do Sul, como compromisso dos Estados Membros, os Ministros das TIC da SADC assinaram a Declaração sobre a Quarta Revolução Industrial (FIR) para guiar o desenvolvimento de programas e projectos regionais. A Declaração representa o compromisso da SADC de se preparar para a Quarta Revolução Industrial, através do uso das TIC e a necessidade de acelerar a expansão da infra-estrutura de banda larga e de tratar a internet como uma ferramenta essencial a ser acedida por todos os cidadãos da SADC. As principais áreas prioritárias são:

- i. Infra-estrutura e Conectividade;
- ii. Acessibilidade do preço;
- iii. Habilidades e Conhecimento;
- iv. Desenvolvimento dos Empreendedores (oportunidades digitais para o desenvolvimento empresarial das PMMEs, especialmente para a exportação de bens e serviços); e
- v. Conteúdo local.

- (29). A Declaração promete estimular a colaboração e a introdução de medidas concretas e práticas para colocar a SADC como um actor competitivo e crítico no desenvolvimento e evolução da Quarta Revolução Industrial em todas as suas cadeias de valor nas seguintes áreas prioritárias:

- i. Introdução contínua de Quadros de Política e de Regulamentação favoráveis;
- ii. Expansão de banda larga de alta qualidade e acessível em termos de preço;
- iii. Massificação das habilidades;
- iv. Quadros para a segurança cibernética, incluindo a protecção de crianças, mulheres e outros grupos vulneráveis; e
- v. Considerar os factores viabilizadores críticos da Quarta Revolução Industrial.

- (30). O Secretariado da SADC criou um Grupo de Trabalho da FIR ao nível da SADC para elaborar um quadro para operacionalizar a Declaração da SADC sobre a FIR.

4.2.3 Energia

- (31). Em 2017/2018, a Região adicionou 3 580 MW como resultado da contribuição de dez (10) Estados Membros da parte continental: Angola 1 727 MW; Botswana 120 MW; DRC

150 MW; Malawi 6 MW; Moçambique 40 MW; Namíbia 70 MW; África do Sul 1 234 MW; Tanzânia 28 MW; Zâmbia 55 MW e Zimbabwe 150 MW. O total da capacidade instalada é de 67 200MW. Os projectos de centrais eléctricas foram implementados por empresas públicas de energia e por Produtores de Electricidade Independentes (IPPs). Uma Avaliação da Definição de Prontidão do Projecto (PDRA) foi desenvolvida como uma ferramenta de gestão e monitorização para o acompanhamento do projecto e para garantir exactidão dos relatórios sobre o progresso. A ferramenta foi divulgada em todos os Estados Membros da SADC da parte continental para sensibilizar as empresas de electricidade no âmbito do SAPP.

4.2.3.1 Implementado o plano de produção e transporte de energia eléctrica

- (32). As margens do actual pico da procura e da reserva da capacidade de produção de energia revelam uma capacidade em excesso de 2 957 MW. Ademais, a capacidade existente do armazenamento convencional e de energia hidroeléctrica bombeada em 2017/2018 era de 43%, gás 24%, sistema solar (fotovoltaico (PV) e Energia Solar Concentrada (CSP)) 11%, eólica 10% e do carvão mineral apenas 7%. Os investimentos recentes nas tecnologias de energia renovável e a entrada em funcionamento de centrais térmicas movidas a gás aumentaram a comparticipação de outras fontes de energia primária na combinação das fontes de produção de energia. Como resultado, a comparticipação do carvão mineral baixou de 74% para 60% entre 2013 e 2017, enquanto a energia hidroeléctrica manteve-se constante em 21%.

4.2.3.2 Subprograma Regional de Petróleo e Gás elaborado e executado

- (33). O Secretariado da SADC organizou uma reunião do Sub-comité do Petróleo e Gás da SADC a 15 e 16 de Fevereiro de 2018 para, entre outros, criar um comité regional do gás em resposta a directiva da 36a Reunião Ministerial realizada em Ezuluini Valley, no Reino do Eswatini em Julho de 2017 e da 37a Cimeira dos Chefes de Estado de 2017, que enfatizaram a importância do papel do petróleo e gás na combinação de energia regional e a necessidade de desenvolver a economia do gás. O Sub-comité preparou o projecto de Termos de Referência para o Comité Regional do Gás. O Comité foi inaugurado a margem da reunião dos Ministros de Energia que decorreu em Junho de 2018. O Comité Regional do Gás vai também supervisionar a formulação do Plano Director Regional do Gás.

4.2.4 Transporte

4.2.4.1 Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e do Trânsito

- (34). O Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e do Trânsito (TTTFP) foi lançado em Outubro de 2017 em Dar es Salaam, Tanzânia, para facilitar o desenvolvimento de um mercado de transporte rodoviário regional mais competitivo, integrado e liberalizado que pode contribuir eficazmente para a integração e desenvolvimento económico regional, através do desenvolvimento e implementação de políticas, leis, regulamentos, normas harmonizadas sobre o transporte rodoviário transfronteiriço e redes de transporte rodoviário e de trânsito e serviços, sistemas e procedimentos de transportes e logística eficientes na região da África Oriental e Austral (EA-SA). Até a data, o programa conseguiu as seguintes realizações dignas de menção:

- i. Desenvolvimento e validação do Acordo de Gestão da Carga em Veículos Automóveis; Acordo Multilateral de Transporte Rodoviário Transfronteiriço e cinco modelos de leis para guiar a transposição para o ordenamento jurídico nacional dos acordos nos Estados Membros;
- ii. A sensibilização nacional e regional foi feita em 17 dos 21 Estados Membros/Parceiros da Iniciativa Tripartida para identificar as necessidades de assistência técnica dos Estados Membros e das principais partes interessadas.
- iii. Mais de 100 pedidos de assistência técnica foram recebidos e estão a ser considerados; e
- iv. Facilitação da constituição do Fórum dos Reguladores de Transporte Rodoviário Transfronteiriço como uma plataforma para a coordenação e sincronização das reformas políticas e regulamentares que os Estados Membros devem levar a cabo, em conformidade com as leis, políticas, regulamentos e normas tripartidas acordadas.

4.2.4.2 Projecto Ferroviário do Corredor Norte-Sul (NSC)

- (35). Em Junho de 2016, a Fundação Empresarial da NEPAD conseguiu o financiamento através de subvenções do Mecanismo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC (PPDF) gerido pelo Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) para o estudo do NSC, e o consultor técnico foi nomeado em Fevereiro de 2017 para conduzir o estudo. A Fundação Empresarial da NEPAD com sucesso facilitou o desenvolvimento e o acordo de propostas chave entre os caminhos de ferro do NSC para o desenvolvimento do NSC. A 25 de Janeiro de 2018, uma reunião do Comité Directivo do NSC, que integra todos os Directores Executivos (CEOs) de todos os caminhos de ferro do NSC, foi convocada e as conclusões do Estudo do NSC foram aprovadas.
- (36). Através do estudo do NSC, os caminhos-de-ferro do corredor Norte-Sul (CNS) acordaram colectivamente em relação aos princípios chave da estratégia de desenvolvimento do corredor em todas as áreas principais, que inclui: operações, marketing, infra-estrutura e material circulante. O estudo do NSC formulou propostas para a visão futura do corredor, e apresentou também elementos de acção imediata, que todos os caminhos-de-ferro acordaram em executar. Vários projectos foram aprovados para desenvolvimento subsequente pelos Directores Executivos dos caminhos-de-ferro do corredor Norte-Sul (CNS).
- (37). Para executar os projectos aprovados acima mencionados está a ser mobilizado financiamento para a preparação dos projectos, particularmente para os projectos de implementação imediata. Os Termos de Referência para os projectos foram elaborados e decorrem contactos com os Parceiros de Cooperação Internacionais o que se segue foi abordado para a mobilização de financiamento. As companhias ferroviárias já estão a implementar outros projectos tais como a injeção de material circulante no corredor. Recentemente (T1 de 2018), a Transnet procedeu à entrega de material circulante à Zâmbia e Zimbabwe com a finalidade de aumentar a capacidade de transporta na linha.

No decurso do ano de 2018, serão apresentados outros pedidos para o financiamento de projectos de infra-estrutura e de material circulante.

4.2.5 Água

4.2.5.1 Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água do Cunene

- (38). O Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água do Cunene compreende três segmentos distintos: um relativo a submissão da Concepção de Projectos (para Namacunde e o Lote 2 em Santa Clara) e os outros dois relativos a concepção e efectiva implementação no terreno - em Calueque e em Santa Clara. A seguir ao lançamento oficial, a implementação do Projecto de Abastecimento de Água do Cunene partilhado por Angola e pela Namíbia prosseguiu conforme planeado. A construção da Estação de Tratamento da Água da Aldeia de Calueque e as reparações na principal conduta de elevação e no canal foram concluídas com êxito e entrou em funcionamento nos finais de Março de 2018. Isso representou a conclusão do lote 1 do Projecto. O Lote 2 envolve a construção e reabilitação da rede de armazenamento e de distribuição de água em Santa Clara que iniciou em Junho de 2018, conforme previsto e foi contratado um consultor que está em funções. As obras ficarão concluídas em Junho de 2018.

4.2.5.2 Programa de Gestão das Águas Subterrâneas

- (39). O Instituto de Gestão de Águas Subterrâneas (GMI) da SADC foi integralmente constituído e emprega quatro (4) técnicos e um Director Executivo, operando a partir do Instituto de Estudos das Águas Subterrâneas da Universidade de Free State. O Plano e Estratégia de Sustentabilidade Financeira GMI da SADC foram desenvolvidos, revistos e endossados pelos comités técnicos relevantes, incluindo o Sub-Comité para as Águas Subterrâneas, e o Comité Técnico dos Recursos Hídricos, e aprovados pelo Comité dos Ministros responsáveis pelo sector das Águas na sua reunião de Junho de 2018. Estão em curso consultas para avaliar os quadros de políticas e jurídicos para a gestão das águas subterrâneas nos Estados Membros e ao nível regional, e foi desenvolvido o Portal de Informação sobre a Água Subterrânea contendo informação sobre a água subterrânea na região, incluindo o mapa e o atlas da água subterrânea na SADC. O Portal pode ser acedido online por todos os Estados Membros. Os peritos de água dos Estados Membros receberam formação sobre a gestão da água subterrânea através do apoio dos parceiros como a UNESCO, IWMI, Waternet, Universidade de Free State e Universidade do Botswana etc.

4.2.5.3 Projectos do Mecanismo de Desenvolvimento de Infra-estruturas Resistentes ao Clima (CRIDF)

- (40). Vários projectos foram implementados com o apoio do CRIDF para promover a resiliência da comunidade em termos de abastecimento da água através de iniciativas de irrigação e outras de subsistência. Os projectos concluídos com sucesso incluem:
- i. Reabilitação de Furos em Mitema, Abastecimento de Água no Planalto Makonde e Autoridade de Saneamento na Tanzânia: e reabilitação do campo de furos em Mitema, incluindo a instalação de novas bombas para a estação de tratamento

de água para servir 350 000 beneficiários. Os obras orçadas em USD 300 000 entraram em funcionamento em Novembro de 2017;

- ii. O Abastecimento de Água e Saneamento em Kazungula, Empresa Águas do Sul e de Saneamento na Zâmbia: USD 580 000 empregues na reabilitação e aumento da capacidade das instalações sanitárias e da estação de tratamento de água que vai beneficiar os locais e os estimados 130 000 viajantes que atravessam a fronteira anualmente. A obra foi entregue em Maio de 2018. Esta obra complementa o Posto Fronteiriço de Paragem Única que está em construção;
- iii. Abastecimento de Água e Saneamento das Vilas Fronteiriças do Leste da Zâmbia, Empresa de Abastecimento de Água e Saneamento do Leste da Zâmbia e Conselho de Água da Região Central do Malawi: novo sistema de abastecimento de água e de saneamento com base em furos nas vilas fronteiriças de Chanida e Mwami (Zâmbia) e em Mchinji (Malawi). Estes obras com o custo de USD 1,6 milhão foram entregues em Dezembro de 2017 e servem aproximadamente 175 000 beneficiários que vivem e viajam pelas vilas fronteiriças. O projecto foi implementado com base num contrato conjunto da Zâmbia e do Malawi, por via de um acordo de implementação delegada coordenado pelo CRIDF; e
- iv. Bindangombe e Kufandada no Zimbabwe: estes esquemas de resiliência às alterações climáticas tinham como enfoque o abastecimento de água e a melhoria dos modos de subsistência para transformar a produção de culturas de subsistência rural através de ligações com os mercados comerciais e da criação de cadeias de valor. Estas obras de USD 2,8 milhões, que beneficiaram 420 famílias e um hospital de 40 camas, e que atende 15 000 doentes ambulatoriais, incluía uma pequena represa em Kufandada, infra-estrutura de armazenamento de água e de irrigação, e assistência aos meios de subsistência para a comercialização da produção agrícola num mercado sustentável. Os esquemas entraram em funcionamento em Junho de 2016 e aumentaram o rendimento de 0,1t/ano gerando \$40 por família anualmente para 4 t/ano gerando uma média anual de \$2 000 por agregado familiar.

3.2.6 Turismo

- (41). Os Ministros responsáveis pelo Ambiente e Recursos Naturais, Pescas e Aquicultura, e Turismo participaram numa reunião a 23 e 24 de Novembro de 2017 em Pretória. As principais questões deliberadas e decididas pelos Ministros incluem:
 - i. Activação da Unidade de Coordenação do Turismo (TCU) no Secretariado da SADC; Os Estados Membros foram instados a considerar o envio em regime de destacamento de seus funcionários para o Secretariado para a ocupação do cargo de Oficial Sénior de Programas, Oficial de Turismo e Programas, Desenvolvimento de Políticas e de Mercados por serem categorizados como flexíveis;
 - ii. Desenvolvimento do programa de turismo da SADC até Agosto de 2018;

- iii. Aceleração da revisão da Carta da RETOSA e do Memorando de Entendimento entre o Secretariado da SADC e o Secretariado da RETOSA para a incorporação das alterações resultantes do processo de transformação para contribuir para a transformação e sustentabilidade da RETOSA; e
- iv. O Secretariado deverá iniciar a revisão do Protocolo de Desenvolvimento do Turismo na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral para reflectir as alterações nas funções revistas da RETOSA.

4.2.6 Meteorologia

4.2.6.1 Criação e Disseminação de Produtos e Serviços do Sistema de Alerta Prévio (EWS)

- (42). Os produtos do Fórum Regional de Previsão Meteorológica da África Austral (SARCOF) foram divulgados a 26 de Agosto de 2017 para a época chuvosa de 2017/18 com base nas tendências do fenómeno La Niña, que tipicamente se caracteriza em precipitação acima do normal na África Austral. Todavia, os padrões de temperatura da superfície do mar no Oceano Índico e no Oceano Atlântico interferiram e reduziram a probabilidade de um impacto semelhante ao do La Niña nos padrões de precipitação na região da SADC. A presença do fenómeno La Niña enfraquecido aumentou a expectativa de padrões meteorológicos normais na região. Todavia, outros sistemas regionais, como os Ciclones Tropicais e as Temperaturas Altas da Troposfera Média no Botswana influenciaram os prolongados períodos de estiagem e a temperatura máxima na região. O Centro de Serviços Climáticos da SADC divulga continuamente, numa base mensal, dados actualizados dos produtos da SARCOF

4.2.6.2 Reforçada a capacidade dos peritos dos Estados Membros gerarem e divulgarem produtos sobre o clima

- (43). Em 2017, delegados de 14 Estados Membros dos Serviços Nacionais de Meteorologia/Hidrologia da SADC foram capacitados para produzirem a previsão da precipitação nacional e contribuírem para a previsão da precipitação regional de consenso da SADC para o período de Outubro de 2017 a Março de 2018. Sessenta utilizadores finais participaram no SARCOF e receberam orientação sobre o uso da previsão da probabilidade. Foram formados três grupos de trabalho (Agricultura, Água e Energia e Redução do Risco de Calamidades) para passar em revista a previsão e acordar sobre os passos seguintes relativos ao uso da previsão sazonal.

4.2.6.3 Monitorização em prol do Meio Ambiente e Segurança em África

- (44). O Projecto de Monitorização em prol do Meio Ambiente e Segurança em África (MESA) foi implementado e concluído com sucesso em Setembro de 2017. O enfoque do projecto era sobre a promoção e uso da Observação da Terra por Satélite (OT) para fortalecer a capacidade das entidades governamentais com o mandato de monitorizar e providenciar informação de alerta prévio relativamente a agricultura, seca, queimadas descontroladas e inundações, e para promover o uso da Observação da Terra para a planificação, implementação do programa e processo de formulação de políticas. Mais

de 300 funcionários nacionais dos Estados Membros da SADC participaram nos programas de formação da MESA ao nível nacional e regional. No final do projecto, em Setembro de 2017, 94% das linhas de produtos sobre a agricultura, seca e queimadas descontroladas encontravam-se operacionais.

4.3 Cooperação nas Áreas de Paz e Segurança

4.3.1 Sector de Política e Diplomacia

- (45). Um Comité Técnico Eleitoral constituído por membros do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) e do Fórum das Comissões Eleitorais dos Países da SADC (FCE-SADC) foi instituído pela Cimeira da SADC de 2017, para realizar uma Missão de avaliação pré-eleitoral a República Democrática do Congo (RDC). A Cimeira incumbiu o Comité para avaliar a capacidade de administração eleitoral e as necessidades técnicas da Comissão Nacional Eleitoral Independente (CENI) em antecipação das eleições gerais do país. A Missão alcançou o seguinte:
- i. Avaliou o ambiente política e de segurança na RDC; e o quadro constitucional e jurídico que rege o processo eleitoral no país;
 - ii. Realizou uma avaliação das necessidades de capacidade e as necessidades técnicas da CENI para os processos eleitorais, e que serviu de base para o apoio ao processo eleitoral solicitado pela RDC aos Estados Membros da SADC;
 - iii. Investigou os desafios enfrentados pela CENI na preparação das eleições;
 - iv. Analisou os factores potenciais de violência eleitoral e os mecanismos alternativos de resolução de litígios disponíveis; e
 - v. Identificou a assistência que a CENI necessita para administrar o processo eleitoral do país.
- (46). O SEAC interagiu com as partes interessadas relativamente a várias questões interligadas no Zimbabwe em Março de 2018 depois da transição que teve a assistência dos militares em Novembro de 2017. A este respeito, o SEAC também procurou apurar as necessidades do Estado Membro em relação a assistência eleitoral e as estratégias de mediação antes, durante e depois das fases eleitorais em 2018.
- (47). Os membros do SEAC da África do Sul, Malwi, Reino de Eswatini, RDC e Zâmbia receberam capacitação para o desenvolvimento das suas competências por parte de consultores, facilitadores e assessores abalizados sobre os esforços de mediação nacionais e regionais que podem acompanhar e resolução a longo prazo das causas subjacentes dos conflitos nos diversos contextos na região da SADC. Isso incluiu competências relativamente a ferramentas para a análise das causas e padrões dos conflitos eleitorais, seguimento dos conflitos e integração transversal das estratégias de prevenção de conflitos ao longo do ciclo eleitoral.

- (48). As modalidades de formação usando o novo currículo para Observadores de Curto Prazo (STOs) e para os Observadores de Longo Prazo (LTOs) foram finalizadas juntamente com o Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA), incluindo a aquisição de Tabletes e Software. O uso da tecnologia vai pela primeira vez permitir que os SEOMs reportem sobre o processo eleitoral em tempo real, melhorando bastante o processamento de informação, assim como aprimorando a análise quantitativa e qualitativa das eleições e os seus resultados.
- (49). A Unidade de Apoio à Mediação (UAM) acelerou as suas intervenções de capacitação com vista a aprofundar a capacidade da região de prevenir e gerir conflitos, através da formação que incluía a negociação, rastreio e análise de conflitos, habilidades e abordagens de mediação, e a inclusão da perspectiva de género no contexto da prevenção e resposta aos conflitos.
- i. Até a data, 395 peritos dos Estados Membros e da sociedade civil receberam formação em habilidades e práticas de mediação. A MSU também organizou a formação para os peritos escalados da Capacidade Africana em Estado de Alerta ao nível regional, que estão prontos para desdobramento nas Operações de Apoio à Paz e noutras missões de resolução de conflitos em várias áreas. Esta formação estratégica, com enfoque e direccionada contribuiu para a preparação geral da região para responder as situações de conflitos;
 - ii. Trabalhando através das suas parcerias estratégicas firmadas, a Unidade agilizou a finalização e aprovação da Estratégia Regional da SADC para a Mulher, Paz e Segurança (WPS), uma importante ferramenta política para a implementação da Resolução do Conselho de Segurança da ONU (UNSCR) 1325 na região da SADC. Dando seguimento ao seu trabalho, a MSU está a colaborar com o Gabinete do Enviado Especial da UA para a Mulher, Paz e Segurança para avaliar permanentemente a implementação da UNSCR 1325 e a Agenda da WPS através da disseminação do Quadro de Resultados Continental sobre a WPS. Para além da colaboração ao nível regional e continental, a MSU tem vindo a trabalhar com a MSU da ONU ao nível global para mutuamente desenvolver a capacidade através da interacção, troca de experiência entre pares, assim como iniciativas sobre as lições aprendidas. Esta constitui uma continuação da relação estratégica da Unidade com a UNDP e com outras agências relevantes da ONU;
 - iii. A MSU prestou apoio técnico e logístico ao Comité de Fiscalização da SADC no Reino Lesoto, tendo realizado dez (10) missões ao Lesoto entre Abril e Novembro de 2017 para acompanhar a implementação das Decisões da SADC;
 - iv. A Unidade apoiou a formulação da Proposta para a Condução do Diálogo Político Nacional de Múltiplas Partes Interessadas, que se encontra na fase de preparação no Lesoto; e
 - v. Entre Outubro e Dezembro de 2017, a MSU também prestou apoio técnico e administrativo a trinta e oito (38) membros do Comissão de Fiscalização Alargado, que foi enviado para providenciar mais competências na área de segurança ao Comité de Fiscalização regular.

4.3.2 Defesa e Segurança

- (50). O fortalecimento da capacidade da região de defesa colectiva e de resposta rápida as ameaças de segurança na região através das Operações de Apoio à Paz (PSOs), assistência humanitária e apoio as autoridades civis tiveram continuidade durante o período em análise. Medidas a este respeito incluem: a condução conjunta de uma Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) envolvendo a Dupla Troika da SADC, e os países que contribuem com tropas para a Força da Brigada de Intervenção (FBI) para a reavaliação da missão a RDC, com vista a reavaliar a situação de segurança mais actual e determinar o tipo de apoio ainda necessário por parte do Governo da RDC.
- (51). Tiveram lugar interacções entre a SADC e a ONU sobre a necessidade urgente de fazer face aos desafios operacionais que a FIB enfrenta, desdobrada no âmbito da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). O resultado destes esforços foi um acordo mútuo entre a ONU e a SADC sobre o fortalecimento da FIB e para viabilizar a Brigada para que possa continuar a cumprir eficazmente o seu mandato de operações ofensivas.
- (52). A Missão Preventiva da SADC para o Lesoto (SAPMIL) foi enviada ao Lesoto em Novembro de 2017 para atender a situação política e de segurança frágil e imprevisível associada ao assassinato do antigo Comandante das Forças de Defesa do Lesoto (LDF), Tenente-General Khoantlhe Motšomotšo. O mandato da Missão foi prolongado pela Cimeira da Dupla Troika até Novembro de 2018, para vincar a determinação da região de garantir a estabilidade.
- (53). O desdobramento de pessoal para a Missão Preventiva da SADC no Lesoto teve lugar entre 20 e 28 de Novembro de 2017 e a Parada de Lançamento Oficial da Missão decorreu a 2 de Dezembro de 2017. A 1 de Março de 2018, os Países Contribuintes de Tropas (PCT) para a SAPMIL haviam enviado 261 elementos para o Lesoto (Pessoal Militar - 215; Membros da Polícia - 22; Pessoal dos Serviços de Informações/Inteligência - 15 e Pessoal Civil - 9). O desdobramento foi feito em conformidade com as recomendações da Missão de Avaliação Técnica (TAM) para o Lesoto constituída pelo Sector da Defesa na reunião extraordinária de Luanda, Angola em Maio de 2017.
- (54). Várias Decisões na área da Defesa relativamente a política e defesa estratégica regional foram revistas e adoptadas durante o período em apreço. Estes incluem: (i) Projecto de MdE entre a SADC e o Governo da Federação da Rússia na Área Militar e Cooperação Técnica que foi homologado durante a Reunião de DSC para subsequente submissão a MCO para adopção; (ii) A segurança cibernética foi considerada na Reunião de DSC como sendo de dimensão regional e exortou-se para a acção regional concertada a esse respeito; (iii) Os Estados Membros foram instados a continuarem a compilar dados estatísticos nacionais sobre a caça furtiva, migração ilegal e proliferação de armas ligeiras e de pequeno porte; (iv) e o DSC mandou o Secretariado para começar a erguer a vedação da RLD com base na Planta aprovada, e a reportar o progresso na próxima DSC em 2018.
- (55). A operacionalização do Depósito de Logística Regional da SADC (RLD) decorre normalmente, com a 1a Fase da construção do RLD, relativa a limpeza e edificação da

vedação do local, já em curso e deverá ficar concluída em Agosto de 2018. O Secretariado finalizou também o desenvolvimento da Estratégia de Mobilização de Recursos para financiar o Projecto do RLD, tendo sido concluído que a opção mais adequada era a abordagem de financiamento híbrida dos Estados Membros e dos Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs). Para a operacionalização desta opção, espera-se que os Estados Membros contribuam com o fundo inicial, enquanto o Secretariado procura angariar os recursos complementares junto dos ICPs, sendo o custo total da construção estimado em USD 45 milhões e a data prevista de conclusão da construção marcada para 2021.

4.3.3 Segurança do Estado

- (56). Com respeito a implementação da Estratégia Regional de Combate ao Terrorismo adoptada na Cimeira de 2015, os Estados Membros encontram-se em vários estígio de criação das estruturas nacionais de combate ao terrorismo, visando a prevenção e a resposta ao terrorismo; solucionar a questão da marginalização social e económica; consolidação da colaboração com outras instituições de segurança e com a comunidade local; incremento da cooperação bilateral e multilateral para responder ao flagelo do terrorismo; ratificação de convenções regionais e internacionais sobre a prevenção e combate ao terrorismo; promulgação e revisão da legislação para o fortalecimento da prevenção e combate ao terrorismo; reforço das medidas de segurança nas fronteiras; criação de centros de informação financeira; aprimoramento das medidas de segurança do espaço aéreo; início das actividades de sensibilização sobre os perigos do terrorismo, radicalização e recrutamento; fortalecimento das medidas de segurança nas fronteiras; fortalecimento das medidas de protecção de estruturas importantes e críticas; implementação de medidas de intervenção contra o terrorismo, radicalização e extremismo; fortalecimento do controlo de armas de fogo; organização da formação para a capacitação dos oficiais de segurança e guarda-fronteiras; e condução de operações de segurança conjuntas e regulares.
- (57). Todas as medidas que estão a ser implementadas pelos Estados Membros são em conformidade com o Plano de Acção para a implementação da Estratégia Regional de Combate ao Terrorismo.

4.3.4 Segurança Pública

- (58). O Secretariado continuou a implementar programas para melhorar a gestão da segurança transfronteiriça, migração e refugiados. Esta agenda de segurança informática é conduzida com a elaboração de Políticas e Estratégias para solucionar os problemas de Corrupção, Refugiados, Migração, Caça Furtiva, Prisões e Gestão das Fronteiras. Para o cumprimento cabal desta responsabilidade, o Sector mantém consultas e de forma deliberada interage com especialistas dos sub sectores para colher elementos para a Política. Em 2017/18, com o contributo dos seus Comitês Estatutários, o Secretariado redigiu as seguintes Políticas e Quadros orientadores chave:

4.3.4.1 Implementação do Protocolo da União Africana sobre a Livre Circulação de Pessoas

- (59). A Política visa trazer subsídios para as negociações em curso entre a Comissão da UA e as Comunidades Económicas Regionais (CER) e os respectivos Estados Membros sobre o desenvolvimento do Protocolo Africano ao Tratado que Cria a Comunidade Económica Africana relativa a Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Direito de Estabelecimento.
- (60). O Secretariado realizou também um Estudo Bibliográfico sobre a implementação do Quadro da Política de Migração da UA. O estudo analisou os esforços regionais sobre a 'migração e segurança' e migração e desenvolvimento' no âmbito da UA. Embora não seja exaustivo, o mesmo destaca os sucessos, desafios e propostas de recomendações para a implementação do Quadro de Política de Migração da UA, em particular, a necessidade de formulação de um Quadro da Migração da SADC.

4.3.4.2 Projecto de Protocolo sobre a Transferência de Prisioneiros Estrangeiros entre Estados

- (61). O Protocolo tem em vista promover a cooperação entre os Estados Membros quanto ao tratamento e transferência de Prisioneiros de um Estado para outro e descreve as modalidades para, entre outros, determinar sobre a formulação dos pedidos e das respostas, razões da transferência, implicações da transferência para o Estrato que profere a sentença, Trânsito e Custos.

4.3.4.3 Projecto de Quadro de Política Regional sobre a Gestão dos Candidatos a Asilo e Refugiados

- (62). O Quadro de Política procura promover uma boa gestão dos Candidatos a Asilo e Refugiados na Região sem comprometer a Segurança Regional. Acima de tudo, implora os Estados Membros a adoptarem medidas adequadas para harmonizarem as suas abordagens em relação a gestão dos candidatos a asilo e refugiados e a não recusa aos candidatos a asilo de uma oportunidade de uma forma arbitrária e sem um processo justo. Para promover um processo regional de gestão eficaz dos candidatos a asilo e refugiados, o quadro contempla cláusulas importantes que incluem: tramitação de pedidos individuais, tramitação de pedidos de famílias, sistemas de rastreio e de referencia, direitos e responsabilidades dos candidatos a asilo e refugiados e movimentos secundários.

4.3.4.4 Projecto de Plano de Acção Estratégico de Combate a Corrupção da SADC para o Período 2018-2022

- (63). O Plano Estratégico constitui um passo na implementação do Protocolo da SADC de Combate a Corrupção de 2001. O Plano procura promover, facilitar e regular a cooperação entre os Estados Membros para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção nos sectores público e privado; promover o desenvolvimento e a harmonização das políticas e a legislação nacional dos Estados Membros relativa a prevenção, detecção, punição e erradicação da corrupção nos sectores público e privado.

- (64). Para aprofundar a competência técnica do Sector da Segurança Pública, os seguintes dois sub-sub-comités da área do combate a corrupção foram homologados:
- i. O sub-sub-comité da Prevenção, Políticas e Boa Governação e Capacitação cuja principal função é desenvolver e aconselhar sobre as políticas e estratégias de combate a corrupção, definir as prioridades na prevenção da corrupção, integrar as Estratégias de Prevenção da Corrupção, identificar as necessidades de formação regional dos funcionários de combate a corrupção e contribuir para as avaliações regionais das acções de combate a corrupção;
 - ii. O Sub- Sub-Comité da Investigação, Acção Judicial e Contencioso Civil que é responsável, entre outros, pela cooperação judicial e assistência jurídica mútua em matéria penal, em particular o combate a corrupção, entre os Estados Membros; desenvolvimento de um quadro para a cooperação judiciária e a assistência jurídica mútua em matéria penal, especialmente no caso da corrupção; agilização da cooperação com parceiros de cooperação internacionais, continentais e regionais relevantes, assim como com o sector privado; revisão e harmonização da legislação e políticas contra a corrupção na região da SADC; e
 - iii. O Sector da Segurança Pública continua empenhado na revisão do horário de funcionamento de Portos de Entrada Estratégicos identificados para fazer face aos altos volumes de tráfico e satisfazer as necessidades do comércio. Os Funcionários da Migração e das Alfândegas devem colaborar periodicamente para identificarem Postos Fronteiriços estratégicos para Harmonização.

4.3.5 Polícia

- (65). Os Estatutos e o Acordo de Cooperação da Organização de Cooperação dos Comandantes Gerais da Polícia da África Austral (SARPCCO) entre a SADC e a INTERPOL foram revistos como parte da harmonização da SARPCCO para o seu enquadramento nas estruturas da SADC, tendo os Estatutos e o Acordo de Cooperação sido revistos em conformidade com, entre outros, o Tratado da SADC e o Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança.
- (66). O modelo de lei de combate a Exploração Sexual de Menores Online e os Procedimentos Operacionais Padrão foram desenvolvidos para o Repatriamento de Veículos Motorizados e os Certificados da SARPCCO de Conformidade dos Veículos.
- (67). O Sub-Comité Jurídico da SARPCCO, com o apoio do Secretariado da SADC, elaborou o projecto de Directrizes Regionais da SADC para a Prevenção da Criminalidade e da Violência em conformidade com as melhores práticas emergentes de prevenção da criminalidade e da violência;
- (68). A função de informação sobre matéria criminal foi estabelecida no contexto do Centro Regional da SADC de Alerta Prévio, e um oficial da INTERPOL RB Harare foi igualmente indicado para Ponto de Contacto para fazer a ligação constante com o Centro Regional da SADC de Alerta Prévio relativamente a informa sobre matéria criminal.

- (69). As Operações Conjuntas Transfronteiriças da SARPCCO nomeadamente, FARU, USALAMA VI, TEMBO e BASADE VI foram realizadas, tendo produzidos resultados tangíveis relativamente a recuperação de bens roubados e na detenção de diversos migrantes ilegais.
- (70). O Secretariado da SADC apoiou a INTERPOL RB Harare no fortalecimento da cooperação com a AFRIPOL e apresenta o relatório de actividades anualmente aos Sub-Comité dos Comandantes Gerais da Polícia da SADC (CPSC) durante as suas reuniões e na criação de escritórios de ligação da AFRIPOL para o alcance dos objectivos do Plano de Trabalho Trienal de 2017-2019.

4.3.6 Redução dos Riscos de Calamidades (DRR)

- (71). O Secretariado contribuiu para a consolidação dos resultados das intervenções anteriores e integrou-os no Plano de Acção e no Plano Estratégico de Gestão e Redução do Risco de Calamidades na Região (2016 – 2030) para garantir um alinhamento adequado entre a direcção estratégica de DRR para a região e os quadros internacionais, continentais e regionais.
- (72). Um estudo sobre a integração de ‘DRR e as Mudanças Climáticas’ foi realizado para identificar as mudanças e tendências de longo prazo que afectam as vulnerabilidades e os riscos, particularmente as mudanças climáticas. O estudo reconhece os níveis de vulnerabilidade em relação aos riscos de calamidades por diferentes grupos de género por causa dos contextos de perigo acrescidos e em geral resultam na escalada dos riscos de calamidades. Os resultados do estudo vão guiar o Secretariado da SADC na inclusão da Adaptação às Mudanças Climáticas na programação de DRR.
- (73). O Portal da internet de DRR e a base de dados baseada na internet para os inventários de DRR foram finalizados durante o período. O Portal da internet de DRR e a base de dados são centrais para os sistemas de gestão do conhecimento e da informação para a redução do risco de calamidades na região, e são importantes ingredientes para os mecanismos e sistemas eficazes de alerta prévio.
- (74). Foi organizada uma conferência regional de DRR com o objectivo geral de passar em revista o progresso alcançado pelo Programa Regional de DRR da SADC rumo ao objectivo de gestão da incerteza, redução da vulnerabilidade e desenvolvimento da resiliência dos Estados Membros e comunidades da SADC tendo em conta os quadros globais e regionais que norteiam o DRR, a resiliência e o desenvolvimento sustentável. A conferência serviu de plataforma para as partes interessadas chave internacionais e regionais partilharem importantes iniciativas, projectos e programas de DRR e de resiliência, como parte da partilha de lições e experiência para moldar e sustentar Programas de Resiliência Regional novos e futuros que estejam alinhados com o Quadro de Sendai.
- (75). O Secretariado coordenou uma revisão de pares na República das Seychelles, que um esforço de colaboração do Governo das Seychelles, com o apoio da República da África do Sul. A equipa de revisão incluía dois pares de Moçambique, África do Sul, Madagascar, Reino de Eswatini, e três peritos do Secretariado da SADC. A Revisão de

Pares contribuiu para a inclusão da Redução do Risco de Calamidades nos planos e estratégias de desenvolvimento, através de aprendizagem de pares entre os Estados Membros.

- (76). Foram organizados três (3) importantes seminários de capacitação em DRR sobre a Gestão do Risco de Calamidades Transfronteiriça; DRR Baseado em Ecossistemas, Avaliação das Necessidades no Contexto das Calamidades e a Coordenação Civil e Militar na Resposta a Calamidades.

4.4 Programas Especiais de Dimensão Regional

4.4.1 Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais

4.4.1.1 Política Agrícola Regional

- (77). A Região criou o Fundo de Desenvolvimento Agrícola (ADF) como mecanismo de financiamento para apoiar a aceleração da implementação do Plano Regional de Investimento no Sector Agrícola (RAIP) para 2017-2022 que, por seu turno, implementa a Política Agrícola Regional (RAP) O conselho da SADC aprovou a criação do Fundo de Desenvolvimento Agrícola em Pretória, África do Sul, em Agosto de 2017, como um Mecanismo Especial ao abrigo do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, em consonância com o Artigo 8 do Acordo sobre a Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.
- (78). Até ao presente, foram organizados quatro seminários consultivos no Malawi, Madagáscar, Tanzânia e Zimbábwe com vista a operacionalização do ADF em conformidade com as Directrizes Operacionais aprovadas pela Reunião Extraordinária Conjunta dos Ministros da SADC responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar, e Pescas e Aquicultura, realizada em Ezulwini, Eswatini, em Maio de 2017. As Directrizes Operacionais do ADF retratam os princípios do apoio financeiro a ser canalizado pelo ADF para os Estados Membros e para as partes interessadas chave. Mais especificamente, as Directrizes Operacionais indicam quem será elegível a receber financiamento ao abrigo do ADF, como vão aceder a esse financiamento, e os termos e condições para aceder e utilizar o financiamento do ADF. O próximo seminário consultivo nacional auto-financiado vai ter lugar no Botswana e estão em curso acções para programar os seminários nacionais consultivo nos restantes Estados Membros.
- (79). O Secretariado coordenou a elaboração do Relatório Bienal da SADC sobre a implementação da Declaração de Malabo sobre a Agricultura em África que foi submetido a União Africana para consideração pela sua Cimeira de Janeiro de 2018. O Relatório Bienal foi formalmente lançado na 14a Plataforma de Parceria (PP) do Programa de Desenvolvimento Integrado da Agricultura em África (CAADP) que ocorreu em Libreville, Gabão de 25 a 27 de Abril de 2018.
- (80). Medido com base no cálculo de referência de 2017 de 3,94 de 10, oito Estados Membros da SADC estavam NO BOM CAMINHO para alcançar as metas e alvos da Declaração de Malabo nomeadamente o Botswana (4,4), Malawi (4,9), Maurícias (4,8), Moçambique (4,1), Namíbia (4,1), Seychelles (4,0), África do Sul (4,1) e Eswatini (4,0). Sete países

da SADC, todavia, NÃO ESTAVAM NO BOM CAMINHO em relação as metas e alvos, nomeadamente Angola (2,1), RDC (1.4), Lesoto (3.7), Madagáscar (3.1), Tanzânia (3.1), Zâmbia (3.6) e Zimbabwe (3.2).

- (81). Por outro lado, dos primeiros sete dos oito compromissos de Malabo, a África Austral está no bom caminho em relação a quatro, designadamente (a) Renovação do compromisso em relação ao processo de CAADP; (b) Redução da pobreza para metade através da agricultura até 2025; (c) Incremento do comércio intra-africano de produtos agrícolas; e (d) Promoção da responsabilização mútua das acções e resultados. A região precisa de prestar atenção a três áreas de compromissos que não estão no bom caminho. Essas áreas são (a) aumento do financiamento para investimento na agricultura; (b) eliminar a fome até 2025; e (c) aumento da resiliência a variabilidade climática.

4.4.1.2 Situação da Segurança Alimentar na Região

- (82). O sistema de Alerta Prévio Regional e o Programa de Análise da Vulnerabilidade continuaram a recolher, analisar e disseminar dados e informações sobre a situação da segurança alimentar na região. Tais informações visam facilitar a preparação e as acções antecipadas para prevenir ou reduzir o impacto da insegurança alimentar resultante de catástrofes.

4.4.1.2.1 Descrição geral da situação da precipitação em 2017/18

- (83). A época das chuvas de 2017/18 foi caracterizada por um período prolongado de estiagem em Janeiro de 2018 na maior parte da metade sul da região, resultando em stress de humidade e algumas culturas murcharam permanentemente. Durante os meses de Fevereiro e Março de 2018, a precipitação melhorou e situou-se bem acima da média em maior parte da região, permitindo a recuperação de algumas culturas afectadas em Janeiro de 2018.
- (84). Os altos níveis de precipitação em Fevereiro e Março de 2018 permitiram a recuperação das reservas hidrológicas e a restauração dos pastos para o gado. No Botswana, sudoeste de Madagáscar, sul do Malawi, sul e algumas partes da região centro de Moçambique, na Zâmbia e no Zimbabwe as chuvas prolongaram-se até Abril de 2018.

4.4.1.2.2 Desempenho da Agricultura e Segurança Alimentar

- (85). De um modo geral, prevê-se que a situação da segurança alimentar na região em 2018/19 seja de natureza mediana por causa do atraso das chuvas durante a época agrícola de 2017/18.

4.4.1.2.3 Produção Cerealífera

- (86). As avaliações da vulnerabilidade para a campanha de comercialização de 2018/2019 estão presentemente a ser levadas a cabo nos Estados Membros relativamente a produção de culturas e segurança alimentar. As análises preliminares da segurança alimentar da época de 2018/19 na região sugerem a fraca disponibilidade de alimentos, particularmente de cereais, comparativamente a disponibilidade da época anterior. Na

África do Sul, por exemplo, um dos principais produtores de cereais da região, a produção de milho em 2017/18 deverá registar uma queda de 26%. Na Zâmbia, também um importante produtor de cereais na região, projecta-se que a produção do milho sofra um declínio de 34%. Todavia, os elevados stocks que sobraram da época agrícola abundante de 2016/2017 vão mitigar os possíveis impactos negativos da baixa de produção. A Tabela 3 apresenta de forma resumida as tendências de produção dos principais cereais (milho, trigo, arroz e mapira/mexoeira) durante os últimos 5 anos até 2016/17.

Tabela 2: Tendência da produção de cereais entre 2011/12 e 2016/17 (000 TM)

País	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Angola	506	1 672	1 820	2 017	2 374	2 820,6
Botswana	53	34	260	90	54,6	94,4
RDC	2 602	2 583	2 797	3 127	3 258	3 378,2
Lesoto	58	120	104	89	27	238,4
Madagáscar	4 999	3 990	4 344	4 052	4 530	-
Malawi	3 624	3 640	3 978	4 052	2 532	3 487
Moçambique	3 715	2 371	2 510	2 845	2 389	2 754,7
Namíbia	169	82	132	68	80	144
África do Sul	14 765	14 503	16 940	12 206	9 323	18 157,6
Eswatini	76	82	119	94	34	107,4
República Unida	7 436	7 807	9 829	8 919	10 139	9 388,8
Zâmbia	3 195	2 890	3 644	2 898	2 944	3 888,6
Zimbabwe	1 130	944	1 719	868	638	2 443,1
SADC*	42 328	40 718	48 196	40 275	38 274	46 898,65

Nota: *excluindo Madagáscar e Seychelles

Fonte: Estados Membros da SADC

4.4.1.2.4 Produção de Raízes

(87). A produção de raízes e tubérculos (mandioca, batata-doce e batata reno) registou uma ligeira subida entre as campanhas agrícolas de 2015/16 e 2016/17 (veja a Tabela 4).

Tabela 3: Comparação da produção de raízes e tubérculos entre a campanha agrícola de 2015/16 e a campanha agrícola de 2016/17 ('000 TM)

País	2015/16	2016/17	País	2015/16	2016/17
Angola	7 788 480	7 995 480	21 661 980	1 973 643	638 194
RD Congo	36 648 235	37 548 294	502 261	514 610	102 032
Madagáscar	2 968 566	-	1 113 176	-	249 229
Malawi	5 009 846	4 960 558	4 462 219	5 472 013	1 066 602
Maurícias	-	-	-	446 240	-
Moçambique	9 100 000	10 920 000	1 601 996	-	263 000
Seychelles	-	-	-	-	16 427
África do Sul	-	-	-	74 120	-
República	2 205 000	1 341 755	522 000	1 813 608	969 000
Zâmbia	854 000	923 796	231 882	238 426	24 000
Zimbabwe	-	-	203 697	513 000	438 354
SADC	64 574 127	63 689 883	30 299 211	11 045 660	3 766 838

Fonte: Estados Membros

4.4.1.3 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional

- (88). Foi assinado um acordo de financiamento em Agosto de 2017 entre o Secretariado da SADC e a União Europeia totalizando 9 milhões de Euros para operacionalizar a Política Agrícola Regional (RAP) nos próximos três exercícios financeiros a partir de Abril de 2018 até Agosto de 2020. A implementação compreende três componentes:
- i. Aumentar a informação sobre a produção agrícola, a sustentabilidade e a competitividade para a tomada de decisões com base em evidências;
 - ii. Melhorar o acesso aos mercados através da implementação de estratégias para as pragas e doenças animais ao nível regional; e
 - iii. Facilitar a implementação de algumas componentes da Estratégia Alimentar e Nutricional Regional (FNSS) nos Estados Membros da SADC.
- (89). A primeira e a segunda componentes serão implementadas através da Subvenção de Avaliação do Pilar ou do Acordo de Delegação (PAGODA) com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

4.4.1.4 Fornecimento de Factores de Produção Agrícola

- (90). O Secretariado da SADC, em colaboração com os Estados Membros, desenvolveu o Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes (HSRS) para promover a integração regional e aumentar o acesso e a disponibilidade para a melhoria das variedades de culturas para os agricultores, em consonância com a Política Agrícola Regional. O quadro é implementado com base num MdE que presentemente se encontra subscrito por onze (11) Estados Membros. Até a data, o HSRS libertou e registou 25 variedades de culturas que podem ser comercializadas em toda a região sem a necessidade de passar pelo processo moroso de libertação de variedades ao nível nacional.
- (91). O HSRS adoptou medidas de quarentena e fitossanitárias que descrevem os procedimentos para a protecção dos Estados Membros contra pragas e doenças na região da SADC. Um quadro regional foi adoptado para promover o acesso e a disponibilidade de sementes de qualidade na região, de modo a reforçar a segurança alimentar e salvaguardar contra pragas e doenças transfronteiriças. O quadro é implementado através de uma lista regional de pragas que indica as pragas e doenças que devem ser inspeccionadas nas consignações de sementes. O Secretariado actualizou a lista de pragas em Dezembro de 2017 para incluir as pragas recentemente surgidas, como a necrose letal do milho que é transmitida pela semente.
- (92). O Protocolo sobre a Protecção da Variedade Vegetal (PVP) foi aprovado pela Cimeira de Agosto de 2017, em Pretória, África do Sul como forma de assegurar um maior investimento na região e para estimular a confiança do sector privado e dos produtores.
- (93). Para além de melhorar o acesso e a disponibilidade de sementes por parte dos agricultores na região, o Secretariado também se centrou na promoção de pesticidas mais seguros e de baixo risco na gestão de pragas e doenças que afectam as plantas de forma a incrementar a produtividade agrícola. Durante as infestações de pragas e

doenças, os agricultores muitas vezes usam pesticidas altamente perigosos, resultando em riscos graves associados a saúde humana e animal, bem como de contaminação do meio ambiente. Num esforço que visa minimizar estes riscos, o Secretariado em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) conduziu uma formação sobre o registo de pesticidas de baixo risco em Fevereiro de 2018.

4.4.1.5 Vigilância e Controlo de Doenças e Pragas Vegetais e Animais Transfronteiriças

- (94). As crescentes ameaças de pragas e doenças transfronteiriças para a segurança alimentar, modos de subsistência e economia dos países têm constituído uma grande preocupação por causa da sua frequente reincidência. Estas têm sido exacerbadas pelos deficientes sistemas de bio-segurança na região. As doenças e pragas vegetais transfronteiriças continuam a representar uma ameaça considerável para a segurança alimentar e para o comércio regional. As pragas e doenças identificadas como ameaças iminentes incluem a Gripe Aviária de Alta Patogenicidade (HPAI), a Febre Aftosa, a Pleuro-Pneumonia Contagiosa dos Bovinos e a Praga dos Pequenos Ruminantes.
- (95). Foram notificados surtos da estirpe H5N8 da Gripe Aviária de Alta Patogenicidade (HPAI) nos Estados Membros da SADC. Até Agosto de 2017, a República Democrática do Congo, África do Sul e o Zimbabwe tinham confirmado surtos de HPAI. As perdas totais de produção nos três Estados Membros afectados, incluindo as perdas dos ovos de mesa e ovos de incubação estimadas em US\$810 milhões. Adicionalmente, perderam-se mais de 3000 postos de trabalho e ocorreram outras perdas socioeconómicas em resultado das restrições de deslocação.
- (96). O Secretariado e a FAO encontram-se em processo de finalização do Plano de Preparação de Emergência para a HPAI que foi validado pelos comités científicos do Comité Técnico de Produção Pecuária (LTC) aquando da sua reunião realizada em Março de 2018.
- (97). O Roteiro para a Erradicação da Pequenos Ruminantes (PPR) na SADC foi aprovado pelos Ministros do sector durante a sua reunião de Ezulwini, no Reino de Eswatini, em Maio de 2017. Desde então, 3 Estados Membros (Botswana, Madagáscar, Namíbia (zonal)) foram declarados livres de PPR pela Organização Internacional da Saúde Animal (OIE), o que eleva para seis o número de Estados Membros (incluindo as Maurícias, África do Sul e Reino de Eswatini) livres da PPR. A PPR provoca a morte de 85 a 100% dos animais de pequena espécie.
- (98). A Lagarta do Funil do Milho (LFM) foi detectada em 13 SADC Estados Membros da SADC, exceptuando o Lesoto e as Maurícias nos primeiros meses (Fevereiro e Março) de 2017 com impactos devastadores na segurança alimentar, pois ela ataca o milho, uma cultura usada como parâmetro para medir a segurança alimentar regional. Ao nível continental, a LFM afectou quarenta e dois (42) Estados Membros. De acordo com estudos de caso realizados na Zâmbia pela FAO, e em Moçambique pelo Centro para a Agricultura e Bio-Ciência Internacional (CABI) em 2017, a percentagem de perdas variava entre 5% e 77% e entre 25 e 50%, respectivamente. O Secretariado, em colaboração com as partes interessadas adoptou as seguintes medidas para minimizar o impacto negativo associado a LFM:

- i. As actividades de capacitação que incluíram a formação de 60 funcionários de extensão e da investigação de todos os Estados Membros e a provisão de armadilhas de vigilância e iscos de Feromona para melhorar a detecção atempada de pragas e doenças, e impedir a sua propagação;
 - ii. Foram elaborados manuais de formação e de avaliação do impacto, que foram distribuídos a todos os Estados Membros para serem usados pelos funcionários da extensão e da investigação para promover o conhecimento e o desenvolvimento de competências dos agricultores ao nível da base nos Estados Membros; e
 - iii. Foi prestado apoio para a elaboração dos planos nacionais de emergência com vista a elevar o grau de preparação para responder aos surtos de pragas e doenças assente no alerta prévio e monitorização, avaliação do impacto, opções de abordagem para a gestão integrada de pragas e coordenação e interacção com diversas partes interessadas.
- (99). Outras pragas emergentes incluem a lagarta mineira do tomate (*Tuta absoluta*) detectada em treze Estados Membros; a doença de Necrose Letal do Milho (LMND) presentemente confinada a Tanzânia e República Democrática do Congo (RDC); e as doenças do vírus top bunchy da banana presentes em Moçambique.

4.4.1.6 Prontidão de Resposta em Situações de Calamidades em termos de Segurança Alimentar

- (100). As Unidades Nacionais de Alerta Prévio (NEWUs) foram instituíveis na maioria dos Estados Membros (Angola, Botswana, RDC, Lesoto, Malawi, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Eswatini, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe), exceptuando as Maurícias e as Seychelles. O objectivo principal é providenciar informação atempada e fiável sobre a oferta e procura de alimentos, em particular cereais, aos Governos da SADC, aos doadores e Instituições e Parceiros de Cooperação. Durante o ano em análise todas as NEWUs forneceram informação sobre o consumo nacional e regional.
- (101). O Secretariado, em colaboração com os Estados Membros desenvolveu as Directrizes de Avaliação da Vulnerabilidade Urbana, através dos Comitês Nacionais de Avaliação da Vulnerabilidade Nacional (NVAC). Foi providenciada a capacitação em todos os Estados Membros, excepto nas Maurícias, que ainda não possui o Comité Nacional de Avaliação da Vulnerabilidade (NVAC).

4.4.1.7 Gestão Conjunta de Recursos Naturais

- (102). O Secretariado continuou a coordenar a implementação de actividades relativas à gestão sustentável e conservação faunística e dos recursos naturais transfronteiriços. O Comité Conjunto dos Ministros do Ambiente e Recursos Naturais e do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC, como uma estrutura criada para a supervisão e monitorização da implementação da Estratégia de Aplicação da Lei e Combate à Caça Furtiva na SADC (LEAP) instruiu ao Secretariado para estimar

os custos da coordenação regional para a Estratégia da LEAP da SADC e submetê-los à aplicação do Conselho na sua reunião de Agosto de 2017. Em Agosto de 2017, o Conselho aprovou os Custos da Coordenação Regional para a Estratégia da LEAP da SADC e instou o Secretariado a mobilizar recursos para apoiar a implementação da Estratégia LEAP da SADC ao nível regional. Consequentemente, o Secretariado da SADC está a abordar potenciais parceiros para a mobilização dos recursos necessários para apoiar a coordenação da LEAP. Entretanto, o Secretariado da SADC, em colaboração com os parceiros está em processo de desenvolvimento de uma plataforma regional para a troca de informações sobre o comércio ilegal de produtos de fauna e flora bravia e outros crimes contra a fauna bravia entre os Estados Membros.

4.4.1.7.1 Implementação das Áreas de Conservação Transfronteiriça da SADC

- (103). O Secretariado da SADC participou na coordenação do Programa da SADC das Áreas de Conservação Transfronteiriça (TFCA) que visa promover a cooperação transfronteiriça na conservação e gestão dos ecossistemas e recursos naturais transfronteiriços partilhados. Todavia, a falta de financiamento para o desenvolvimento e implementação das actividades permanece um desafio perene para muitas TFCAs na região. Como solução para este desafio, a Componente 2 do Programa TFCA da SADC, nomeadamente: “Fortalecimento dos mecanismos de financiamento das TFCAs”, apela para a criação de mecanismos de financiamento sustentáveis para as TFCAs. Nesse contexto, a SADC encontra-se em processo de criação de um Mecanismo de Financiamento regional específico para as TFCAs da SADC (comumente designado Mecanismo das TFCAs). O Mecanismo da FCA seria um meio de financiamento que iria providenciar subvenções à implementação de acções de conservação e de gestão nas TFCAs da SADC, conforme estipulado nos actuais Planos de Desenvolvimento Integrado das TFCAs e no Programa de TFCA da SADC. O Conselho da SADC, na sua reunião de Março de 2018 aprovou a criação do Mecanismo do TFCA a ser apoiado pelos Parceiros de Cooperação Internacionais. Até ao presente o Governo da Alemanha no quadro da cooperação para o desenvolvimento entre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e a República Federal da Alemanha prometeu EUR 20 milhões para apoiar a constituição do Mecanismo da TFCA e EUR 12 milhões já se encontram disponíveis. O Secretariado da SADC está a coordenar o processo de finalização das modalidades de implementação para a operacionalização do Mecanismo.
- (104). Um Quadro Regional de Monitorização e Avaliação das TFCAs foi desenvolvido e aprovado pelos Ministros responsáveis pelo Ambiente e pelos Recursos Naturais em Novembro de 2017. O objectivo do quadro é avaliar o progresso na implementação do Programa TFCA da SADC, bem como para possibilitar a medição objectiva da sua contribuição para os objectivos de Protocolos relevantes, bem como para as prioridades de desenvolvimento da SADC, conforme estipulado no Plano Indicativo e Estratégico de Desenvolvimento Regional. O Quadro de Monitorização e Avaliação com base em Resultados das TFCAs da SADC está alinhado com o sistema geral da SADC de Monitorização e Avaliação baseado em Resultados.

4.4.1.7.2 Projecto da SADC de Conservação das Florestas e Gestão Sustentável dos Recursos Florestais

- (105). Depois da formação dos Grupos de Trabalho Temáticos de Peritos (EWG) para o Projecto da SADC de Conservação das Florestas e Gestão Sustentável dos Recursos Florestais na África Austral, os membros do EWGs participaram em programas de capacitação para as áreas temáticas dos respectivos projectos como se segue:
- i. Grupo de Trabalho Temático para os Sistemas de Informação sobre Florestas: Formação em GIS para o sistema de informação sobre florestas e detecção remota;
 - ii. Grupo de Trabalho Temático sobre a Gestão dos Incêndios Florestais: Curso de Formação de Formadores (ToT) em Gestão dos Incêndios Florestais para equipar os participantes com as competências necessárias para a planificação e execução das queimadas controladas para diversos fins; e Formação em GIS para a Gestão dos Incêndios Florestais; e
 - iii. Grupo de Trabalho Temático sobre a Gestão Florestal Participativa: Os membros do EWG receberam formação e foram expostos a actividades de PFM bem-sucedidas através de um estudo e de visitas de campo.
- (106). Adicionalmente, o projecto está em processo de desenvolvimento de Directrizes Regionais do Sistema de Informação sobre Florestas, Gestão Florestal Participativa e Gestão dos Incêndios Florestais, incluindo a gestão de incêndios de natureza transfronteiriça.

4.4.1.7.3 Pescas e Aquicultura

- (107). As pescas e a aquicultura continuam a ser importantes para as economias dos países da SADC. Na maioria dos países da SADC, o pescado é a única fonte de proteína animal de custo acessível e, por conseguinte, reveste-se de grande importância para a segurança alimentar e nutricional. Torna-se assim imperativo que a SADC apoie a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e o desenvolvimento sustentável da aquicultura na região com vista a aumentar a produção, produtividade e competitividade do sector. Os sectores das Pescas e da Aquicultura empregam ao todo cerca de 2,5 milhões de pessoas, o equivalente a perto de 1 % da população da SADC, sendo responsáveis por aproximadamente 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) da região e 9% do PIB da agricultura da região. Mais de 95% produção provem do sub-sector diversificado da captura de pescado, que tem permanecido estagnado ao longo dos últimos 10 anos em cerca de 2,5 milhões de toneladas, mas que recentemente cresceu para 2,8 milhões de toneladas. Isso mostra que os Estados Membros da SADC têm vindo a melhorar a gestão dos recursos pesqueiros.
- (108). Uma pequena mas crescente percentagem do pescado provem do emergente sub-sector da aquicultura, que recentemente aumentou a sua produção de 69 851 toneladas métricas (2015) para 95 761 toneladas métricas (2017) (FAO FishStat, 2016; SADC, 2017). Para apoiar as necessidades futuras, a captura do pescado deve ser sustentada e, se possível, incrementada, e a aquicultura deve ser desenvolvida rapidamente para

que cresça a uma média anual de mais de 8,3% até 2026, em conformidade com o Plano de Acção e Estratégia Regional da SADC para a Aquicultura (RASAP).

Tabela 4: Desempenho e Valor das Pescas e da Aquicultura na Região da SADC

País	Total da produção pesqueira em 2016 (toneladas)	Total da produção da aquicultura em 2016 (toneladas)	Total de empregos (pescas)	Total de empregados (aquicultura)	Pescas e Aquicultura como PIB da Agricultura (%)	PIB das Pescas (%)	Consumo per capita (kg)
Angola	531 841	655	45 782	267	3	1,7	18,6
Botswana	234	-	581	-	0,16	0,002	3,0
RDC	238 970	2 869	376 275	2 035	6,31	5,53	5,3
Lesoto	390	1 300	244	708	0,15	0,021	0,8
Madagáscar	112 875	26 029	171 300	15 250	28	6,7	4,6
Malawi	144 315	4 984	173 328	7 139	5,87	3,83	7,3
Maurícias	8 353	500	6 838	346	3,76	0,19	22,9
Moçambique	302 204	1 180	352 252	4 167	10,0	2,0	10,1
Namíbia	414 359	740	386 973	1 132	52,42	6,5	11,4
Seychelles	87 408	-	6 249	-	20,68	17,73	58,7
África do Sul	416 520	4 314	499 749	7 168	6,73	0,25	6,3
Reino de Eswatini	110	100	174	441	0,094	0,013	1,3
Tanzânia	362 595	11 000	203 529	24 307	6,8	2,0	5,6
Zâmbia	112 000	32 000	142 204	6 490	8,0	1,6	6,2
Zimbabwe	18 102	10 090	26 101	4 685	2,73	0,56	2,8

Fonte: FAO FishStat 2016; SADC Member States, 2017; World Bank, 2016

- (109). Apesar do crescimento lento, a região enfrenta ainda desafios de doenças dos peixes, custos elevados da ração, e problemas de disponibilidades de alevinos continua a afectar o crescimento da aquicultura na região. Adicionalmente, a população de peixe continua a diminuir devido a problemas de Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulada (IUU), degradação do ambiente aquático, mudanças climáticas e falta de capacidade de gestão eficaz dos *stocks* de pescado. Todavia, a região está a trabalhar para encontrar mecanismos para fazer face a estes desafios através da promoção da aquicultura sustentável, implementação da Declaração Ministerial de Compromisso da SADC de combater a pesca Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulada (IUU), a gestão conjunta dos recursos pesqueiros comuns e a protecção dos ambientes aquáticos.
- (110). O Conselho na sua reunião realizada em Pretória, África do Sul em Agosto de 2017 aprovou a Carta que cria o Centro de Coordenação da Monitorização, Controlo e Vigilância das Pescas na SADC (MCS) até agora seis Estados-Membros assinaram a Carta (Lesoto, Moçambique, África do Sul, Reino de Eswatini, Tanzânia e Zâmbia). Os Ministros responsáveis pelas Pescas e Aquicultura criaram interinamente uma Unidade de Gestão de Projecto em Maputo, Moçambique para operacionalizar o Centro. O Governo de Moçambique disponibilizou espaço e mobiliário para escritórios assim como destacou um funcionário da área de Monitorização, Controlo e Vigilância das Pescas (MCs) e presentemente está a ter lugar o recrutamento de um Coordenador Regional de MCS com o apoio do Projecto de Governação das Pescas do Sudoeste do Oceano Índico do Banco Mundial (SWIOFish). Adicionalmente, estão a ser empreendidos esforços para melhorar a partilha de informação entre os Estados Membros através do Projecto FISH-i Africa, que recentemente estabeleceu vínculos com o Centro.

- (111). Depois da aprovação do Plano de Acção e Estratégia Regional da SADC para a Aquicultura (2016-2026) pelos Ministros responsáveis pela Aquicultura, Segurança Alimentar, Pescas e Aquicultura em Maio de 2017, o Secretariado desenvolveu programas de formação para os Estados Membros sobre a ração para a aquicultura (desenvolvimento e gestão) e sobre a Transformação da Aquicultura, Processamento do Pescado e Agregação de valor na Região da SADC (AquaTrans). O Secretariado criou também uma Plataforma Regional para a Melhoria Genética e Gestão da Biodiversidade na Aquicultura para apoiar os esforços dos Estados Membros de desenvolvimento de Programas Nacionais de Melhoria Genética do Pescado.
- (112). O Conselho durante a sua reunião realizada em Pretória, África do Sul em Março de 2018 também aprovou que se deveria desenvolver uma cadeia de valor regional para a aquicultura. O Secretariado contratou um consultor para elaborar o perfil da cadeia de valor regional da aquicultura. O estudo vai descrever os mercados e a infra-estrutura de comercialização para os produtos da aquicultura na região em termos de volume dos produtos, formas dos produtos, preço, qualidade e consumidores alvo. Um amplo exercício de mapeamento deverá ser conduzido para identificar as áreas que deveriam ser priorizadas para o desenvolvimento da cadeia de valor.
- (113). O Secretariado da SADC, em colaboração com o Instituto Interafricano de Recursos Animais da União Africana (AU-IBAR) apoiou a criação da Plataforma dos Actores Não Estatais (NSA) da Região da África para as Pescas e Aquicultura (SANSFA) com o objectivo de coordenar a implementação a partir da base, a voz dos actores não estatais e contribuir para a agenda nacional e regional do desenvolvimento das pescas e da aquicultura. O seu objectivo principal é assegurar a implementação eficaz do Protocolo da SADC sobre as Pescas, o Quadro de Política e a Estratégia de Reforma da UA para as Pescas e Aquicultura em África (PFRS), e as Directrizes da FAO para a Pesca de Pequena Escala (SSF) ao nível da base.

4.4.1.8 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- (114). Em Março de 2017, o Conselho instruiu ao Secretariado para obter a acreditação junto do Fundo para um Clima Verde como Entidade de Implementação Regional (RIE) para aceder aos recursos do clima para apoiar a adaptação em relação as mudanças climáticas e as prioridades e mitigação na região, conforma descrito na Estratégia Regional para as Mudanças Climáticas. A Acreditação junto do Fundo para um Clima Verde é um processo longo e abrangente que necessita de uma equipa dedicada de peritos e recursos adequados para a sua concretização. Simultaneamente, o Secretariado da SADC mobilizou recursos para a contratação de uma consultoria para apoiar o processo de acreditação.
- (115). Como resposta ao crescente reconhecimento do potencial que as indústrias marítimas e os serviços de ecossistemas dos oceanos podem representar em termos de crescimento e desenvolvimento económico, e o bem-estar humano, o Secretariado da SADC, em colaboração com os Estados Membros, está em processo de desenvolver a Estratégia de Economia Azul, como um dos meios para promover o desenvolvimento sustentável dos recursos na região. Para iniciar o processo, o Secretariado está a encomendar um estudo para analisar a literatura e os quadros regionais, continentais e internacionais relevantes, e mapear as partes interessadas da abordagem da economia

azul da SADC, assim como examinar como a transição para a economia azul pode transformar os países da SADC.

4.4.1.9 Conservação de Recursos Fitogenéticos

- (116). Os programas para promover a conservação e utilização dos recursos fitogenéticos da região da SADC continuaram a ser coordenados pelo Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC (SPGRC), que se encontra baseado em Lusaka, República da Zâmbia. As actividades em 2017/18 centraram-se principalmente na capacitação sobre a conservação dos recursos fitogenéticos e através de missões de colecta nos Estados Membros, bem como a recapitalização do banco de recursos fitogenéticos da região no SPGRC.
- (117). Através da rede dos Centros de Recursos Fitogenéticos Nacionais (NPGRCs), que se encontram funcionais na maioria dos Estados Membros da SADC, o SPGRC levou a cabo os seguintes programas:
- i. Organização de seminário de formação sobre a conservação dos recursos fitogenéticos onde participaram os NPGRCs de todos os Estados Membros da SADC, em Agosto de 2017, com o co-financiamento do SANBio da NEPAD;
 - ii. Estabelecimento de parceria com o Tratado Internacional para os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (ITPGRFA) para a formação de funcionários da área de conservação dos recursos fitogenéticos dos Estados Membros da SADC em Sistemas de Informação Global para a Alimentação e Agricultura na Cidade do Cabo, África do Sul, em Dezembro de 2017;
 - iii. 351 amostras de arroz foram multiplicadas no Malawi, onde as condições do solo e atmosféricas são adequadas para armazenamento a longo prazo em nome do SPGRC; e
 - iv. Juntamente com os parceiros do NPGRC foram realizadas missões de colecta de recursos fitogenéticos e foram recolhidas ao todo 884 identificadores de plantas.

4.4.2 Desenvolvimento Social e Humano

4.4.2.1 Educação

- (118). Com vista a ultrapassar as barreiras sociais e outras associadas a provisão de educação e formação de qualidade, relevante e sustentável, e que continuam a inibir as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida do maior grupo populacional da região (crianças e jovens), várias actividades foram realizadas, incluindo as descritas abaixo.

4.4.2.1.1 Implementação do Protocolo sobre a Educação

- (119). O Secretariado continuou a apoiar a implementação do Protocolo sobre Educação e Formação da SADC com enfoque em quatro resultados do RISDP Revisto, nomeadamente (i) aprovação da criação de um mecanismo de coordenação regional da

implementação do Quadro de Qualificações da SADC; (ii) revisão do Quadro Estratégico para a Educação e Formação Técnico-Profissional na SADC; (iii) inclusão da questão do impacto do VIH e SIDA no sector da Educação, e (iv) internalização e monitorização da implementação dos compromissos assumidos nos planos continental e internacional para a educação, em particular a Estratégia para a Educação no Continente Africano (CESA). As principais realizações compreendem:

- i. A inclusão dos Indicadores da CESA nos Indicadores Regionais sobre Educação para facilitar a monitorização da implementação do Protocolo sobre Educação e Formação da SADC e dos compromissos continentais, incluindo a a Estratégia para a Educação do Continente Africano. Funcionários responsáveis pela gestão do sector da Educação de cinco países, nomeadamente Botswana, Namíbia, África do Sul, Seychelles e Zimbabwe receberam formação sobre o Sistema de Monitorização e Avaliação online da SADC para a introdução de dados sobre os indicadores da educação no sistema;
- ii. Revisão do Quadro Estratégico da Educação e Formação Técnico-Profissional (TVET) e elaboração do Plano de Implementação para 2018-2027;
- iii. A implementação da 2a Fase do Programa de Cuidados e Apoio ao Ensino e Aprendizagem da SADC por sete Estados Membros (República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, África do Sul, Reino de Eswatini, Zâmbia e Zimbabwe). Estes países internalizaram os Cuidados e Apoio ao Ensino e Aprendizagem ao desenvolverem modelos nacionais, que apresentam os objectivos e normas nacionais da prática, para a implementação dos Cuidados e Apoio ao Ensino e Aprendizagem (CSTL) como um programa nacional; e
- iv. Os Estados Membros estão a integrar os princípios de CSTL na formulação de políticas, programas, planificação e orçamentação, e a expansão para mais escolas demonstrando a inclusão sistemática do CSTL no Sistema de Educação. Além disso, capacitação contínua dos professores através do programa de formação de professores em exercício e dos parceiros chave em matéria de saúde sexual e reprodutiva, o novo currículo do ensino de Habilidades para a Vida, bem como a segurança e a protecção está a decorrer nos Estados Membros.

4.4.2.1.2 Emprego e Trabalho

- (120). As características da Migração da Força de Trabalho na região incluem, entre outras, a predominância da importância económica das remessas dos migrantes; a crescente feminização da mobilidade da força de trabalho; a protecção inadequada dos trabalhadores migrantes e suas famílias em relação a exploração e hostilidade; fraca implementação dos regimes regionais de livre circulação; debilidades na legislação, instituições e dados pertinentes sobre o mercado da força de trabalho; falta de atenção a governação e regulação da mobilidade da força de trabalho e das competências; fraca compatibilidade e reconhecimento intra-regional das instituições de formação e das qualificações. Para face a algumas destas questões, foi feito o seguinte:

4.4.2.1.3 Política de Emprego e Trabalho e o Futuro do Trabalho

- (121). A Iniciativa sobre o Futuro do Trabalho, liderada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), procura responder aos desafios actuais e futuros do local de trabalho e relacionados com o “trabalho e sociedade”, “trabalho decente para todos”, “organização do trabalho e produção” bem como a “governança do trabalho”. Existe a preocupação de que se não for devida e urgentemente tratada, a questão do futuro do trabalho vai resultar em desigualdades ainda mais acentuadas, nos países e entre países, bem como a pobreza enraizada para a maioria, representando um risco para a coesão e paz social.
- (122). Em consonância com a Iniciativa, a SADC adoptou uma posição regional comum sobre o Futuro do Trabalho, como parte da sua contribuição para o discurso global sobre as transformações rápidas no mundo do trabalho. A posição da SADC baseia-se nos relatórios nacionais de nove (9) Estados Membros (Lesoto, Eswatini, Madagáscar, Maurícias, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia e Zimbábwe) que mantiveram diálogos nacionais sobre o Futuro do Trabalho.

4.4.2.1.4 Programa de Trabalho Decente da SADC (2013-2019)

- (123). O Sector de Emprego e Trabalho organizou um Simpósio Ministerial de Alto Nível em Março de 2018 sobre o papel das Empresas Multinacionais (MNEs) na promoção do trabalho decente na região da SADC. O Simpósio essencialmente considerou as principais constatações de uma avaliação rápida do impacto sobre as questões do investimento, emprego e trabalho nas operações das multinacionais a operar no Botswana, Malawi, Namíbia, África do Sul, Reino de Eswatini, Zâmbia e Zimbábwe. A avaliação revelou que embora os fluxos de entrada do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para a região da SADC tenham sido baixo, sendo em média de 2% dos fluxos mundiais, apontando para uma fraca integração da economia global, as multinacionais da SADC contribuíram positivamente para os fluxos de entrada de capital, para o crescimento da produção e das exportações e da produtividade (através do desenvolvimento de competências) e criação de emprego nos países receptores. As multinacionais no sector dos recursos minerais, retalho e processamento de alimentos em geral também oferecem salários mais altos e melhores condições de trabalho do que as empresas locais, em casos atingindo 100%, por causa das suas vantagens em termos de produtividade mais alta, eficiência, melhor tecnologia e níveis mais elevados de intensidade do capital.
- (124). Todavia, o sector de Emprego e Trabalho observou que fracas ligações entre as multinacionais e as empresas locais limitavam a contribuição das multinacionais com o desenvolvimento económico local. Adicionalmente, a forma dominante de IDE na maioria dos países ocorria no sector da indústria extractiva, que tende a promover poucas ligações com a economia local por ser de capital intensivo, por natureza. Para além de contribuir para o emprego directo e participar nas receitas das exportações, os benefícios do IDE para toda a economia eram, por isso, reduzidos. A este respeito, os Ministros e Parceiros Sociais observaram a necessidade de fortalecer as ligações das multinacionais com a economia local com base nas seguintes medidas:

- i. os Estados Membros devem criar um ambiente favorável para a promoção de vínculos mais fortes entre as multinacionais e os produtores locais, e assegurar que as actividades das multinacionais estejam alinhadas com as prioridades e quadros jurídicos para o desenvolvimento nacional.
- ii. os Estados Membros devem assegurar que as multinacionais respeitem os direitos dos trabalhadores através de inspecções do trabalho eficazes em conformidade com as melhores práticas internacionais, incluindo através da participação dos parceiros sociais na concepção, implementação e monitorização das intervenções;
- iii. Os Estados Membros devem acelerar a ratificação e a transposição para o regime jurídico nacional das principais Convenções da OIT como forma de colmatar as lacunas em termos legislativos através de leis e práticas do trabalho harmonizadas na região; e
- iv. A SADC deve apoiar a abordagem regional em relação ao Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e o desenvolvimento que iria proporcionar uma abordagem mais completa, envolvendo os principais intervenientes para lidar com os aspectos económicos, sociais e ambientais dos investimentos das multinacionais;
- v. O Secretariado da SADC apoia activamente os Estados-Membros em matéria de materialização dos compromissos acima mencionados. Como primeiro passo, no terceiro trimestre de 2018, foi realizado um seminário de capacitação direccionado a funcionários governamentais e os parceiros sociais, com a finalidade de aumentar a sua capacidade.

4.4.2.1.5 Portabilidade transfronteiriça dos instrumentos de protecção social

- (125). Durante o período de 2017/18, o Sector do Trabalho e Emprego aprofundou a sua implementação do Código da SADC para a Segurança Social de 2007 e do Quadro da SADC de Portabilidade Transfronteiriça das Prestações de Segurança Social Acumuladas de 2016. Estes quadros preconizam que qualquer pessoa na SADC tem o direito a segurança social, e que os Estados Membros devem criar mecanismos para facilitar a portabilidade das prestações da segurança social, de um país para outro. Com o apoio da União Europeia e da Organização Internacional do Trabalho, a SADC está a implementar um projecto com a duração de 18 meses para “fortalecer a capacidade e os instrumentos das políticas sobre a portabilidade das prestações da segurança social na região da SADC”. Ao abrigo do projecto, o Secretariado da SADC encomendou dois (2) estudos de avaliação que estão em curso sobre o estado do acesso a protecção social, e sobre o potencial da portabilidade das prestações pelos trabalhadores migrantes no sector da agricultura e no sector dos recursos minerais nos Estados Membros da SADC envolvidos na fase piloto. Consoante aprovado pelos Ministro e Parceiros Sociais do sector de ELS em Março de 2018, a avaliação no sector da agricultura envolve os seguintes países na fase-piloto: Reino de Eswatini, Lesoto, África do Sul, Malawi, Moçambique e Zimbabwe. A avaliação no sector dos recursos minerais envolve os seguintes país na fase-piloto: África do Sul, Botswana, Eswatini, Lesoto, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe.

- (126). Um terceiro estudo sobre o sector dos serviços financeiros para a compreensão das áreas e factores de facilitação chave, incluindo os mecanismos para a concepção e implementação de um quadro-modelo para a portabilidade das prestações de segurança social está igualmente em curso.
- (127). Uma Troika Ad Hoc de peritos do sector do Emprego e Trabalho, e Segurança Social foi constituída para fortalecer a supervisão da governação do projecto, através da qual o Sector de Emprego e Trabalho da SADC adoptou um roteiro que contempla a adopção de um mecanismo de portabilidade das prestações da segurança social na região por parte dos Ministros e Parceiros Sociais em Abril de 2019. O quadro da portabilidade das prestações da segurança social da SADC cobre as prestações de velhice, prestações de invalidez, prestações de doenças e ferimentos ocupacionais, prestações de desemprego e prestações de sobrevivência.

4.4.2.2 Saúde e Produtos Farmacêuticos

- (128). A malária continua a ser um grande desafio para a região com o surgimento da resistência ao tratamento com medicamentos de baixo custo, a cloroquina, o que leva os países a adoptar regimes de tratamento mais onerosos. Algumas iniciativas de controlo transfronteiriço da malária continuaram a contribuir para a redução da incidência da malária, em particular por via da pulverização residual intra-domiciliária com DDT. Os Estados Membros que estão a implementar a iniciativa E8, adoptada pelos Ministros da Saúde em 2013, registaram avanços na implementação de medidas destinadas a erradicar a malária. Estes países, que incluem o Botswana, Namíbia, África do Sul e Reino de Eswatini (os 4 da linha da frente), estão próximos de alcançar a erradicação total. Angola, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe (países da segunda linha) estão a mostrar algumas melhorias. Até a data, existe uma projecção rumo a eliminação da malária e existe uma monitorização activa com vista a eliminação, usando o cartão de pontuação.
- (129). Foi criada a base de dados dos medicamentos da SADC para a partilha de informação sobre preços bem como sobre diversas inovações laboratoriais nos Estados Membros.
- (130). O Plano de Implementação da Estratégia da SADC para a Nutrição no contexto do Desenvolvimento Social e Humano foi desenvolvido e aprovado pela Reunião Conjunta dos Ministros da SADC da Saúde e dos Ministros responsáveis pelo combate ao VIH e SIDA, em Novembro de 2017. O Plano de Implementação identifica as áreas prioritárias que devem ser implementadas para considerar os indicadores de nutrição com mau desempenho em diversos Estados Membros da Região. As áreas prioritárias que também estão reflectidas na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Região da SADC incluem:
- i. Elaboração de normas mínimas regionais para a fortificação dos alimentos com micronutrientes. Espera-se que isso contribua para reduzir os altos níveis de anemia entre as mulheres em idade reprodutiva e as crianças, ao mesmo tempo que se melhora a nutrição da população em geral;

- ii. Elaboração de uma estratégia regional da comunicação para a mudança de comportamento com vista a melhorar as práticas alimentares dos recém-nascidos e crianças de tenra idade. Espera-se que isso satisfaça múltiplos indicadores sobre nutrição, peso excessivo e obesidade, debilitação e retardamento do crescimento, amamentação exclusiva e deficiência de micronutrientes;
- iii. Desenvolvimento de directrizes regionais sobre os sistemas de informação sobre a nutrição que vão fortalecer a capacidades dos Estados-Membros de monitorizar o progresso em função das metas da Assembleia Mundial da Saúde; e
- iv. Foi desenvolvida e aprovada uma ferramenta de monitorização em Novembro de 2017, para o acompanhamento da implementação de várias acções relativas ao Protocolo sobre a Saúde, segundo a decisão dos Ministros da Saúde tomada em Ezulwini, Eswatini em Novembro de 2016. As acções a serem monitorizadas pela ferramenta incluem: (i) Esforços de capacitação para a saúde; (ii) Investimentos, priorização e implementação das actividades do Regulamento Internacional de Saúde (IHR); e (iii) Existência de plano de implementação e de Quadros de Monitorização e Avaliação para a monitorização do Protocolo sobre Saúde.

4.4.2.3 Desenvolvimento e Empoderamento dos Órfãos, Crianças Vulneráveis e Jovens

- (131). Com vista a melhorar a qualidade das políticas, programas e da elaboração de relatórios sobre crianças e jovens vulneráveis (OVC&Y) com base em evidências, o Secretariado, em colaboração com os Estados Membros desenvolveu um quadro de Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios (MAR) para facilitar a pesquisa e a recolha de dados sobre matérias específicas das OVC&Y. Esta iniciativa é importante para se manter um sistema e um banco de dados regional de informação que reflecta os padrões, níveis e tendências dos desafios de OVC&Y. Isso, por seu turno, facilita a identificação das questões emergentes e a advocacia para respostas oportunas. O Quadro, que foi finalizado, apresenta indicadores regionais com definições e o modelo para a elaboração dos relatórios pelos Estados Membros. Adicionalmente, a MAR apresenta um cronograma para o fortalecimento da capacidade e o plano de operacionalização do MAR nos Estados Membros. A base de dados está a ser desenvolvida como parte do sistema geral de M&A da SADC.
- (132). Foram empreendidos alguns esforços virados para a implementação do Pacote Mínimo de Serviços (MPS) fundamentais e que se destinam aos órfãos e crianças e jovens vulneráveis. O Pacote Mínimo de Serviços identifica os serviços considerados críticos para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e jovens na SADC, e é usado pelos Estados Membros como guião das políticas que visam a prestação de serviços abrangentes para as OVC&Y. No âmbito da implementação do Pacote Mínimo de Serviços, o Secretariado coordenou e organizou a participação dos Estados Membros da SADC no Fórum Regional de Assistência Psicossocial (PSS) realizado em Arusha de 3 a 7 de Setembro de 2017. O Fórum PSS constituiu uma oportunidade para passar em revista o progresso em relação a adopção e aplicação do Pacote Mínimo de Serviços e das normas da Assistência Psicossocial (PSS). Isso permitiu aos participantes avaliar

as lacunas na superação das vulnerabilidades das crianças e jovens e na partilha das boas práticas.

4.4.2.3.1 Criado o Portal da base de dados/informação sobre a MAR regional sobre os jovens

- (133). Com vista a melhorar a qualidade das políticas, programas e da elaboração de relatórios sobre crianças e jovens vulneráveis (OVC&Y) com base em evidências, o Secretariado, em colaboração com os Estados Membros desenvolveu um quadro de Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios (MAR) para facilitar a pesquisa e a recolha de dados sobre matérias específicas das OVC&Y. Esta iniciativa é importante para se manter um sistema e um banco de dados regional de informação que reflecta os padrões, níveis e tendências dos desafios de OVC&Y. Isso, por seu turno, facilita a identificação das questões emergentes e a advocacia para respostas oportunas. O Quadro, que foi finalizado, apresenta indicadores regionais com definições e o modelo para a elaboração dos relatórios pelos Estados Membros. Adicionalmente, a MAR apresenta um cronograma para o fortalecimento da capacidade e o plano de operacionalização do MAR nos Estados Membros. A base de dados está a ser desenvolvida como parte do sistema geral de M&A da SADC.

4.4.2.3.2 Formulada a Agenda de Pesquisa Regional sobre os Órfãos e Crianças e Jovens Vulneráveis

- (134). A SADC assinou um Memorando de Entendimento com a Iniciativa Regional de Apoio Psicossocial (REPSSI), e a parceria visa a realização de uma avaliação regional da adopção e aplicação do Pacote Mínimo de Serviços para as COV na SADC e as normas de Assistência Psicossocial (PSS) nos Estados Membros. Isso vai contribuir imenso para avaliar o nível da assistência psicossocial para os jovens na região e resultar em intervenções de grande impacto a ser adoptadas e implementadas nos Estados Membros.

4.4.3 Programas Transversais

4.4.3.1 Redução da Pobreza

- (135). O Secretariado continuou a trabalhar na harmonização das normas, métodos de recolha de dados e em relação aos indicadores de pobreza comuns. A este respeito, a Nota Conceptual e a proposta de projecto foram desenvolvidos para a realização de um estudo sobre a Mensuração e os Perfis de Pobreza nos Estados Membros, relativamente a forma como os dados estatísticos sobre a pobreza são gerados e a necessidade de ter uma posição comum quanto a forma como reportar as tendências da pobreza.
- (136). Com base no apoio da Southern Africa Trust foram encomendados estudos sobre as Tendências da Pobreza e os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, bem como um estudo para acompanhamento dos Protocolos no que concerne a relação entre a questão da implementação dos Protocolos da SADC e a pobreza e o desenvolvimento na SADC. Os relatórios preliminares dos dois estudos estão a ser analisados.

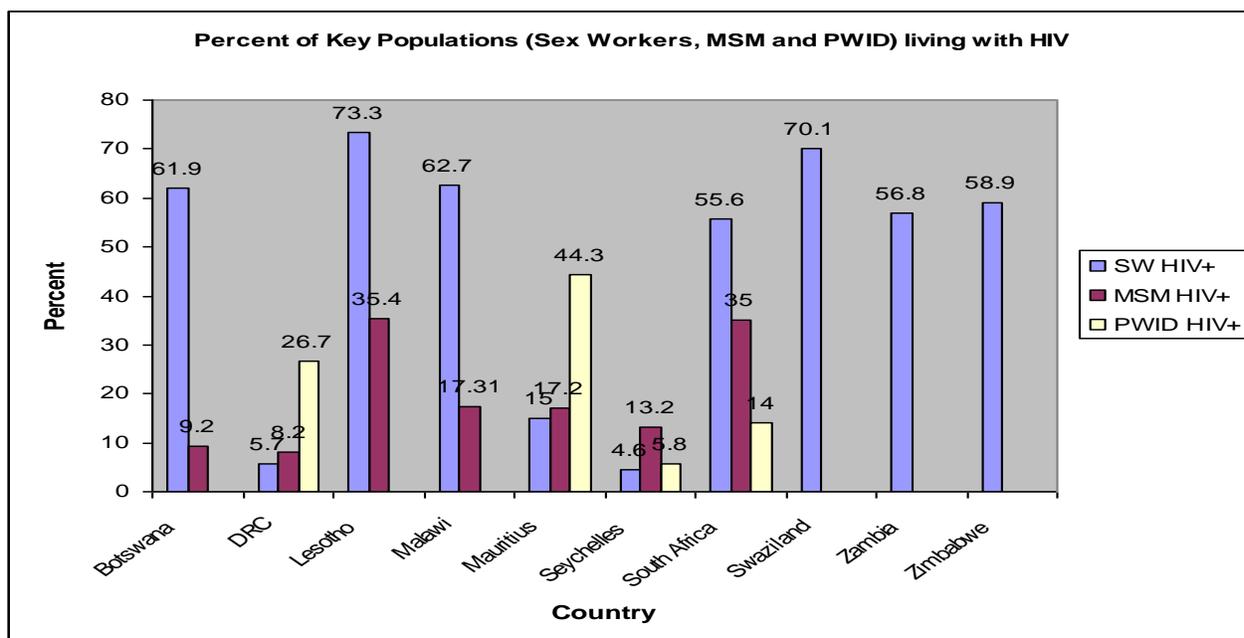
4.4.3.2 Combate à Pandemia do VIH e SIDA

(137). O VIH permanece uma ameaça urgente para a região com índices significativos de novas infecções entre adolescentes e jovens, predominantemente as raparigas. Num esforço que visa mitigar a ameaça, a região da SADC continuou a implementar intervenções relacionadas com o VIH e SIDA em todas as áreas temáticas explanadas na Declaração de Maseru sobre o Combate ao VIH e SIDA, como se segue:

4.4.3.2.1 Prevenção e Mobilização Social

(138). Os Estados Membros continuaram a implementar uma série de actividades de mobilização social e de prevenção do VIH. O Relatório sobre a Epidemia de VIH e SIDA de 2017 revela algum progresso no controlo de novas infecções do VIH nos últimos 6 anos (2010-2016). A região da SADC registou um declínio de 26% nos casos de novas infecções pelo VIH entre adultos com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos. Certos indicadores da prevenção do VIH revelam que mais esforço é necessário na área de prevenção do VIH. As infecções pelo VIH permanecem altas entre as raparigas adolescentes e mulheres jovens, trabalhadoras do sexo e homens que mantêm relações sexuais com outros homens assim como entre a comunidade LGBTI. Dados constantes do relatório mostram que está a regista-se um maior progresso na área do tratamento comparativamente a prevenção. Apesar disso, 3 Estados Membros da SADC indicaram que a cobertura da TARV situa-se abaixo de 50% (veja a Figura 11). Dados dos Estados Membros da SADC revelam que em sete dos dez Estados Membros que forneceram dados sobre a prevalência do VIH entre as trabalhadoras de sexo, as taxas de prevalência do VIH ultrapassavam os 55%.

Figura 7: Prevalência do VIH entre Populações-Chave Seleccionadas



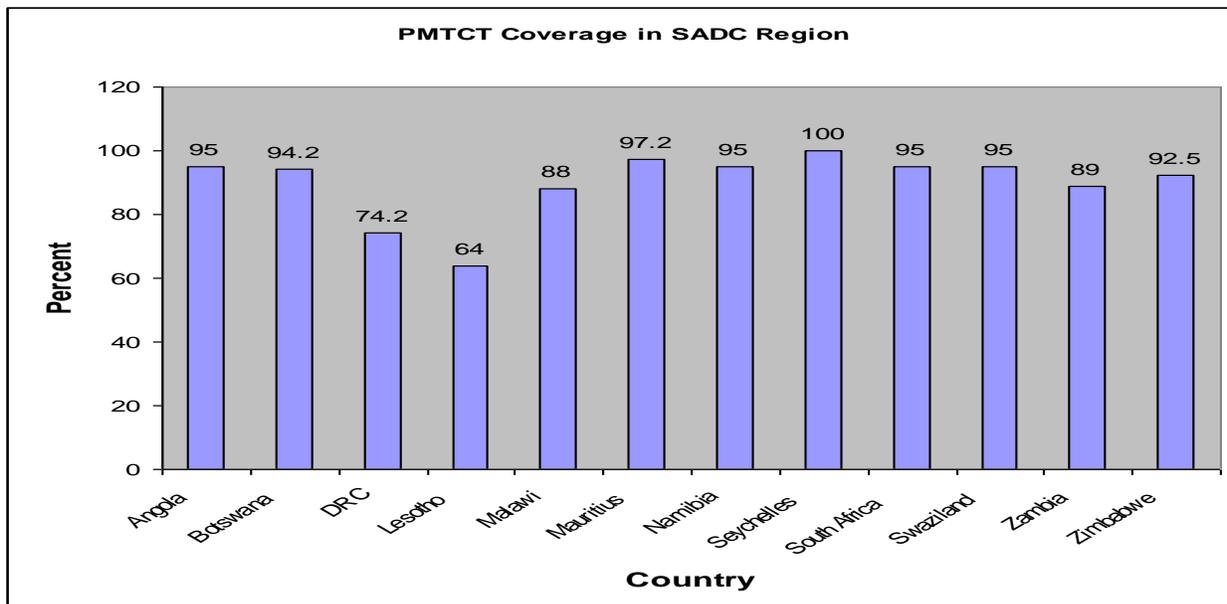
Fonte: Relatórios dos Estados Membros da SADC sobre a Epidemia de VIH e SIDA, 2017

- (139). Os Estados Membros, em colaboração com as Agências da ONU, criaram o “Quadro para a Definição de Metas da Prevenção do VIH na Região da SADC”. O quadro é um guião para a definição das metas nacionais para os 5 pilares da prevenção do VIH, incluindo: os programas nacionais do preservativo; serviços de saúde para a rapariga adolescente e jovem mulher (AGYW) e os seus parceiros do sexo masculino em zonas de grande prevalência; programas de prevenção para as populações-chave; circuncisão masculina médica voluntária (VMMC); e profilaxia pré-exposição (PrEP).
- (140). A Estratégia Regional da SADC para a Prevenção, Tratamento e Cuidados do VIH e SIDA, e os Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva entre a População Chave foi formulada e aprovada. O propósito da Estratégia é promover a adopção e institucionalização de um pacote padronizado e abrangente que responde aos desafios singulares de provisão de serviços equitativos e eficazes de combate ao VIH e de salvaguarda dos direitos de saúde sexual e reprodutiva as populações chave na SADC. A estratégia regional vai servir de guião para os Estados Membros quando conceberem e implementarem programas apropriados de saúde sexual e reprodutiva e de prevenção, tratamento e cuidados do VIH, para as populações chave com enfoque em questões de política, jurídicas e institucionais, ao nível das unidades sanitárias.

4.4.3.2.2 Prevenção da Transmissão Vertical do VIH (PMTCT)

- (141). A Prevenção da Transmissão Vertical constitui uma das intervenções de prevenção do VIH mais bem-sucedida na região. Dados submetidos pelos Estados Membros em 2016 indicam que a cobertura de PTV variou entre 64% e 100%. A maioria dos Estados Membros (9 de 12) que apresentaram dados sobre este indicador possuem um cobertura da prevenção da transmissão vertical de 88% ou mais, como ilustrado na Figura 12 a seguir. Estes dados mostram claramente que a região está em vias de eliminar a transmissão do VIH para os seus filhos antes do nascimento.

Figura 8: Cobertura da Prevenção da Transmissão Vertical na Região

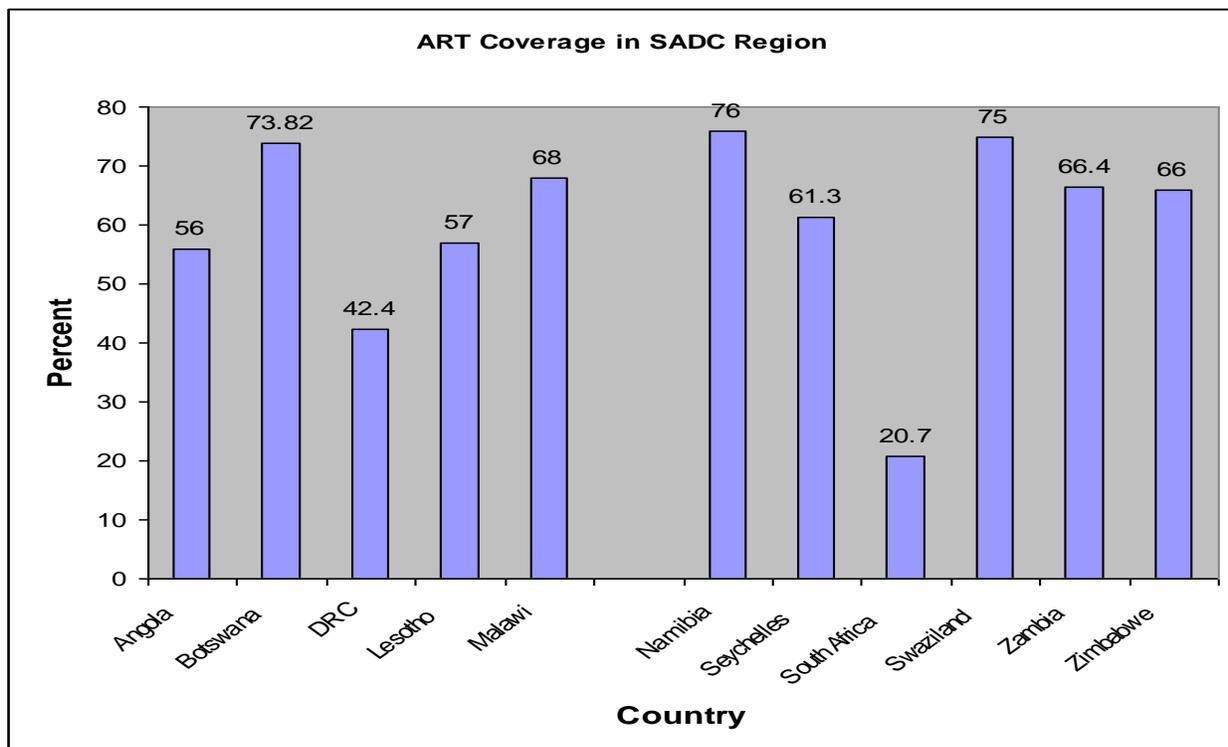


Fonte: Relatórios dos Estados Membros da SADC sobre a Epidemia de VIH e SIDA, 2016

4.4.3.2.3 Tratamento da SIDA

(142). Todos os Estados Membros da SADC adoptaram a estratégia de “Tratar a Todos” embora se encontrem em diferentes estágios da sua operacionalização. Em consonância com o Guião de Tratamento da OMS de 2013 e da Estratégia de “Testar e Tratar”, um grande número de pessoas a viver com o VIH são agora elegíveis ao tratamento e isso significa que existem mais pessoas a receber tratamento. Isso requer um compromisso de financiamento por parte dos governos para sustentar o tratamento para todas as pessoas elegíveis. Em 2016, a cobertura de adultos com ARV cobria entre 20,7% e 76%, como indicado na Figura 13 a seguir. O tratamento é um enfoque importante na cascata de tratamento 90-90-90 que determina que até 2020, 90% das pessoas infectadas pelo VIH terão sido diagnosticadas, 90% das pessoas diagnosticadas estarão a receber o tratamento com anti-retrovirais e 90% dos que recebem anti-retrovirais registarão a supressão do vírus. Faltam dois (2) anos para 2020 o que requer que os Estados Membros incrementem a Testagem, Aconselhamento e Tratamento relacionado com o VIH com vista a se alcançarem as metas de 2020.

Figura 9: A Cobertura da TARV na Região da SADC em 2016



Fonte: Relatórios dos Estados Membros da SADC sobre a Epidemia de VIH e SIDA, 2016

4.4.3.2.4 Intensificação da Mobilização de Recursos

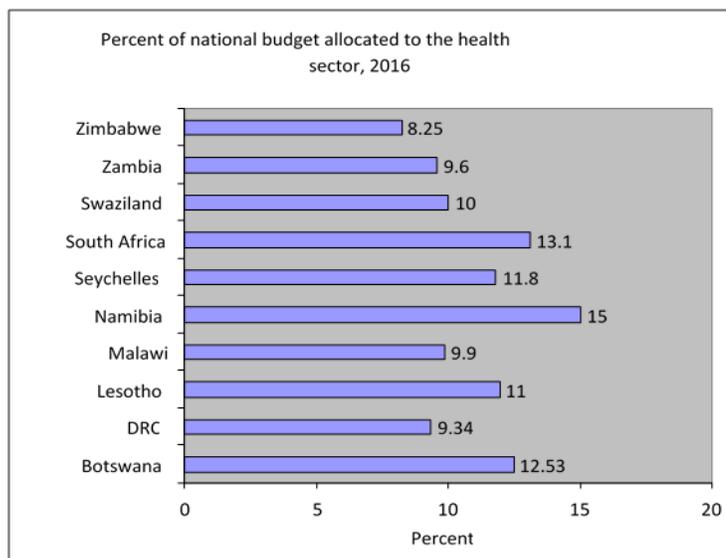
(143). O financiamento externo para o combate ao VIH e SIDA nos Estados Membros da SADC tem vindo a reduzir. Todavia, o financiamento externo do Plano do Presidente dos Estados Unidos da América para o Alívio do VIH/SIDA (PEPFAR) foi crucial para o financiamento dos programas de prevenção e tratamento relacionado com o VIH nos Estados Membros da SADC beneficiários do PEPFAR. Este financiamento começou a baixar na sequência de mudanças nas políticas de financiamento da saúde global pelos Estados Unidos. Os esforços dos Estados Membros para superar o fosso de financiamento usando os recursos internos consistentemente situaram-se abaixo da meta da Declaração de Abuja de dotação de 15% dos orçamentos nacionais para o sector da saúde. Dados os Estados Membros da SADC indicam que apenas um, de dez países que reportaram sobre este indicador, conseguiu alcançar esta meta em 2016. As dotações dos orçamentos nacionais para o sector da saúde em 2016 variaram entre 8,25% e 15%, conforme indicado na 14 a seguir.

Figura 10: Percentagem das Dotações dos Orçamentos Nacionais para o Sector da Saúde em 2016

Fonte: Relatórios dos Estados Membros da SADC sobre a Epidemia de VIH e SIDA, 2016

4.4.3.2.5 Iniciativa Transfronteiriça da SADC de combate ao VIH e SIDA

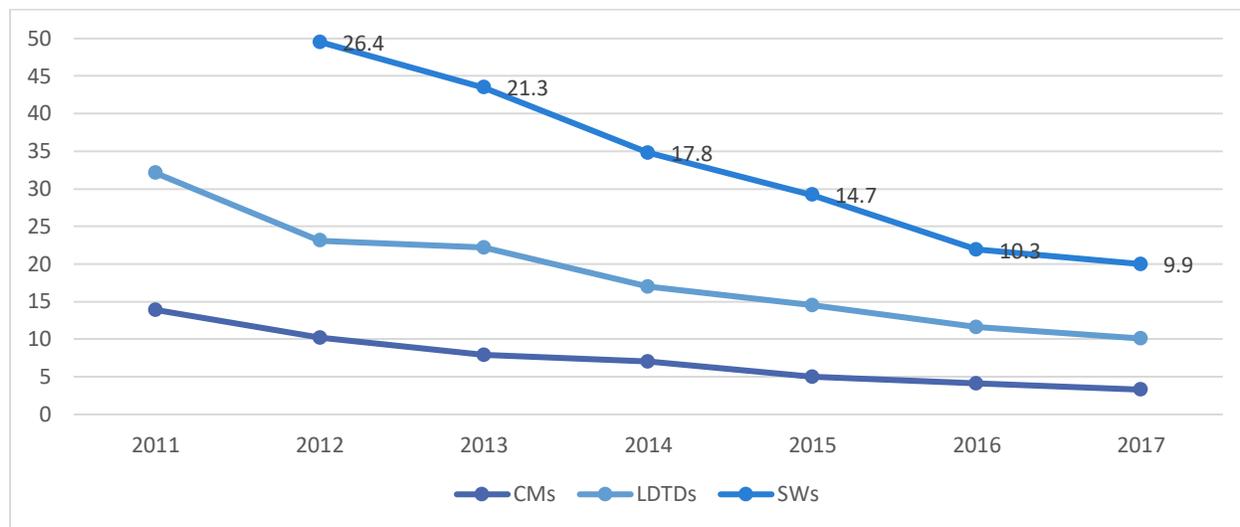
Country



- (144). O Fundo Global apoiou os serviços relacionados o VIH em 32 Clínicas de Bem-Estar localizados em 12 Estados Membros da parte continental da SADC virados para grupos populacionais específicos: trabalhadoras de sexo (SWs); camionistas de longo curso (LDTD); e comunidades junto das fronteiras. Os serviços prestados incluem a testagem do VIH; a distribuição de preservativos, o diagnóstico e tratamento das infeções sexualmente transmissíveis; e os cuidados de saúde primários. Ao todo, 84 461 pessoas submeteram-se a testagem do VIH nas clínicas de bem-estar da Iniciativa Transfronteiriça (CBI) entre Julho de 2011 e Dezembro de 2017, das quais 60,9% eram membros da comunidade; 25 5% eram camionistas de longo curso (LDTDs); e 13,6% eram trabalhadoras de sexo.
- (145). Uma das principais áreas de enfoque do CBI era gerar a procura para a testagem e aconselhamento sobre o VIH entre as trabalhadoras de sexo, camionistas de longo curso e membros da comunidade. Isso foi feito através de actividades de mobilização comunitária usando os pacotes padrão de prevenção do VIH. Este pacote baseou-se nos Padrões Mínimos Regionais para a Saúde e Combate ao VIH e SIDA no Sector do Transporte Rodoviário.
- (146). A percentagem de SWs, LDTDs e dos membros da comunidade que vive com o VIH registou uma redução significativa entre 2011 e 2017 (veja a Figura 15). A percentagem de SWs que vivem com o VIH (que são alcançadas através das intervenções do projecto) baixou de 50% em 2011 para 13,2% em 2017, uma queda de aproximadamente 74 pontos percentuais. O declínio correspondente na percentagem dos que vivem com o VIH entre os LDTDs e os membros da comunidade foi de 75 e 60

pontos percentuais, respectivamente. Embora possam existir múltiplos factores responsáveis por esse declínio, não restam dúvidas de que as actividades de mobilização comunitária e estruturada da CBI jogaram um papel importante.

Figura 11: Percentagem de Membros da Comunidade, LDTD e SWs a Viver com o VIH



Fonte: CBI Service Statistics, 2011 a 2017

(147). No final da Subvenção do Fundo Global, o Secretariado agilizou o processo de financiamento das Clínicas de Bem-Estar no âmbito do Fundo do VIH e SIDA da SADC para preencher a lacuna de financiamento e permitir que haja tempo suficiente para os Estados Membros angariarem fundos para os exercícios fiscais seguintes, de modo a assegurar a sustentabilidade.

4.4.3.3 Administração da Ciência e Tecnologia

4.4.3.3.1 Protocolo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (STI)

(148). A Reunião Ministerial Conjunta da Educação e Formação e da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) foi realizada em Junho de 2017, no Reino de Eswatini tendo sido tomadas várias decisões políticas. O Protocolo da CTI já foi ratificado por dois terços dos Estados Membros pelo que já entrou em vigor. A notificação da entrada em vigor foi feita aos Estados Membros.

4.4.3.3.2 Carta da SADC sobre a Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia (WISETO)

(149). O Projecto de Carta sobre a Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia (SADC WISETO) foi aprovado pelo Conselho em Agosto de 2017, em Pretória, África do Sul. O Propósito da Carta é criar uma plataforma regional que vai implementar programas e projectos regionais para promover a mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia. Espera-se, por conseguinte, que estimule a aplicação da ciência, tecnologia e inovação pelas mulheres para apoiar a estratégia da industrialização. A Carta apela para a criação de Capítulos Nacionais que serão os membros da WISETO Regional da SADC. A

reunião consultiva regional sobre o WISETO aprovado foi realizada em Dezembro de 2017 no Reino de Eswatini, para sensibilizar as partes interessadas relativamente a Carta aprovada e acordar sobre os critérios de acolhimento.

4.4.3.3 Quadro e Directrizes Regionais para a Criação e Fortalecimento dos Centros de Excelência e dos Centros de Especialização

- (150). Foi elaborado o projecto de Quadro e Directrizes Regionais para a Criação e Fortalecimento dos Centros de Excelência e dos Centros de Especialização. O Quadro e as Directrizes vão guiar a criação de Centros de Excelência e Centros de Especialização industriais ao nível regional nas principais cadeias de valor prioritárias para servir de plataformas para a capacitação, geração de conhecimento, inovação, desenvolvimento e comercialização da tecnologia. A Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC identifica os Centros de Excelência e os Centros de Especialização como plataformas que contribuirão o desenvolvimento industrial. O projecto de Quadro e Directrizes será considerado por várias estruturas políticas da SADC para homologação em Junho/Julho de 2018, e subsequente aprovação pelo Conselho de Ministros em Agosto de 2018.

4.4.3.4 Estatística

- (151). Durante o último exercício financeiro, a Unidade de Estatística registou progresso assinalável em termos de iniciativas de capacitação para melhorar os cálculos estatísticos ao nível nacional. Em particular, foi elaborado um roteiro para a implementação das estatísticas do comércio de serviços e foram desenvolvidas as estatísticas do sector real, com o apoio e cooperação técnica do FMI, como parceiro de colaboração. Adicionalmente, estava a ser providenciada a capacitação aos Estados Membros na área de estatística sobre o comércio, contas nacionais e preços, em parceria com Instituições Pan-Africanas.
- (152). Foram produzidos e divulgados dados mensais do índice dos preços ao consumidor para a monitorização da inflação como meta da convergência macroeconómica. Foram usados indicadores seleccionados que compreendem dados estatísticos macroeconómicos e sociais para a produção de um boletim da região da SADC sobre o desempenho económico, liberalização do comércio e características demográficas. O boletim realça os esforços do programa da SADC em termos de maiores trocas comerciais, esperança de vida e produção industrial ao nível da SADC.
- (153). A visibilidade das estatísticas nos fóruns regionais foi melhorada através da avaliação da qualidade dos dados referentes as estatísticas macroeconómicas nas missões de Avaliação Económica da SADC relativamente aos utentes e aos produtores das estatísticas. As áreas específicas das intervenções incluíam a avaliação do controlo da qualidade da recolha de dados dos preços, as práticas nacionais da produção dos indicadores industriais, conformidade com as melhores práticas internacionais na área das contas nacionais e a existência do registo estatístico das empresas para a realização regular de recenseamentos e inquéritos.

4.4.4 Quadro Institucional para a Coordenação, Monitorização e Avaliação

4.4.4.1 Ligação entre os Níveis Nacional e Regional na SADC

- (154). O Secretariado prosseguiu com o apoio aos Estados Membros para a criação e fortalecimento das Comissões Nacionais da SADC (CNS) após a decisão do Conselho de realização deste exercício, em conformidade com o disposto no artigo 16A do Tratado da SADC. Com o apoio da GIZ, foram concluídos os Estudos de Descrição do Âmbito e apresentados as partes interessadas no Malawi, Tanzânia e Zâmbia, e foram criados ou revitalizadas as Comissões Nacionais da SADC (CNS). As reuniões preliminares e os seminários nacionais foram realizados no Botswana, Lesoto e Eswatini para debater os Estudos de Descrição do Âmbito a serem conduzidos e que resultarão na criação e no fortalecimento das CNS.
- (155). As Estruturas Nacionais da SADC receberam capacitação com vista a criação/revitalização das Comissões Nacionais da SADC (CNS) para garantir a implementação efectiva e o alinhamento das prioridades de desenvolvimento nacionais e regionais. A criação/revitalização das CNS faz-se em colaboração e em simultâneo com a expansão do Sistema de Monitorização e Avaliação (M&A) Online aos Estados Membros.
- (156). As posições comuns da SADC sobre a agenda de integração inter-regional e continental foram formuladas, apresentadas e implementadas. O Secretariado formulou as posições da SADC relativamente as Reformas Institucionais da União Africana assim como áreas temáticas sobre o desenvolvimento das infra-estruturas, comércio e paz e segurança. O Secretariado esboçou igualmente as posições da SADC sobre as questões desenvolvimento ao nível das Nações Unidas, a Zona de Comércio Livre Tripartida bem como a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC).

4.4.4.2 Formulação de Estratégias

- (157). O projecto de Nota Conceptual para as consultas com as partes interessadas sobre a Visão da SADC para o período Pós-2020 foi elaborado e foram identificadas as prioridades no âmbito das conclusões do Retiro Ministerial da SADC sobre “A SADC que Queremos”. A Nota Conceptual e as prioridades servirão de base para a formulação da Visão. A formulação da Visão e a elaboração do Plano de Implementação e do Roteiro no contexto das Conclusões do Retiro Ministerial iniciarão em 2018/19.

4.4.4.3 Planificação e Programação

- (158). A SADC continua a realizar as funções de Planificação e Programação em conformidade com a Política da SADC para a Formulação da Estratégia, Planificação, Monitorização e Avaliação (Política de SPME). A política de SPME tem como propósito “reforçar o processo de tomada de decisões da SADC relativamente à definição de prioridades, à afectação de recursos e à gestão de programas para melhorar o desempenho, com vista à concretização dos objectivos da SADC”. O Plano Institucional Anual (Plano e Orçamento de Funcionamento) para o exercício 2018/19 foi preparado e subsequentemente adoptado pelo Conselho em Março de 2018. A operacionalização do Plano Institucional Anual está interligada a outros importantes processos de gestão,

como a formulação de estratégias, orçamentação, mobilização de recursos, monitorização e avaliação, aquisições e informação de gestão.

4.4.4.4 Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios

- (159). Um total de 219 participantes de cinco Estados Membros recebeu formação com êxito em matéria de uso do Sistema de Monitorização e Avaliação (M&A) *online*, como se segue: 36 no Lesoto; 40 nas Maurícias; 40 em Eswatini; 65 na Zâmbia; e 38 no Zimbabwe. Adicionalmente, trinta (30) funcionários do Secretariado da SADC também receberam formação em relação ao uso do Sistema *Online* que permite uma eficiente Monitorização e Prestação de Relatórios sobre a implementação do RISDP Revisto, e das decisões do Conselho e da Cimeira. Foram elaborados Quadros de Monitorização e Avaliação para o Projecto do Fundo de Apoio a Actividades Relacionadas com o Comércio; Áreas de Conservação Transfronteiriça e Órfãos e Crianças e Jovens Vulneráveis. Adicionalmente, foram formulados os indicadores para os programas sobre a Educação e Desenvolvimento de Competências, e para a Ciência, Tecnologia e Inovação.

5. IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL

5.1 Finanças

- (1). O conteúdo das contas de gestão melhorou, tendo passado a incluir informação mais substantiva (financeira e não-financeira). Por outro lado, os mecanismos de controlo interno foram reforçados, com o desenvolvimento e introdução de novos modelos para a reconciliação bancária, e análise temporal dos devedores e credores; Adicionalmente, várias listas de controlo foram elaboradas para ajudar a melhorar a conformidade com os controlos internos e com os Regulamentos Financeiros. Outras realizações incluem a realização de uma cerimónia de passagem de testemunho para permitir uma transição ordeira do Conselho de Auditores e de uma reunião de planificação para a auditoria do exercício financeiro de 2017/18. O Conselho de Auditores da SADC emitiu um parecer sem reservas as Demonstrações Financeiras Anuais de 2016/17.
- (2). O Secretariado preencheu 41 vagas (5 Directores, 1 Secretário para a SADCCAT, e 13 Funcionários Seniores) e ainda 22 Funcionários regulares.
- (3). O Registo de Riscos Operacionais e Estratégicos Abrangentes foi preparado para orientar a gestão dos riscos.

5.2 Tecnologias de Informação e Comunicação

- (4). Com vista melhorar a eficacia e eficiência da prestação de serviços, o Secretariado continuou a operacionalizar os aplicativos das TIC como o Sistema de Gestão Integrada da SADC (SIMS), Sistema de Gestão das Aquisições, o Sun Systems, o Sistema de Informação sobre os Recursos Humanos e outros aplicativos regionais. Projectos como o Sistema de Gestão de Arquivos Electrónicos (ERMS), Governação, Risco e

Conformidade (GRC) bem como a reinstalação da intranet foram igualmente implementados.

5.3 Comunicação e Relações Públicas

- (5). O Secretariado iniciou o registo e a protecção das marcas comerciais da SADC, designadamente o logótipo da SADC, o acrónimo SADC, e a designação “Comunidade de Desenvolvimento da África Austral”. Os pedidos de marca comercial da SADC estão a ser registados para protecção directamente nos países que não são membros da Organização Regional de África da Propriedade Intelectual (ARIPO) e na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO). Até 30 de Maio de 2018, o registo das Marcas tinha sido concluído no Botswana.

5.4 Aquisições

- (6). O Secretariado continuou a fortalecer a conformidade com os procedimentos para as aquisições nos processos de aquisição. Nesse sentido, o Secretariado continuou a convocar as reuniões Comité de Adjudicação da SADC (SITC) para todas as aquisições de valor superior a USD10 000, que é o limite para a aprovação. De todos os processos submetidos para adjudicação, mais de 90% foram aprovados pelo Comité. O Comité Externo de Adjudicação de Concursos da SADC também se reuniu em Fevereiro de 2018 e adjudicou em relação aos documentos de pré-qualificação para Material de Escritório, Gestão de Viagens e Eventos, para o desbravamento e colocação da vedação no Depósito Logístico Regional de Rasesa, e a Tradução e publicação das Publicações do Projecto Hashim Mbita. O Comité esteve devidamente constituído com os Estados Membros integrantes nomeadamente a África do Sul (Presidente), Namíbia (Vice-Presidente) e Eswatini.
- (7). A política e regulamentos de Aquisições e Subvenções e todos os modelos-padrão foram publicados no sítio da internet e podem ser acedidos pelo público em geral como parte da disseminação e de criação de consciencialização dos utentes.

6. COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

6.1 União Africana (UA)

- (1). O Secretariado esteve activamente envolvido na agenda de reforma institucional da União Africana que teve início em 2007. A SADC elaborou um Documento de Posição, retratando as preocupações da região, e propôs recomendações em relação a forma como a agenda da reforma pode ser levada avante, ao mesmo tempo que leva em consideração os pontos de vista dos Estados Membros. O documento de posição da SADC foi submetido ao Presidente em exercício da UA em Novembro de 2017. Subsequentemente, o Presidente Kagame, na qualidade de líder da agenda da Reforma Institucional, actualizou a Cimeira sobre a implementação da decisão da Conferência de Chefes de Estado (Assembly/AU/DEC.635 (XXVIII)) sobre a Reforma Institucional da UA. A posição da SADC foi igualmente apresentada a Conferência de Chefes de Estado durante a 30ª Conferência da UA pelo Presidente em exercício da SADC.

Essencialmente, a intervenção do Presidente em exercício da SADC enfatizava a necessidade de ter em conta as preocupações levantadas pela SADC antes da implementação das reformas propostas. Levando em consideração a posição da SADC, a Decisão Assembly/AU/DEC.24 (XXX) abriu a possibilidade de mais consultas sobre as reformas.

- (2). O Secretariado colaborou também com a CUA em questões relacionadas com a Paz e Segurança e na implementação da agenda mais ampla de Silenciar as Armas em África até 2020 através, entre outros, do Programa da Arquitectura de Paz e Segurança de África (APSA). Por causa dos desafios de arranque institucional ao nível da CUA-UE, o programa APSA III na SADC teve um arranque demorado. Um contrato de subvenção foi assinado em Maio de 2017, portanto um ano e meio mais tarde em relação a data de início inicialmente prevista. Adicionalmente, a SADC recebeu a sua primeira tranche de financiamento em Novembro de 2017, portanto seis meses depois da assinatura do Contrato de Subvenção. Nesse sentido, foi feito pouco progresso. Isso inclui a contribuição da SADC para a capacitação sobre o Alerta Prévio para as partes interessadas dos Estados Membros na forma de formação e apoio para a criação dos Centros Nacionais de Alerta Prévio em dois Estados Membros. O Secretariado apoiou a criação e o funcionamento dos Centros Nacionais de Alerta Prévio (NEWC) na RDC e na Tanzânia. Foi reforçada a capacidade em apoio aos esforços dos Estados Membros de combate ao terrorismo e para as operações de apoio à paz. Foi igualmente prestado apoio para a Gestão de Conflitos através do fortalecimento da capacidade de recursos humanos do Elemento de Planeamento da Força em Estado de Alerta da SADC, assim como em termos de planeamento de desenvolvimento de cenários

6.2 Processo Tripartido da SADC – COMESA – EAC

- (3). O Programa Tripartido de Facilitação do Transporte e do Trânsito (TTTFP) continuou a ser implementado para facilitar o desenvolvimento de um mercado de transporte rodoviário regional mais competitivo, integrado e liberalizado, que possa efectivamente contribuir para a integração regional e para o desenvolvimento económico. Isso vai ser conseguido através da formulação e implementação de políticas, leis, regulamentos e normas harmonizadas relativas aos transportes rodoviários para redes de transporte rodoviário e de trânsito transfronteiriças, e serviços, sistemas e procedimentos eficientes relativos aos transportes e à logística na Região da África Oriental e da África Austral (EA-SA).
- (4). O Secretariado da SADC é a CER líder da gestão da TTTFP Os Ministro responsáveis pelas Infra-estruturas ao nível tripartido lançaram o programa em Outubro de 2017 em Dar es Salaam, Tanzânia. Até ao presente, o programa elaborou e submeteu para validação o Acordo de Gestão da Carga em Veículos Automóveis e o Acordo Multilateral de Transporte Rodoviário Transfronteiriço, e cinco modelos de lei, que vão guiar os Estados Membros na transposição para o ordenamento jurídico interno dos acordos.

7. Cooperação para o Desenvolvimento e Mobilização de Recursos

- (5). Em conformidade com a decisão do Conselho de Agosto de 2015, que instruiu o Secretariado a formar um Grupo de Trabalho Técnico (TWG) composto por peritos dos

Estados Membros para coordenar o trabalho de elaboração de um esboço de “Quadro Regional da SADC de Mobilização de Recursos”, o Secretariado prosseguiu com a implementação das actividades pendentes, incluindo as missões de apreciação dos parâmetros de comparação a Comissão da União Africana (CUA), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) e a República do Ruanda, realizadas com êxito entre Outubro de 2017 e Janeiro de 2018, para complementar o estudo que foi realizado sobre as várias opções das fontes alternativas de financiamento, nomeadamente a Taxa sobre as Transacções Financeiras, a Lotaria, Filantropia, Eventos Regionais; Taxa sobre o Turismo; Taxa sobre as Exportações e Importações; Taxa de Transporte e a Eliminação dos Fluxos Financeiros Ilícitos.

- (6). Durante a sua quarta reunião em Fevereiro de 2018, o Grupo de Trabalho Técnico, entre outros, recebeu documentos submetidos pelos Estados Membros sobre a posição dos respectivos países relativamente ao possível impacto das opções propostas de fontes alternativas de financiamento para as suas respectivas economias. Um relatório de progresso foi submetido ao Conselho em Março de 2018, e o Secretariado finalizou o Quadro Regional da SADC para a Mobilização de Recursos para a consideração do Comité dos Ministros das Finanças e Investimento em Julho de 2018. Os Ministros tomaram nota do documento submetido e apelaram aos Estados Membros para continuarem a explorar as formas como podem angariar fundos com base nas opções propostas. Conforme ficou decidido, o Secretariado vai convocar uma reunião conjunta dos Altos Funcionários do Tesouro e dos Funcionários dos Bancos Centrais para aprofundar ainda mais este trabalho.
- (7). Em face do acima exposto, o Secretariado mobilizou recursos através da GIZ para a implementação do trabalho pendente, incluindo os estudos de avaliação do impacto económico de grande alcance nos Estados Membros, e para possibilitar a finalização do esboço de Quadro Regional da SADC de Mobilização de Recursos que vai também ter em conta os instrumentos propostos pelo BAD, de acordo com a Decisão do Conselho de Agosto de 2017.
- (8). Juntamente com a mobilização Interna de recursos, o Secretariado continuou também a interagir com os Parceiros de Cooperação Internacionais (ICPs) tendo em vista a mobilização dos recursos para a implementação dos programas e projectos regionais prioritários que se encontram alinhados com as prioridades da SADC, em conformidade com a Declaração de Windhoek adoptada em 2006 para guiar a cooperação entre a SADC e os ICPs.
- (9). Os Parceiros de Cooperação Internacionais (ICPs) continuaram a prestar o seu apoio técnico e financeiro, particularmente a União Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e países individuais com a Alemanha, que disponibilizou recursos substanciais. Foi recebido apoio significativo de organizações como o BAD, o Banco Mundial, a Commonwealth, a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, USAID, Agências das Nações Unidas, o Fundo Global e Instituições Regionais como a Southern African Trust. Por outro lado, diversos acordos e outros instrumentos jurídicos foram assinados.

7.1 Cooperação SADC – UE

- (10). Ao abrigo do ciclo do FED, o Programa de apoio da UE a SADC identifica e implementa programas em áreas focais e não focais, e também através dos Mecanismos de Cooperação Técnica (TCFs). O mecanismo disponibiliza fundos para a assistência técnica para a preparação e implementação de Projectos/Programas, incluindo os estudos de pré-viabilidade, estudos de viabilidade, missões de identificação e outra assistência sobre matérias específicas relacionadas com a preparação e monitorização e avaliação de projectos.
- (11). O Programa Indicativo Regional (RIP) do 11 FED foi assinado em Junho de 2015 e cobre o período de 2014 a 2020, com uma dotação de €1,332 bilião para três áreas focais, nomeadamente: (i) Paz, Segurança e Estabilidade Regional; (ii) Integração Económica Regional; e (iii) Gestão de Recursos Naturais ao Nível Regional, beneficiando a África Oriente, África Austral e a Região do Oceano Índico (EA-SA-IO).
- (12). Do envelope sub-regional a SADC ficou com uma dotação de Euro 90 milhões, e o saldo foi distribuído a outras CER, nomeadamente: COMESA, EAC, IGAD e IOC. O Secretariado, em colaboração com a UE, está em processo de programação da sua dotação de €90 milhões do envelope sub-regional, através da formulação dos seguintes projectos com o respectivo ponto de situação da programação.

Tabela 5: Ponto de situação da programação do envelope sub-regional da SADC

Projecto	Orçamento	Ponto de situação da programação
Gestão de Recursos Naturais ao Nível Regional	€ 9 m	Formulação do projecto concluída. Em fase de operacionalização
Paz, Segurança e Estabilidade Regional	€ 15 m	Formulação do projecto concluída. Em fase de operacionalização
Integração Económica Regional (Industrialização, Facilitação do Comércio e Investimento)	€ 47 m	Formulação do projecto em curso.
Capacitação Institucional do Secretariado da SADC e das Partes Interessadas a Nível Regional	€ 14 m	Formulação do projecto concluída. Em fase de operacionalização
Mecanismo de Cooperação Técnica	€ 5 m	Formulação do projecto em curso.
TOTAL	€ 90 m	

- (13). Do envelope das Infra-estruturas, as CERs vão-se beneficiar através da identificação e implementação conjunta de projectos de de infra-estruturas materiais e imateriais, como ilustrado na Tabela 8.

Tabela 6: Objectivos e Dotações para o Envelope das infra-estruturas

Área Prioritária	Objectivos Específicos	Afectação
Integração Económica Regional	Projectos de infra-estruturas materiais que visam melhorar a conectividade e a eficiência das redes de infra-estruturas regionais	€525 m
	Projectos de infra-estruturas imateriais que visam criar um ambiente favorável melhorado, por exemplo, um quadro estratégico e regulador propício para suportar e maximizar o aproveitamento das infra-estruturas físicas, nos domínios do transporte, energia, TIC e recursos hídricos	€ 40 m
	Desenvolver a capacidade para as infra-estruturas	€35 m
TOTAL		€600 m

- (14). Relativamente as infra-estruturas materiais, um conjunto preliminar de 30 projectos prioritários regionais foi submetido para consideração da UE para efeitos de financiamento. Até agora, €200 milhões foram comprometidos como financiamento inicial para alavancar fundos para projectos específicos indicados na lista prioritária de infra-estruturas materiais. Porém, até agora não foram contratados fundos para projectos de infra-estrutura específicos. Prevê-se que a contratação para projectos individuais vai ocorrer entre 2017 e 2020.
- (15). Para as infra-estruturas imateriais, as CERs que estão a implementar conjuntamente o RIP encontram-se em processo de preparação de projectos de infra-estruturas imateriais nas áreas da Energia, Transporte, TIC, Aviação, Transporte Marítimo e Caminhos-de-Ferro. Os projectos de Energia e Transporte foram recentemente aprovados pela UE e estão prontos para implementação. A componente de energia é um programa orçado em €7 milhões que visa assegurar um ambiente regulamentar harmonizado, eficiente e sensível à dimensão de género, e associações regulamentares mais fortes e grupos de energia que permitam maiores transacções comerciais de energia na região. A componente de transporte consiste num programa de facilitação do transporte e do trânsito orçado em €20 milhões, com vista a promover um mercado de transporte rodoviário regional mais competitivo, integrado e liberalizado na região tripartida. Juntos absorvem mais de 30% do orçamento contemplado para este envelope. A seguir apresenta-se a lista de projectos de infra-estruturas imateriais ao abrigo do Envelope das Infra-estruturas Imateriais do 11 FED.

Tabela 7: Progresso na Formulação dos Projectos de Infra-estruturas Imateriais do 11 FED

Objectivo e recursos	Orçamento	Liderado por	Roteiro e progresso
Transporte e Facilitação do Trânsito	€ 20 m	SADC	Projecto operacional
Mercado Sustentável para a Energia na África Oriental e Austral	€ 7 m	COMESA	Projecto operacional
Consolidação do mercado das TIC na África Oriental, África Austral e na Região do Oceano Índico	€10,8 m	COMESA	Formulação concluída. A aguardar a resposta da UE sobre a aceitação do documento da acção
Projecto de Facilitação do Comércio e do Transporte Marítimo na Região da EA-SA-IO	€ 10 m	IOC	Formulação concluída. A aguardar a resposta da UE sobre a aceitação do documento da acção

Apoio ao desenvolvimento do sector do transporte aéreo na África Oriental, África Austral e na Região do Oceano Índico	€ 13.5 m	COMESA	Formulação concluída. A aguardar a resposta da UE sobre a aceitação do documento da acção
--	----------	--------	---

- (16). Do Envelope Trans-regional de €205 milhões, a UE as CER acordaram em canalizar o financiamento para actividades de natureza trans-regional, para identificação e implementação conjunta. Existem projectos que transcendem as fronteiras geográficas de uma CER. O progresso na formulação de projectos trans-regionais ao abrigo do 11 FED consta da Tabela 10. Este envelope é liderado pela UE, com a excepção de projectos específicos liderados pela SADC, como se ilustra a seguir.

Tabela 8: Progresso na Formulação dos Projectos Trans-regionais do 11 FED

Objectivo e Recursos	Orçamento	Liderado por	Roteiro e Progresso
Paz e Segurança na Região dos Grandes Lagos	€ 30 m	UE	Concluída a formulação do projecto A aguardar pela decisão de financiamento
Migração	€ 25 m	SADC	Concluída a formulação do projecto A aguardar a resposta da UE
Situação Marítima, Segurança e Protecção	€ 30 m	IOC	Concluída a formulação do projecto A aguardar a resposta da UE
Implementação dos Acordos de Parceria Económica provisórios entre a UE e a África Austral e África Oriental	€ 40 m	UE	Concluída a formulação do projecto A aguardar pela decisão de financiamento
Gestão Transfronteiriça de Recursos Hídricos	€ 20 m	SADC	Formulação do projecto concluída. A aguardar a resposta da UE
Contribuição da Pesca Sustentável para a Economia Azul	€ 30 m	IOC	Formulação do projecto em curso
Conservação da Fauna Bravia	€ 30 m	UE	Formulação do projecto concluída. Projecto a aguardar pela decisão de financiamento
TOTAL	€205 m		

- (17). O RIP tem uma dotação de €15 milhões para um TCF para financiar a identificação e formulação de projectos, bem como os custos relacionados com a participação e acolhimento de reuniões do Grupo de Alto Nível. Foram autorizados €10 milhões ao abrigo do Plano de Acção Anual (AAP) de 2015 e foram distribuídos pelas cinco Organizações Regionais. Os restantes €5 milhões terão cabimentação numa data posterior. Os €10 milhões foram divididos numa dotação de 30% para acções Trans-nacionais e uma dotação de 70% para acções sub-regionais, como retratado na Tabela 11.

Tabela 9: Dotação do Financiamento e Ponto de Situação da Formulação do Mecanismo de Cooperação Técnica da SADC (TCF)

DMRO/ORDM (Organizações Regionais Devidamente Mandatadas)	Orçamento	% do TCF total	Progresso
COMESA	€1,5 m	15,3	
EAC	€1,5 m	15,3	
IGAD	€1,4 m	14,4	
IOC	€0,9 m	9,0	
SADC	€1 625 m	16,2	A SADC preparou uma Estimativa do Programa para a dotação de 1,625 milhões. Implementação está em curso
Total Sub-Regional	€7,0 m	70,0	
Total Trans-Regional	€3,0 m	30,0	
TOTAL	€ 10 m	100	

7.2 Diálogo Político entre a SADC e a UE

- (18). O Diálogo Político é um dos principais pilares dos Acordo de Parceria de Cotonou assinado pela União Europeia (UE) e o Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) em 2000. O Diálogo Político entre a SADC e a UE foi lançado pela Conferência Ministerial entre a SADC e a UE realizada em Berlim, Alemanha, em Setembro de 2004. A prática consiste em as duas partes realizarem o Diálogo Político ao nível dos Altos Funcionários uma vez ano e o Diálogo Político ao nível Ministerial de dois em dois anos, alternadamente na região da UE e na região da SADC.
- (19). O Diálogo procura servir como uma plataforma para a UE e para os Estados do Grupo da ACP deliberarem sobre os desafios globais, continentais e regionais, bem como sobre importantes factores políticos que afectam o desenvolvimento, a cooperação e a programação. Procura-se igualmente reforçar as relações entre a SADC e a UE, e a criação de uma plataforma para o diálogo de alto nível para apoiar a democracia a todos os níveis, promover a cooperação na área do comércio e encorajar políticas que promovem o crescimento económico sustentável e as reformas económicas na região da África Austral.
- (20). Uma sessão do Diálogo ao nível dos Altos Funcionários teve lugar em Gaborone, no Botswana, em Junho de 2017, e a última sessão do Diálogo Político ao nível Ministerial entre a SADC e a UE decorreu em Pretória, África do Sul, em Março de 2018, para reafirmar as áreas de interesse comum para as duas partes, bem como o compromissos de fazer face a questões emergentes e em evolução, incluindo a governação global, o comércio, migração e as mudanças climáticas. A última sessão do Diálogo Político ao nível Ministerial também reafirmou o compromisso de alcançar o crescimento consolidado, sustentável e inclusivo, para criar emprego, e homologou o enfoque da SADC na industrialização, o desenvolvimento de cadeias de valor e de infra-estruturas, com um papel claramente definido para o sector privado, como importantes pilares para o crescimento e desenvolvimento sustentável.

7.3 Cooperação SADC/Alemanha

- (21). A Alemanha continua a ser um importante parceiro para a SADC, e a cooperação entre a SADC e a Alemanha produziu resultados visíveis nas áreas de cooperação prioritárias. O volume total da Cooperação Técnica e Financeira bilateral (respectivamente através da GIZ e da KfW) promovida pelos Ministério Federal para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ) desde o início da cooperação em 1995 ultrapassa €341 milhões. A Alemanha presta ainda apoio a Agenda de Integração Regional da SADC através das suas contribuições para o FED, em virtude de ser membro da União Europeia, e tem vindo a cooperar com os Estados Membros da SADC individualmente no âmbito da cooperação bilateral, assim como com outras instituições sub-regionais e nacionais na SADC
- (22). As áreas de cooperação são acordadas através de Consultas Bilaterais de Cooperação entre a SADC e a Alemanha que se realizam de dois em dois anos. As últimas Negociações Bilaterais entre o Secretariado da SADC e o Governo da República Federal da Alemanha tiveram lugar em Junho de 2017, no decurso das quais, as duas partes acordaram em apoiar conjuntamente os seguintes projectos, que são mais detalhados na Tabela 12.
- i. Integração Económica Regional (cobrindo também a Paz, Segurança e Boa Governação);
 - ii. Gestão Transfronteiriça dos Recursos Hídricos;
 - iii. Gestão Transfronteiriça dos Recursos Naturais e Adaptação às Mudanças Climáticas; e
 - iv. Reforço das Ligações entre o nível Nacional e Regional .

Tabela 10: Ponto de situação dos compromissos assumidos em 2017 durante as Consultas Bilaterais entre a SADC e a Alemanha

Projecto/programa	Cooperação Financeira (FC)/Cooperação Técnica (TC)	Montante (Euro)	Data Final	Progresso
Cooperação para o Reforço da Integração Económica Regional na SADC (CESARE)	CT	8 milhões	2021	Iniciado
Mecanismo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos	CF	13,5 milhões	2021	Iniciado
Utilização e protecção transfronteiriça dos recursos naturais na região da SADC	CT	4,5 milhões	2020	Iniciado
Adaptação da agricultura às alterações climáticas/	CT	1,5 milhões	2019	Formulação do projecto em curso
Facilidade de Financiamento de TFCA	CF	4 milhões	2020	Nota Conceptual em preparação
Reforço das ligações entre o nível nacional e regional na SADC.	CT	5,5 milhões	2021	Iniciado

Paz, Segurança e Boa Governação/	CT	1,5 milhões	2019	Iniciado
Fundo para Estudos e Peritos	CT	1 milhões		Iniciado
Total Geral		39,5 milhões		

7.4 Cooperação entre a SADC e o Banco Mundial

- (23). A SADC e o Banco Mundial estão a trabalhar juntos em diversas áreas de mútuo interesse, incluindo as infra-estruturas, gestão de riscos de calamidades, comércio e industrialização, ao nível nacional, regional e tripartido (SADC/COMESA/EAC). O objectivo da SADC é explorar as oportunidades de fortalecer ainda mais a cooperação com o Banco Mundial e a negociar e criar as bases para que o programe apoie as prioridades da SADC.
- (24). O Diálogo entre a SADC e o Grupo do Banco Mundial teve lugar em Dezembro de 2017 para discutir os Passos Seguintes relativos a Estratégia e Roteiro da Industrialização, e a possibilidade de cooperação no desenvolvimento de cadeias de valor na região da SADC. O Banco Mundial comprometeu-se a apoiar a SADC nestas áreas.
- (25). Adicionalmente, a SADC participa regularmente nas Reuniões Anuais e nas Reuniões de Primavera do Banco Mundial/FMI em Washington DC. A última Reunião da Primavera foi realizada em Abril de 2018, durante a qual a SADC defendeu uma cooperação amis profunda com o Banco Mundial nas áreas da Industrialização, Infra-estruturas, Agricultura, Água, VIH&SIDA, entre outros, juntamente com as iniciativas tripartidas que visam juntar três CERs (SADC/COMESA/EAC) e o Banco Mundial para passar em revista o ponto de situação dos Programas ao nível Tripartido e o apoio do Banco Mundial a integração regional da sub-região, e explorar as formas de acelerar a sua implementação através de uma melhor coordenação entre as CERs, por um lado, e um maior apoio do Banco Mundial e outros Parceiros de Desenvolvimento, por outro.

7.5 Cooperação entre a SADC e a China

- (26). A cooperação entre a SADC e a China é guiada pelo Plano de Acção do Fórum de Cooperação entre a China e África (FOCAC) que preconiza a cooperação na área política, económica, de desenvolvimento social, cultural e de segurança.
- (27). Ao abrigo do quadro de cooperação económica do FOCAC, a parceria na indústria e capacidade para o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento das infra-estruturas, os recursos energéticos e naturais, investimento e cooperação económica, comércio, agricultura e segurança alimentar, economia dos oceanos e turismo, encontram-se alinhados com os quadros estratégicos da SADC, nomeadamente a Estratégia e Roteiro da Industrialização da SADC (2015-2063), o Plano Director Regional de Desenvolvimento das Infra-estruturas da SADC (RIDMP) e a Política Agrícola Regional (RAP).
- (28). O Secretariado participa regularmente na reunião ministerial e na Cimeira do Fórum de Cooperação entre a China e África (FOCAC). Durante a Cimeira de Joanesburgo de Novembro de 2016, o Governo da China anunciou cerca de US\$60 mil milhões de apoio

na forma de financiamento para África ao dos próximos três anos. A próxima Cimeira está marcada para Beijing em Setembro de 2018.

- (29). Com vista a incrementar e Cooperação entre a SADC e a China, o Secretariado está a manter consultas com o Governo da China e a negociar um Acordo-Quadro nas áreas de Economia, Comércio, Investimento e Cooperação Técnica entre a SADC e a República Popular da China. O Secretariado da SADC submeteu um projecto de MdE com o contributo dos Estados Membros ao Governo da República Popular da China em 2017, e o MdE aguarda a finalização depois da confirmação pela China.
- (30). As negociações estão igualmente em curso para a materialização da cooperação nas áreas de Paz e Segurança.

7.6 Cooperação Japonesa

- (31). Como seguimento do diálogo político entre o Secretariado da SADC e o Governo do Japão em Novembro de 2015, O Secretariado encontra-se em processo de engajamento com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) para a concretização da proposta de nomeação de um Assessor Técnico Japonês que será afecto a Direcção de Infra-estruturas e Serviço, para agilizar o acesso aos recursos da TICAD para o desenvolvimento das infra-estruturas. A proposta tem em vista apoiar a SADC nas áreas prioritárias enumeradas no RISDP Revisto (2015-2020) e no Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC (RIDMP), em consonância com a Quinta Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África (TICAD V) que enfatiza a importância do desenvolvimento de Infra-estruturas regionais para aceleração do crescimento económico em África, e conforme indicado no Plano de Acção de Yokohama para o período 2013-2017 (YAP 2013-2017).
- (32). O Formulário de Candidatura para o Perito da JICA foi submetido a Embaixada do Japão em Julho de 2017. A JICA confirmou que o Perito já foi identificado, e que o despacho oficial aguarda aprovação.
- (33). Importa ressaltar que o Japão também já está a apoiar um projecto regional sobre a Conservação e Gestão Sustentável dos Recursos Florestais na África Austral através de uma subvenção de US\$6,4 milhões, principalmente para a assistência técnica, o que inclui apoio especializada para a área da silvicultura.

7.7 Cooperação entre a SADC e o Banco Africano de Desenvolvimento

- (34). Desde 2016, a SADC tem trabalhado com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) com vista a acelerar a sua Agenda de Integração Regional através do financiamento da implementação dos corredores económicos e das infra-estruturas regionais na SADC (ou seja, a combinação da infra-estrutura regional e cadeias de valor).
- (35). O BAD continua a prestar apoio a implementação de programas na região da SADC, através da cooperação bilateral com os Estados Membros da SADC individualmente e da cooperação com o Secretariado com relação aos programas regionais. A este

respeito, o Secretariado tem estado a trabalhar com o BAD, tanto a nível técnico como das políticas para explorar a cooperação no contexto das Cinco Grandes Iniciativas do Banco, em consonância com as prioridades regionais da SADC, como descrito no RISDP Revisto (2015-2020) e no Plano Director para o Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais (RIDMP).

- (36). Diversas decisões do Conselho e da Cimeira, especialmente desde a realização do Retiro Ministerial Estratégico da SADC: "A SADC que Queremos", que teve lugar a margem da Cimeira Extraordinária de 12-14 de Março de 2017 em Ezulwini, no Reino de Eswatini, apelam para que o BAD apoie a SADC a acelerar a implementação dos programas e projectos da SADC. As principais decisões incluem instruir o Secretariado para trabalhar com o BAD para desenvolver instrumentos e quadros necessários para utilização nos Estados Membros, como complementaridade do desenvolvimento do quadro regional da SADC de mobilização de recursos, incluindo:
- i. Obrigações para as Infra-estruturas
 - ii. Garantia de Risco Parcial;
 - iii. Garantia de Seguro;
 - iv. Garantia de Crédito Parcial; e
 - v. Instrumentos Sindicado.
- (37). À margem da Cimeira África-União Europeia, realizada em Abidjan, Cote D'Ivoire, em Novembro de 2017, foram também realizadas importantes reuniões entre a Secretária Executiva da SADC e os membros da Direcção do Banco. Estas reuniões resultaram na reafirmação das áreas de apoio, bem como na necessidade de o Banco enviar uma missão técnica à SADC, o que veio a acontecer em Janeiro de 2018.
- (38). Como resultado da missão, um Aide Memoire destacando as áreas de apoio acordadas foi concluído e assinado pela Secretária Executiva e pelo BAD representado pelo Director Geral Interino para o Desenvolvimento Regional da África Austral e para o Escritório de Apoio Empresarial em Março de 2018, e foi elaborado um Plano de Trabalho para a implementação das áreas acordadas.

7.8 Plataforma de Diálogo entre a SADC e os ICP

- (39). A última reunião da Plataforma de Diálogo entre a SADC e os ICP foi realizada em Outubro de 2017. O objectivo do encontro foi fornecer actualizações sobre os progressos alcançados nos Grupos de Trabalho Temáticos da SADC-ICP para avaliar se os objectivos e metas definidas foram atingidos, bem como a partilhar as melhores práticas através da Plataforma de Diálogo para buscar apoio a nível estratégico para a resolução de desafios.
- (40). O encontro trocou notas sobre o estado de implementação dos principais quadros estratégicos no contexto dos resultados do Retiro Ministerial da SADC de Março de 2017 "A SADC que Queremos", e da 37ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC de Agosto de 2017; bem como sobre a operacionalização do Mecanismo de Engajamento dos Actores Não Estatais na SADC e do Mecanismo de Engajamento do Sector Privado na SADC.

- (41). Como descrito na Declaração de Parceria e Termos de Referência Genéricos para a Plataforma e Grupos Temáticos da SADC-ICP, o engajamento com o ICP também se manteve através de reuniões de coordenação dos Grupos Temáticos onde o Secretariado se reúne com ICP interessados, que trabalham em sectores específicos para facilitar a partilha de informações e assegurar uma utilização eficaz dos recursos e minimizar a duplicação de programas de apoio e garantir a complementaridade do apoio.

8. BOA GOVERNACAO

8.1 Gestão de Riscos

- (1). A gestão de risco continua a ser um importante pilar da governação para o Secretariado, e a Direcção continuou a promover e apoiar a gestão efectiva do risco na organização como um todo através da capacitação e formação do pessoal. A este respeito, 60 funcionários na Sede e todos os trabalhadores do SPGRC e do RPTC (excepto as Secretárias) receberam formação sobre a gestão de risco. Além disso, o registo de riscos estratégicos e o registo de riscos operacionais foram criados e aprovados, e a implementação do plano de gestão do risco foi monitorizado durante todo o ano.

8.2 Auditoria

- (2). O Secretariado continuou a facilitar as auditorias internas para promover a boa governação. Neste sentido, 8 Relatórios de Auditoria Interna e um relatório de inquérito foram finalizados.
- (3). O Secretariado também continuou a implementar as recomendações das auditorias internas e externas, bem como da auditoria institucional para trazer melhorias para a gestão dos sistemas do Secretariado, em especial o fortalecimento do ambiente de controlo interno. A eficácia do ambiente de controlo permitiu ao Secretariado continuar a beneficiar-se dos recursos dos ICP através de acordos de contribuição e projectos.

9. Desafios da Implementação

- (1). Os desafios que afectaram a implementação efectiva dos programas da SADC incluem:
- i. As lacunas em termos de capacidade de monitorização e avaliação nas Direcções/Unidades para permitir acções correctivas oportunas no decurso da implementação dos programas.
 - ii. Os sistemas de recrutamento existentes (o sistema de quotas com base em pontos não facilita a eficiência e a celeridade) afectam o preenchimento dos cargos vagos, resultando em morosidade na implementação dos programas.
 - iii. Para face a estes desafios, foram adoptadas as seguintes medidas:

- iv. A formação numa base anual sobre gestão baseada em resultados e a gestão do ciclo de projectos que contribuirá para o fortalecimento da capacidade de planeamento, monitorização e avaliação das Direcções/Unidades;
- v. Prosseguiu-se com a formação dos funcionários do Secretariado da SADC relativamente ao uso dos sistemas de gestão automatizada, com vista a aumentar a conformidade e a eficiência.

10. Conclusão e Recomendações

- (1). O relatório destacou alguns progressos significativos na implementação de programas em todas as áreas prioritárias durante o período 2017/18. De particular importância é a estabilidade política geral na região assente nas estratégias de mediação e de prevenção de conflitos implementadas pelos Estados Membros, em colaboração com o Secretariado e outras partes interessadas na República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar. A consolidação da democracia também foi um marco importante ao longo do ano em apreço, o que resultou na realização de eleições pacíficas, credíveis e transparentes em Angola e no Lesoto. O apoio prestado pela Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) com a assistência do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) a este respeito deverá ser estendida a República Democrática do Congo, a República de Madagáscar, República do Zimbábue e ao Reino de Eswatini durante as eleições em 2018.[...]
- (2). A participação do sector privado durante a Popularização da Estratégia de Industrialização constituiu um passo significativo rumo a implementação do Plano de Acção. O Secretariado está preparado para continuar a envolver o sector privado na implementação do Plano de Acção, particularmente nas cadeias de valor em todos os sectores.
- (3). Também foi registado progresso na área da agricultura, onde o Desenvolvimento de Desenvolvimento Agrícola (ADF) foi aprovado para melhorar o desempenho do sector agrícola, que é um importante factor impulsionador da industrialização na região. O secretariado continuará a trabalhar para a operacionalização do ADF em 2018/19. No que diz respeito ao desenvolvimento social e humano, realizações notáveis ocorreram nas áreas de educação, saúde, trabalho e juventude. Na educação, as conquistas foram a inclusão do impacto do VIH e SIDA no sector da educação; a domesticação e acompanhamento da implementação dos Compromissos Continentais e Internacionais na área da Educação, em especial, a Estratégia Continental da Educação para África; e a criação de mecanismo de coordenação regional para a implementação do Quadro de Qualificação da SADC. No que se refere à saúde, tem havido esforços significativos por parte dos Estados Membros para melhorar o estado de saúde na região da SADC, através da elaboração de um plano de implementação da estratégia da SADC sobre a nutrição e a implementação de medidas para eliminar a malária na região.
- (4). O Secretariado irá continuar a mobilizar recursos financeiros para apoiar a implementação de programas em vários sectores para apoiar a industrialização e para assegurar a redução da pobreza. Também será prestado apoio aos Estados Membros

para monitorizar e avaliar a implementação dos programas da SADC através do Sistema de Monitorização e Avaliação Online da SADC.



